



**Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

MARIA JOSÉ DOS SANTOS

**Em Busca da Terra:
Migração, Organização e Resistência na Política
de Colonização no Sudeste de Roraima.
(1970 – 1990)**

**Manaus
2010**



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

MARIA JOSÉ DOS SANTOS

**Em Busca da Terra:
Migração, Organização e Resistência na Política
de Colonização no Sudeste de Roraima.
(1970 – 1990)**

Orientador:
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

*Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Amazonas como
requisito para obtenção do título de Mestre em
História.*

Manaus
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(Presidente – UFAM)

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira
(Membro – UFAM)

Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos
(Membro – UFRR)

*A meu filho João Guilherme
pelas alegrias, transformações e
estímulos que trouxe a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

As dificuldades surgidas no percurso de dois anos e meio de um mestrado são diversas, mas a força e a motivação dos amigos e colegas são fundamentais pra se conseguir percorrer todo este percurso. Neste sentido, gostaria de agradecer a Deus e a todos, mas, vou enumerar apenas alguns, mesmo correndo o risco de esquecer outros.

Dentre estes meu orientador professor Luis Balkar Pinheiro, sempre confiante, dedicado, comprometido com a pesquisa de seus orientandos e firme em suas contribuições. À professora Maria Luiza, que contribuiu muito com a caminhada de pesquisa e análise das fontes.

Aos amigos que conheci em Manaus: Silvia e suas irmãs, a quem devo muito pelas noites acordadas durante minha gravidez. Elissandra com quem pude conhecer e aprender muito, e pela família maravilhosa que tem Silva Lima e Camilinha. A Elizangela que me inspirou a acreditar que era possível. À turma do coroado, alcemir, João, Marcos, Aguirre, Alba, Aldenora, Carol, Hortência com quem convivi durante um período importante e feliz de minha vida.

À meus colegas do Departamento de História da Universidade Estadual de Roraima, pelo apoio, especialmente a Raimunda, que sempre incentivou e inclusive se sacrificou indo para o interior me substituir.

As minhas amigas Vanilsa, Gilmara, Nelita, Sandra e Gigliana que me ajudaram na busca de fontes e aos amigos Celtom, Antonio (batata), Chaguinha e Hildo.

À minha mãe e toda minha família, especialmente a meu avô Durvalino, trabalhador rural e detentor dos conhecimentos da floresta, e minha irmã Fernanda, que veio pra Roraima passar um período importante de minha vida, o nascimento de meu filho João Guilherme.

A meu companheiro a quem chamo de co-orientador Jaci que pacientemente discutiu, contribuiu e incentivou com esta dissertação e sua conclusão e a Carla que com carinho e atenção.

À equipe do INCRA que partilhou sua sala de trabalho por algum tempo comigo durante a pesquisa, especialmente: Sávio, Igor, Marcelo e Juliana.

Aos dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais de São Luiz, Baliza e Caroebe e ao Luis, presidente da FETAG-RR.

A todos os homens e mulheres do campo, que pacientemente se dispuseram a contribuir com esta pesquisa, sem os quais não seria possível realizar este mestrado. A todos vocês obrigada.

Num país dominado pelo latifúndio, com um profundo desprezo voltado por sua elite aos homens humildes, a busca da terra será necessariamente difícil e muitas vezes violenta. Desta forma (...) a construção do Brasil como nação democrática e republicana, com a superação de uma imensa dívida social, deverá passar pela mudança do sistema de propriedade da terra.

Maria Yedda Linhares

RESUMO

Esta dissertação buscou refletir sobre o processo de migração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para a Perimetral Norte, no período de 1975 a 1990. A migração foi analisada enquanto estratégia de resistência frente a um longo processo de expropriação da terra em seus estados de origem. Esta interpretação foi proporcionada pela utilização da História Social que viabiliza o estudo das múltiplas formas de organização, resistências e luta, valorizando a identidade e a experiência como parte da reflexão investigativa do processo de migração. Para este processo de construção social do migrante enquanto sujeito transformador de sua história, para esta investigação foi importante a utilização da história de vida. Buscou-se ainda evidenciar como ocorreu o processo de colonização e criação dos Projetos de assentamento Jauaperi e Jatapu, assim como a transformação espacial da Perimetral Norte com o surgimento das vilas e aglomerados. As estratégias de sobrevivência foram analisadas enquanto resultado de conflitos, contradições e decisões construídas no tempo, no espaço e no cotidiano dos migrantes. Após o acesso à terra, as vicinais e o lote tornaram-se o espaço de convivência e surgimento da (re) organização de suas vidas. A relação destas experiências com as raízes de sua organização social e política proporcionou o fazer histórico. A mudança desta nova realidade que para muitos era a realização de um sonho, para outros, a realidade encontrada era pior que a anterior, foi única, inigualável na vida destes. A pesquisa utilizou como fontes a história oral, os arquivos dos órgãos públicos e os arquivos particulares dos entrevistados.

Palavras chave: Migração, Identidade, Assentamento Agrário, Organização, Memória .

ABSTRACT

This dissertation contemplated on the process of the workers' migration and rural workers for Perimetral Norte, in the period from 1975 to 1990. The migration was analyzed while strategy of resistance front to a long process of expropriation of the land in their origin states. This interpretation was provided by the use of the Social History that it makes possible the study in the multiple organization ways, resistances and fight, valuing the identity and the experience as part of the investigative reflection of the migration process. For this process of the migrant's social construction while subject transformer of his history, for this investigation it was important the use of the life history. It was still looked for to evidence how it happened the colonization process and creation of the establishment Projects Jauaperi and Jatapu, as well as Perimetral Norte's space transformation with the appearance of the towns and agglomerates. The survival strategies were analyzed while result of conflicts, contradictions and decisions built in the time, in the space and in the daily of the migrants. After the access to the land, the local ones and the lot became the coexistence space and appearance of the (re)organization of their lives. The relationship of these experiences with the origin of his social and political organization provided doing historical. The change of this new reality that for many it was the accomplishment of a dream, for other, the found reality was worse than the previous, it was only, unequalled in the life of these. The research used as sources the oral history, the files of the public organs and the files peculiar of the interviewees.

Key Words: Migration, Identity, Establishment, Organization, Memory,

LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Ação Católica

AP - Ação Popular

ASTER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CCPY - Comissão Pró-Yanomami

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DNPM - Departamento de Produção Mineral

FETAG/RR - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Roraima

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

ITERAIMA - Instituto de Terras de Roraima

JUC - Juventude Universitária Católica

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MST - Movimento dos Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

Pró-Rural - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

SINTRAER - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado de Roraima

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 01 – MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA	47
MAPA 02 – ÁREAS INTERIORES DE INTERCÂMBIO FRONTEIRIÇO	48
MAPA 03 – MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL – DÉCADA DE 1980	61
MAPA 04 – NÚCLEOS POPULACIONAIS E COLONIZAÇÃO	71
GRÁFICO 01 – ORIGEM DAS ONDAS MIGRATÓRIAS PARA RORAIMA	57
GRÁFICO 02 – ORIGEM DAS ONDAS MIGRATÓRIAS PARA O SUDESTE DE RORAIMA	58
QUADRO 01 – RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS/URBANIZAÇÃO EM RORAIMA	70
QUADRO 02 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO DA PERIMETRAL NORTE.	72
DIAGRAMA 01 – OCUPAÇÃO DAS VILAS E MUNICÍPIOS AO LONGO DA BR-210	84
FIGURA 01 – ENTREGA DE TÍTULO DE TERRA EM RORAIMA	39
FIGURA 02 – CENTRO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BALIZA.	85
FIGURA 03 – PRAÇA DE CARACARAÍ	85
FIGURA 04 – BR-210 E PONTE SOBRE RIO ANAUÁ	88
FIGURA 05 – REPRESENTAÇÃO DAS VICINAIS	105
FIGURA 06 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ASTER	130
FIGURA 07 – REPORTAGEM SOBRE INICIATIVAS DA ASTER	131
FIGURA 08 – REPORTAGEM SOBRE A CRIAÇÃO DA COPARAÍSO	131
FIGURA 09 – REPORTAGEM SOBRE MOBILIZAÇÃO DE AGRICULTORES	132
FIGURA 10 – SÃO JOÃO DA BALIZA	133
FIGURA 11 – AGÊNCIA DOS CORREIS EM CAROEBE	133
FIGURA 12 – SÃO LUIZ DO ANAUÁ	134
FIGURA 13 – MANIFESTAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL EM BOA VISTA	134
FIGURA 14 – JOÃO PEREIRA E RAIMUNDA	135
FIGURA 15 – GOIANO: UM DOS PRIMEIROS MIGRANTES DE CAROEBE.	135
FIGURA 16 – FAMÍLIA DE LEONÍDIO	136
FIGURA 17 – CASAL DE MIGRANTES: JOÃO DIDI E MARIA	136
FIGURA 18 – SENHORA VERÔNICA LIMA, UMA MIGRANTE DE MINAS GERAIS	137
FIGURA 19 – SENHORA VERÔNICA LIMA E SUA NETA	137
FIGURA 20 – SENHOR FLORENTINO NUNES	138
FIGURA 21 – SENHOR FLORENTINO NUNES EM SEU SÍTIO	138
FIGURA 22 – ENTREVISTA COM A SENHORA MARIA, MIGRANTE DE MINAS GERAIS	139
FIGURA 23 – SENHORA MARIA E SUA FAMÍLIA	139
FIGURA 24 – SENHOR SECON, UM MIGRANTE DE SANTA CATARINA	140
FIGURA 25 – SENHORA MARIA E SEU NETO	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
A QUESTÃO AGRÁRIA NA LITERATURA ACADÊMICA	22
1.1. OS ANTECEDENTES DO PROBLEMA AGRÁRIO	22
1.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: ORGANIZAÇÃO E SINDICALISMO RURAL	27
CAPÍTULO 2	
PERIMETRAL NORTE: MIGRAÇÃO E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO SUDESTE DE RORAIMA	33
2.1. ANTECEDENTES DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM RORAIMA	33
2.2. PERIMETRAL NORTE: UM PROJETO MILITAR INACABADO	46
2.3. ENTRE SONHOS E REALIDADES: A VIAGEM, A CHEGADA E A RESISTÊNCIA DOS MIGRANTES	54
CAPÍTULO 3	
COLONIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA NO SUDESTE DE RORAIMA	65
3.1. A EXPANSÃO URBANA NO SUDESTE DE RORAIMA	65
3.2. PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA PERIMETRAL NORTE	72
3.2.1 O PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO JAUAPERI	74
3.2.2 PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO JATAPU	78
3.3. O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS VILAS E MUNICÍPIOS NA BR-210	83
3.3.1. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BALIZA	90
CAPÍTULO 4	
DA LUTA PELA TERRA A LUTA PARA PERMANECER NA TERRA	95
4.1. A RESISTÊNCIA EM PERMANECER NA TERRA	95
4.2. TECENDO A HISTÓRIA: CONQUISTAS E DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
FONTES	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

No Brasil vivencia-se uma das maiores concentrações agrárias do mundo, o que explica em parte os constantes conflitos, assassinatos e manifestações públicas provocados pela questão agrária evidenciando a necessidade de um debate nacional sobre a distribuição e redistribuição da terra e as condições sociais no campo.

A questão agrária em todo o País, especialmente na Região Amazônica, vem sendo alvo de constantes discussões e debates sobre qual o melhor modelo de exploração a ser seguido, onde a proposta vencedora até o momento tem sido a do agronegócio. Dentro desse contexto tem havido resistências por parte das populações tradicionais¹: seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, dentre outros, emergidos principalmente a partir do início da década de 1980. Estes movimentos tiveram como consequência o aumento dos índices de conflitos e assassinatos de lideranças rurais.

Estes conflitos foram e são mais intensos no Estado de Rondônia, Pará e Acre, neste último a resistência e organização dos seringueiros são históricas na luta contra a expropriação dos seringueiros e a destruição da floresta pelos empresários do agronegócio, madeireiros e especuladores. No estado do Pará estes conflitos rurais ficaram mais evidentes a partir da divulgação na mídia de vários assassinatos de trabalhadores e militantes dos movimentos sociais do campo, exemplo disso foi a chacina de Eldorado dos Carajás em 1996² e mais recentemente o assassinato da freira Doroty Stang, ocorrido em 2004.

No Estado de Roraima o conflito por terra apareceu com mais intensidade dentro das terras indígenas, inicialmente com a invasão de 40 mil homens na terra indígena Yanomami,³ na busca por ouro e diamantes. Ao sul do estado os Waimiri-Atroari quase foram extintos com a construção da BR-174.

Em meados da década de 1990, Roraima vivenciou a criação de diversas

¹ A Universidade Federal do Amazonas possui o Projeto Cartografia Social, coordenado pelo Antropólogo Alfredo Berno Wagner, este projeto realiza o levantamento dos conflitos sociais realizado por comunidades e grupos tradicionais em vários estados do Brasil principalmente na Amazônia.

² Em Abril de 1996, policias do Estado do Pará, que ainda estão impunes, abriram fogo contra homens, mulheres e crianças do assentamento do MST, para desbloquear a Rodovia PA-150, onde estavam sendo realizados protestos contra ausência de políticas para camponeses. Cf. LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Campos. 1999, p. 201.

³ A esse respeito ver: Reinaldo Imbrósio Barbosa *In: Ocupação Humana em Roraima II*. Belém. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Série Antropologia, 92, 1993.

organizações sociais tanto no meio urbano quanto no meio rural. Dentre estas é importante destacar a atuação do Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUH)⁴, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns sindicatos: Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários (SEEB), Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários (STIU), Sindicato dos Trabalhadores na Saúde (SINTRAS), a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SESDUF) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (SINTER).

Neste cenário, duas fortes organizações passaram a disputar espaço político em Roraima com latifundiários, madeireiros, pecuaristas e garimpeiros: O movimento indígena, organizado em torno do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, atualmente filiados a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAG). Estas duas organizações tiveram suas raízes plantadas durante a década de 1970.

No final da década de 1990, houve uma integração dos movimentos sociais com os estudantes e docentes da Universidade Federal de Roraima. Acreditava-se que para a Universidade não bastava ser apenas próxima e sensível aos problemas sociais, mas, era necessário estar presente na luta dos movimentos sociais, exercendo seu papel transformador e crítico da realidade na qual está inserida, algo em que ainda se acredita.

Dentro deste contexto, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), iniciou uma integração com os demais movimentos sociais. Esta militância no movimento estudantil propiciou a primeira viagem desta autora para área rural que ocorreu no ano de 2002, para participar de uma oficina de formação política destinada ao grupo de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em parceria com o MMC.

Durante esta viagem de Boa Vista para São João da Baliza, teve-se o primeiro contato com a Perimetral Norte, com sua paisagem de floresta amazônica, árvores altas e densas, onde se destacavam as castanheiras, sumaúmas, dentre várias outras que formavam um espaço geográfico muito diferente do norte do Estado de Roraima, cuja vegetação é composta de savanas e lavrados. Outra diferença percebida foi a

⁴ Para uma análise da organização das mulheres indígenas em Roraima, ver: SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres Indígenas Roraimenses: organização política, impasses e perspectivas. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.) *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998; FRANK, Nelita. Gênero, Etnicidade e Territorialidade: a mulher indígenas em processos etnopolíticos de Roraima. In: *Anais da IX Abanne: Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Manaus/Boa Vista: 2005, p. 172.

característica da população, com suas várias origens, linguagens, crenças e costumes.

À medida que se adentrava na estrada, apareciam vilas e cidades em uma estrada que não levava a lugar nenhum, sem saída fluvial ou terrestre, o que causava estranheza e ao mesmo tempo admiração pela coragem daqueles migrantes.

Da rodovia, tanto de um lado quanto de outro, partiam as grandes estradas, denominadas de vicinais, recortadas nos seus dois lados por pequenas propriedades. Algumas cobertas de fruteiras, outras semi-abandonadas ou ainda com grandes extensões de roças, e nas margens da rodovia era perceptível a existência de muitas fazendas.

A partir desta viagem iniciou-se minha atuação na FETAG/RR, e surgiram as primeiras inquietações que nortearam esta pesquisa. Pois como relembra Michel de Certeau, a necessidade de fazer uma pesquisa surge a partir de angústias presentes, anseios por respostas que incomodam o momento vívido⁵.

Estas inquietações retornaram em 2007, quando já como professora da Universidade Estadual de Roraima, passei a residir durante um semestre no município de São Luiz do Anauá. Neste período, viajava quinzenalmente ou mensalmente deste município para Boa Vista. O percurso de 400 km era realizado em cinco horas de viagem (durante o verão).

Nestas longas viagens conheci e ouvi muitas histórias de vida de passageiros que partilharam lembranças boas e ruins, de seu estado de origem e da forma como migraram. Relatos interessantes que faziam com que me esquecesse dos balanços, buracos, desvios da estrada e pontes quebradas. Esta experiência foi fundamental para elaboração do projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado.

O objetivo inicial deste trabalho era apenas investigar a organização política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais dentro do sindicato e, conhecer as principais lutas e conquistas destes. No entanto, como as fontes são selecionadas pelo historiador, houve outro envolvimento com a pesquisa. O levantamento do acervo documental, oral e o próprio amadurecimento teórico durante o curso de mestrado evidenciaram a necessidade de pesquisar os antecedentes da criação do sindicato e investigar as raízes de sua organização política coletiva, o que necessariamente levou a pesquisar a *migração, a resistência e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Perimetral Norte no período de 1975 a 1990*.

⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.76.

O recorte temporal foi pensado a partir da década de 1970, por ser o período do “boom demográfico” em Roraima, e da implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) durante o Regime Militar (1964-1985). E o recorte final foi definido a década de 1990, por representar um novo processo de migração em virtude da transformação do Território Federal de Roraima em estado (1988).

Quanto à delimitação espacial, foi selecionada a Perimetral Norte por ser o principal destino dos milhares de migrantes que chegaram a Roraima neste período e pela criação de dois grandes projetos de assentamento: Projeto Jatapu e o Projeto Jauaperi, os dois localizados ao longo da Perimetral Norte.

A importância de estudar este processo histórico reside em buscar contribuir com a valorização da História destes migrantes que migraram para Roraima, assim como investigar como de seu a implantação dos projetos de colonização na Perimetral Norte. Fato histórico que trouxe transformações para Roraima, e teve como uma de suas principais consequências a chegada de milhares de migrantes e a criação dos municípios da Região Sudeste do estado.

É importante lembrar que este processo foi analisado como uma estratégia de resistência e não uma fuga. Para esta interpretação fez-se necessária a utilização da história de vida dos migrantes. Por fim tentou-se mostrar as diversas estratégias de resistência desenvolvidas por estes.

Para respondermos estas indagações buscou-se embasamento teórico nas contribuições de duas dimensões contemporâneas da História. Num primeiro caso, encontra-se a *História Social*, pensada como totalidade síntese integradora, a corporificar-se como sinônimo do que Eric Hobsbawm chamava de História da Sociedade.⁶

Assim pensada, a História Social, é compreendida enquanto tendência que busca analisar o conjunto de significados partilhados que exprimem o mundo social, dando ênfase às experiências, colocando o sujeito social de forma ativa, e não como aqueles que apenas sofrem e se submetem aos processos de dominação e transformação. Neste sentido, a História Social busca estudar a História dos sujeitos comuns a partir de valores próprios e modos de vida singulares, assim como suas múltiplas formas de organização, resistência e luta. Valorizando a identidade e experiência social buscando não dissociar a esfera política da prática social negando dessa forma a submissão do

⁶ HOBBSAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83 a 105.

comportamento histórico.⁷

Num segundo caso, foi importante ainda utilizarmos a *História Política* que, renovada, ressurgiu com vigor a partir da década de 1960, desta vez pensada como intrinsecamente associada à prática social e atenta igualmente às dimensões do poder, em suas diversas modalidades e instâncias, alcançando agora, não somente a macro política do Estado, mas também as ações de base popular e os movimentos sociais.

Assim, a História Política, tal como a concebe René Remond⁸, possibilita uma revitalização dos estudos históricos a partir de uma abordagem do poder e da política não mais centrada na atuação política do “grande homem”, mas igualmente atenta às pessoas comuns do povo, que não precisam estar necessariamente dentro de organizações institucionalizadas.⁹

Para alcançarmos esta interpretação da História, foi fundamental o embasamento teórico em Edward Palmer Thompson, historiador inglês que inovou a historiografia marxista. E. P. Thompson nega a submissão e passividade do comportamento histórico ao conjunto de leis e teorias universais que abrangem todas as esferas da ação humana. Neste sentido, propõe uma interação dialética entre a experiência e a consciência social¹⁰. Algo que ele próprio consegue realizar na obra: “A Formação da Classe Operária Inglesa”, nesta o autor aborda a diversidade que constitui o universo cultural e econômico dos camponeses, colocando em dúvida a superficial passividade destes, apontada por muitos pesquisadores. Este evidenciou que não foram apenas as “vanguardas operárias” que empreenderam a resistência face às transformações estruturais causadas pela afirmação do capitalismo naquela sociedade.

Neste sentido sua obra é inédita, assim como a riqueza e pluralidade das fontes utilizadas, produzida fora dos muros da academia. A obra é lembrada por Peter Burke como:

O mais influente dos estudos feitos na década de 1960 foi A Formação da Classe Operária Inglesa (1963), de Edward Thompson. Nesse livro, Thompson não se limita a analisar o papel desempenhado pelas

⁷ CASTRO, Hebe. A História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: questões de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 87.

⁸ REMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

⁹ MENDOÇA, Sônia. Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra hegemônico na Primeira República. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e MENDONÇA, Sonia (Orgs). *Nação e Poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998, p. 45- 62.

¹⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica do pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 15-17.

mudanças econômicas e políticas na formação de classe, mas examina o lugar da cultura popular nesse processo. Seu livro inclui descrições vigorosas dos rituais de iniciação de artesãos, do lugar das feiras na “vida cultural dos pobres”, do simbolismo dos alimentos e da iconografia das agitações sociais, indo de bandeiras e pedaços de pão presos a um pau até o enforcamento das efígies de pessoas odiadas¹¹.

Ainda nesta obra, Thompson consegue, após minuciosa análise do processo histórico, identificar que a resistência dos camponeses estava relacionada a sua identidade de camponês com a terra, e logo a sua intimidade e relação de desejo pela posse da terra. Ao afirmar que:

[...] O pequeno proprietário estava interessado na rigorosa limitação e regulamentação dos direitos comunais; o aldeão e o uso capiente queriam que prevalecesse uma definição mais vaga. Os olhos do pequeno proprietário (como os de qualquer lavrador em qualquer época ou nação) brilhavam diante da expectativa de obter imediatamente o direito de propriedade mesmo que fossem apenas os quatro ou cinco acres que o cercamento poderia lhe conferir. Mas o aldeão sem qualquer direito a propriedade perdia tudo com o cercamento. No decorrer do processo, os ganhos dos pequenos proprietários provaram ser ilusórios.¹²

Para Thompson o acesso do trabalhador rural a sua própria terra é também a busca da manutenção de sua identidade e a defesa dos seus costumes. Para fazer a relação da migração com a identidade de trabalhador rural foi necessário sensibilidade para perseguir os indícios sociais¹³ que a migração carrega consigo. Desta forma, foi possível perceber que existe uma profunda relação entre a migração e o processo de destituição da terra sofrido pelos migrantes em suas regiões de origem como Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão e Santa Catarina.

As estratégias desenvolvidas por estes para permanecer na terra, que serão especificadas neste trabalho, devem ser compreendidas enquanto continuidade a um processo de resistência iniciado no momento da decisão de migrar. E por fim, a organização de uma resistência coletiva foi analisada enquanto resultado de um longo processo de experiência social.

Este trabalho teve a preocupação em se deter com a produção acadêmica local, pois nesta, novas abordagens foram inseridas principalmente no final da década de 1990

¹¹ PETER, Burke. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005, p. 30.

¹² THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol 3: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 49.

¹³ GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

e proporcionaram o incentivo a pesquisas voltadas para a compreensão das relações sociais e políticas que permearam a constituição da História de Roraima. Dentre estas se destacaram as pesquisas voltadas para: Organização Indígena, Migração e Garimpo, temáticas não recuperadas até então.

Uma das instituições responsáveis por esse novo projeto foi a Universidade Federal de Roraima, especialmente o então Centro de Ciências Humanas e Sociais. Um dos primeiros trabalhos que se preocupou em colocar a questão do garimpo e do garimpeiro, não como um elemento marginal, mas como uma questão social foi o trabalho da socióloga Francilene dos Santos, “‘Garimpando’ A Sociedade Roraimense: Uma Análise da Conjuntura sócio-política”¹⁴. Nesta obra a autora investiga a construção social e política da garimpagem na Região do Tepequém e suas múltiplas facetas.

No campo da migração e relação de fronteira o geógrafo Nilson Crócia com “Roraima Paisagem e tempo da Amazônia Setentrional (1995)”¹⁵ inicia em a pesquisa sobre a Região Sudeste de Roraima.

Na produção historiográfica Carla Monteiro de Souza foi a primeira a abordar a história dos migrantes na construção da história de Roraima.¹⁶ Esta temática foi também objeto de análise da historiadora Raimunda Gomes da Silva. A mesma investigou a trajetória de mulheres cearenses que migraram para Roraima.¹⁷

Já no início de 2007, é publicado o trabalho do historiador Jaci Guilherme Vieira: “Missionários Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela Terra (1777 a 1980)”¹⁸. Dessa vez, as populações indígenas passam a ser sujeitos da sua própria história. Nesta o autor aborda a questão da convivência pacífica entre índios e não índios alegada pelas elites locais e repetida por uma historiografia conservadora de que os povos indígenas de Roraima nunca tiveram problemas com fazendeiros.

O primeiro estudo sobre o processo de ocupação e colonização agrária em

¹⁴ RODRIGUES, Francilene dos Santos. Roraima vista a partir da análise da atividade de garimpagem. In: *‘Garimpando’ a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA, 1996.

¹⁵ BARROS, Nilson Crócia de. *Roraima – Paisagem e Tempo da Amazônia Setentrional*. Recife: UFPE, 1995.

¹⁶ SOUSA, Carla Monteiro de. *Do Chuí ao Oiapoque: migrações de gaúchos para Roraima*. Porto Alegre: PUC/RS, 1987.

¹⁷ SILVA, Raimunda Gomes da. *Reinventando um Novo Viver: mulheres cearenses em Boa Vista (1950-1989)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

¹⁸ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra (1777 a 1980)*. Boa Vista: EDUFRR, 2007.

Roraima foi o estudo realizado pelo geógrafo Alexandre Diniz, que investigou o processo de ocupação de três colônias agrícolas localizadas no município do Cantá (Confiança I, II e III).¹⁹

Outro trabalho que se destaca por abordar a questão rural em Roraima foi realizado pela historiadora Indira Duarte de Oliveira e se intitula “Estratégias Governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais”²⁰. Em sua pesquisa a autora investiga as políticas governamentais em Roraima para a criação e desenvolvimento de projetos de colonização.

Metodologicamente iniciamos a realização deste trabalho pelo levantamento bibliográfico da produção acadêmica existente sobre a Migração na Região Norte e o Projetos de Assentamento, para contextualizar a discussão na historiografia, buscando informações sobre a organização do espaço, movimentos sociais, linhas migratórias e organização sindical do campo na Amazônia, com o objetivo de identificar os indícios desse processo de organização e resistência.

No segundo momento realizaram-se as entrevistas orais. Estas foram coletadas ao longo de dois anos, com exceção de cinco que foram realizadas em 2003. Todas as entrevistas foram realizadas dentro de uma perspectiva de primeiro conhecer a História de vida e no segundo momento, a chegada a Roraima e a conquista da terra.

A metodologia da História Oral²¹ utilizada nas entrevistas buscou compreender o universo diversificado destes migrantes e os diversos olhares a respeito deste processo. Para alcançar este objetivo, os entrevistados foram divididos em quatro grupos selecionados, visando à obtenção de diversos pontos de vista a respeito da colonização e migração nestes assentamentos.

O primeiro grupo de entrevistados foi constituído pelo poder público, na voz de técnicos e gestores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, e técnicos que executaram os projetos implementados pelo Governo do Ex-Território. O

¹⁹ DINIZ, Alexandre. A Evolução da Fronteira em Roraima: o caso das confianças I, II e III. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.) *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998.

²⁰ OLIVEIRA, Indira Duarte. Estratégias Governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). *O Rio Branco se Enche de História*. Boa Vista: EDUFRR, 2008.

²¹ A respeito do papel da História Oral, Ver: FENELON, Déa Ribeiro. O papel da História Oral na Historiografia Moderna. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996; MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994; ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

segundo grupo foi selecionado entre militantes dos movimentos sociais na voz dos sindicalistas, líderes de associações e organizações independentes. O terceiro grupo foi selecionado no próprio trabalho de campo, elegendo os primeiros moradores da BR-210. E, por fim, foram entrevistados trabalhadores e trabalhadoras rurais, pioneiros na colonização, assentados nas primeiras vicinais dos projetos, encontrados por indicação dos moradores mais antigos.

Este trabalho resultou de uma diversidade de fontes que podem ser classificadas em: oficiais, ou seja, realizadas nos arquivos de órgãos públicos. No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional de Roraima (INCRA), e no Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), investigou-se e coletou-se significativas informações sobre a implantação dos Projetos de Assentamento Jatapu e Jauaperi, Decretos de criação dos mesmos, além de processos de pedido de posse e doação de terras. O escritório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Boa Vista foi de grande relevância para compreender o processo migratório, o aumento demográfico e as rotas de migração para Roraima.

Nos arquivos municipais das cidades de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe foram coletadas algumas informações administrativas sobre a criação das vilas e dos municípios, a organização administrativa destes.

Outro leque de fontes foram encontradas no arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Paróquia de São João Batista no município de São Luis do Anauá. Bem como nos acervos documentais dos sindicatos dos municípios pesquisados e nos arquivos pessoais dos entrevistados.

A falta de arquivos constituídos, catalogados e organizados dificultaram e atrasaram a pesquisa, em virtude da demora para receber autorização, a falta de servidores qualificados para dar as informações e especialmente a falta de espaço adequado para conservar e organizar estes documentos que estão sendo perdidos e destruídos.

O trabalho divide-se em três partes, o primeiro capítulo “*A Questão Agrária na Literatura Acadêmica*”, em que se procurou rever as principais produções acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento passando pela Sociologia, Geografia e Antropologia e, principalmente, da História a propósito das discussões referentes à concentração agrária, conflitos rurais, projetos de assentamento, migração e colonização.

Neste capítulo buscou-se trilhar as origens da concentração de terras no Brasil, a política de Getúlio Vargas, de Integração e Colonização do país. Em seguida, foi traçado

um resumo da trajetória dos principais movimentos sociais do campo. E por último, foi analisada a história da construção do Sindicalismo Rural Brasileiro, paralelo à construção do Movimento Sindical Rural na Amazônia durante e após o Regime Militar (1964).

O segundo capítulo trata da “*Perimetral Norte: Migração e Projetos de Colonização no Sudeste de Roraima*”. Investigou-se a História de Vida dos Trabalhadores e Trabalhadoras, retratando a migração para Roraima, a partida e a chegada dos colonos ao assentamento, as dificuldades enfrentadas para a conquista da terra e a constituição social destes migrantes em seus estados de origem.

No terceiro capítulo, “*A Colonização e a Expansão Urbana no Sudeste de Roraima*”, e fez-se uso principalmente dos depoimentos, tentou-se retratar o modo de vida e as principais dificuldades enfrentadas nas vilas surgidas ao longo da Perimetral Norte. Embora se tenha a história oral como fonte principal, procurou-se traçar um confronto com a documentação oficial a respeito da ocupação no Sudeste de Roraima e a expansão urbana na Perimetral Norte.

No quarto capítulo “*Da Luta pela Terra a Luta em permanecer na Terra*”, buscou-se relacionar os projetos de colonização com a organização dos movimentos sociais surgidos nestas áreas de colonização, as estratégias de lutas construídas nas próprias experiências anteriores, as bandeiras de luta destes movimentos, assim como as disputas e conquistas políticas e sociais em seus diversos segmentos rurais.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA NA LITERATURA ACADÊMICA

“Toda a história é a história do tempo presente”.
Marc Bloch

1.1. OS ANTECEDENTES DO PROBLEMA AGRÁRIO.

A concentração de terra na História do Brasil não é algo novo e tem sido marcada pela presença brutal da grande propriedade. Seus primórdios remontam da ocupação Portuguesa, às capitanias hereditárias passando pela Lei das Sesmarias e pela Lei de Terras de 1850. No Brasil ela é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e dos povos indígenas.²²

Passados quatro séculos desde o início da exploração da terra pelo latifúndio com as capitanias hereditárias, ainda se presencia, a escravidão e a grilagem de terra imposta a milhares de homens e mulheres que vivem no campo. A violência rural, os assassinatos no campo, e o crescimento do agronegócio na Amazônia todos os dias tomam os noticiários do Brasil.²³

Uma geração de historiadores influenciados por Thompson pôde encontrar interpretações diversas presentes em determinadas leis na sociedade escravista. Partindo desta abordagem, Márcia Motta (1988) analisa a sociedade brasileira como uma arena de luta, buscando encontrar interpretações diversas presentes na lei de terras de 1850. Para Motta esta lei reflete um projeto de nação *“patrocinado pela classe política... Isso não quer dizer que ela é fruto tão somente das elucubrações e projetos desta classe política, mas expressão legal dos conflitos vivenciados na sociedade na qual ela está inserida”*.²⁴

A lei estabelecia a forma de acesso à terra unicamente pela compra, e determinava que os antigos proprietários que não possuíssem documentação oficial

²² LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 61.

²³ *Ibidem*, p. 201.

²⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Terra, Nação e Tradições Inventadas: uma outra abordagem sobre a Lei de Terra de 1850*. In: MOTTA e MENDONÇA. *Op. cit.*, 1998, p. 82.

deveriam legalizar suas posses comprando do Estado. Esta medida, ainda segundo Motta²⁵, consagra a primazia do particular sobre o público, sendo este o modelo de nação rascunhado e iniciado por esta legislação agrária no país, evidenciando a exclusão da maioria da população brasileira.

Na Região Norte a Lei de Terras não surtiu o mesmo efeito que nas demais regiões, pois os posseiros da região não tinham títulos de compra, nem tampouco recurso para comprá-los, portanto a lei serviu apenas para legalizar os latifúndios já existentes sem documentação oficial.

Com o advento da República em 1889 e o projeto federativo, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados, fato que só veio a aumentar a concentração de terras nas mãos da classe dominante por meio da transferência do patrimônio da União para os Estados, facilitando a divisão deste patrimônio entre governadores, coronéis, políticos, grandes e pequenos fazendeiros, dando continuidade ao processo de transferência das terras públicas em patrimônio particular.²⁶

Os conflitos por terra no Brasil têm início desde o período colonial²⁷, no entanto, tornaram-se mais coletivos e duradouros no século dezenove. Nos primeiros anos da República dois fortes movimentos evidenciaram este processo, sendo um deles o *Arraial de Canudos*, destruído em 1897. Este movimento reuniu cerca de trinta mil sertanejos numa resistência que durou longos anos de luta e levou o exército a ser derrotado três vezes pelos sertanejos apesar de todos, posteriormente, terem sido fuzilados pelos militares²⁸. Apesar deste movimento ter características religiosas, não deve ser reduzido e interpretado apenas como um movimento messiânico ou ainda um movimento de oposição à República, uma vez que Antonio Conselheiro iniciou a sua peregrinação pelo sertão em 1874, foi atacado pelo clero, perseguido pelos latifundiários, preso e assassinado pelas autoridades monárquicas.²⁹

Outro movimento igualmente com características messiânicas, mas relacionado à questão da terra, foi o *Movimento do Contestado*, liderado por José Maria, que reuniu cerca de vinte mil camponeses durante os anos de 1912 a 1916, envolvendo populações

²⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁶ LINHARES, Op. cit., 1999, p. 76.

²⁷ Ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004; LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Unicamp, 2001.

²⁸ LEVINE, Robert. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.

²⁹ MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Global, 1982, p. 12.

rurais dos estados de Santa Catarina e Paraná na luta por suas terras, outorgadas a uma companhia ferroviária estrangeira³⁰. O desenlace destes movimentos revela como as tentativas de movimentos camponeses de enfrentamento ao latifúndio e luta pela verdadeira reforma agrária foram e continuam sendo tratadas pelo Estado com extrema truculência³¹.

A iniciativa de destinar terras à colonização de pequenos lotes de extensão teve como ponto de partida estabelecer imigrantes europeus pelo Decreto de 25 de novembro de 1808, de D. João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra. Como afirma Seyferth:

Excluindo os açorianos e portugueses que entraram no Brasil como imigrante após a independência, sabe-se que o primeiro contingente imigratório mais ou menos constante foi de alemãs, que se instalaram em colônias isoladas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir de 1824. Mas a intensificação só vai acontecer após 1850, quando a colonização passa para a responsabilidade dos governos provinciais e se abrem as oportunidades para a iniciativa privada. Durante toda a segunda metade do século XIX foram fundadas colônias principalmente nas regiões de florestas no sul do país em povoados dispersos sem provocar confrontos com o latifúndio.³²

Até a Proclamação da República houve mudanças na Lei de Terras instituindo o poder aos estados quanto a propriedade da terra. Durante o governo de Getúlio Vargas foi criado um órgão administrativo para coordenar toda a política de colonização: a “Divisão de Terras e Colonização”,³³ sujeito ao Ministério da Agricultura e aprovada em 23 de dezembro de 1938. Já no Estado Novo a Divisão de Terras passou a responsável pela política de colonização, mas Vargas não ousou mexer na estrutura agrária do país. Pode-se dizer que esta legislação agrária Varguista marca claramente o início de uma preocupação por parte do Estado com a questão agrária no Brasil, uma vez que este órgão passou a ser o responsável pela distribuição de terras.

A historiadora Sonia Regina de Mendonça lembra que Getúlio Vargas inaugura uma nova fase de preocupações do Estado quanto ao mundo rural, promovendo a colonização interna do país e expandindo as fronteiras agrícolas. Já em 1933 Vargas

³⁰ D’AVILA, Ivone Cecília. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. São Paulo: Unicamp, 1999.

³¹ MONTEIRO, Douglas Teixeira. “Um Confronto Entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 9. São Paulo: Difel, 1985, p. 39-92.

³² SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990, p. 22.

³³ SANTOS, José Vivente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Lutas (do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993, p. 28.

iniciou a distribuição de lotes de terras, fruto da partilha de propriedades da união.³⁴

O Estado Novo (1937-1945) passou a interessar-se em colonizar as áreas de fronteira, em especial do Brasil central e ocupar a fronteira agrícola do Oeste em direção à Amazônia, sobretudo nos novos territórios de Ponta Porã, Guaporé e Rio Branco (Roraima), com um novo modelo de exploração agrária. Este optava claramente por evitar conflitos abertos com o latifúndio tradicional ou intervir nas áreas de ocupação antiga como o Nordeste e Sudeste.³⁵

Dentro desta estratégia, em 1941 Getúlio Vargas expande os projetos das colônias agrícolas nacionais com a distribuição de lotes de terras. Na região Amazônica, foram implantadas três dessas colônias: Bela Vista, no Estado do Amazonas, com 300.000 há, criada, no ano de 1941; Monte Alegre, no estado do Pará, com 443.000 ha, e Barra do Corda, no estado do Maranhão, com 300.000 há, criada em 1942. Pode-se considerar estas colônias percussoras dos projetos de assentamentos na região, dando início ao processo de institucionalização da colonização na Amazônia.

Ainda segundo José Vicente Santos, o interesse político com essas colônias nacionais era:

Orientar as migrações internas e assim solucionar o problema de ocupação da mão-de-obra considerada excedente especialmente no Nordeste, afastando a ameaça que de fato, ou potencialmente, esse excedente representava... Finalmente, esta reconstrução sistemática da política de colonização nos permite desvendar a forma social que o Estado Brasileiro quis dar ao processo de colonização agrícola durante este período. Esta forma é a seguinte: desde que há um excedente de “nacionais pobres” e, portanto uma situação potencial de tensão social, então é preciso que o Estado assuma a orientação das correntes migratórias. Estas correntes migratórias devem ser encaminhadas, tanto para as cidades do sudeste, como para as terras públicas do Oeste e da Amazônia, que ainda não pertencem aos latifundiários³⁶.

Com o Estado militarizado (1964-1985) esta política de colonização na Amazônia foi inserida em outros interesses, porém, novamente sem o objetivo de mudar a estrutura agrária do país, continuou orientando as migrações na perspectiva citada acima.

Tentou-se até o momento reconstruir sinteticamente a política de colonização do

³⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização”. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 245-250.

³⁵ SANTOS, Op. cit. 1993, p. 128-29.

³⁶ SANTOS, Op.cit. 1993, p. 130.

Estado buscando desvendar a forma que o mesmo deu à estrutura agrária no País. Esta reconstrução deixa claro que o interesse do Estado, além de garantir a ocupação da Amazônia e desmobilizar a organização dos movimentos rurais, era impedir que o movimento rural conseguisse instaurar uma luta contra o latifúndio no Brasil.

Esta política passa pelo reconhecimento da pressão que os rurais vinham implementado no país, pois desde o modelo de industrialização e urbanização iniciado por Vargas que buscava tornar a figura do campo relacionada à figura do atraso, representada por Monteiro Lobato na figura do “Jeca tatu”, símbolo do empecilho ao desenvolvimento nacional³⁷.

Para José de Souza Martins (2000), outro teórico importante sobre a questão agrária no país³⁸, este processo de expropriação está certamente ligado ao grande êxodo rural ocorrido a partir da década de 1940, quando a população urbana, era apenas 31,2% e em 1990 chegou a 75,4%, o que reflete uma implosão nas cidades, resultado da política de incentivo à industrialização iniciada naquele período.

No final da década de 1960, os próprios movimentos sociais, porém, urbanos, almejavam mostrar que o mundo rural já havia sido absorvido pelo capitalismo com as novas relações de produção nas fazendas, a mecanização do trabalho, a fuga para as cidades, a tecnologia genética, enfim, a organização do trabalho no campo que transformou as lutas sindicais.³⁹

Acredita-se que essas mudanças influenciaram na decisão dos sindicatos dos trabalhadores rurais de seguir os princípios das leis trabalhistas (em outras palavras, não desafiar o Estado) somados à estratégia de sobrevivência escolhida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) durante o Regime Militar, criou uma prática de vinculação ao estado disseminada no sindicalismo rural e urbano.

No final da década de 1980, apesar da expansão e fortalecimento do sindicalismo rural a “Reforma Agrária”, é, em verdade, uma espécie de “bandeira branca ou burguesa da reforma agrária”, termo emprestado do autor Nélio Borges (2000), apenas retardou o avanço de leis que limitassem o latifúndio e enfrentassem o mercado de terras, assim como a expropriação e grilagem de terras.

Todos os governos que chegam ao poder têm o mesmo discurso da necessidade

³⁷ LINHARES, Op. cit., 1999, p. 123.

³⁸ MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

³⁹ MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

de transformações para o desenvolvimento do capitalismo agrário, financiando o surgimento do trabalho assalariado, mas o que existe de fato é a continuidade da exploração do trabalhador do campo. Outra consequência da expansão do agronegócio é o aumento dos índices de crescimento do latifúndio durante as décadas de 1980 e 1990, principalmente na Amazônia.

Ao analisar os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de 1992 (INCRA), percebe-se que somente 42 mil imóveis rurais cadastrados possuem uma área de 165 milhões de hectares, cenário que não teve qualquer alteração desde 1966⁴⁰.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2006 foram identificados 4.367.902 de estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes dados evidenciam um aumento da concentração agrária, uma vez que o total de propriedades corresponde a 84% e o percentual de extensão destas terras corresponde a somente um quarto da área ocupada pelo agronegócio. Ainda segundo os dados do IBGE em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo.⁴¹

⁴⁰ INCRA. *Atlas Fundiário Brasileiro*. CD ROM. Brasília, 1997.

⁴¹ www.pedrocesarbatista.blogspot.com.

1.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: ORGANIZAÇÃO E SINDICALISMO RURAL.

Os movimentos sociais de luta pela terra, remonta ao período colonial, e mesmo nos primeiros anos da República continuaram incomodando a elite latifundiária. Para iniciar esta discussão é importante lembrar a análise feita por Peter P. Houtzager, em “Os últimos Cidadãos”⁴², que trata da política do Brasil rural nas últimas três décadas do século XX, e traz uma reflexão teórica e histórica acerca da sindicalização, dos conflitos e das mobilizações populares no âmbito rural, durante e depois do Estado Militarizado. Para esse autor, a organização, o início da luta pelos direitos civis e a legislação trabalhista da população rural durante o estado autoritário (1964-1985), ocorreu com o auxílio de setores moderados, como a Igreja Católica, sofrendo influência do novo sindicalismo da esquerda urbana, como também de partidos políticos que estavam na clandestinidade e que passaram a disputar a organização dos trabalhadores rurais.

A partir dessa reflexão, far-se-à a análise da trajetória das organizações rurais, considerando como marco de uma organização mais duradoura as Ligas Camponesas no Nordeste, iniciadas no engenho de Galiléia, no Estado de Pernambuco. Este movimento simboliza a luta daqueles trabalhadores explorados pelas terras dos antigos engenhos do Nordeste, marcando uma progressiva politização destes segmentos.

As Ligas Camponesas incentivaram a expansão dos movimentos de luta pela terra em vários Estados do Brasil. Em 1962 vários encontros e congressos foram realizados, reunindo representantes das diversas ligas por uma reforma agrária radical. Este movimento alcançou grande repercussão, porém, com as perseguições militares, Francisco Julião e diversos outros líderes foram presos e condenados, provocando uma dispersão e o declínio do movimento. Com efeito, o surgimento das ligas camponesas⁴³ ganhou notoriedade na imprensa nacional e passou a ser interpretado pelos militares como uma revolução agrária de caráter comunista em andamento no país.

Outro movimento que se destacou foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), surgido no final da década de 1950 no Rio Grande do Sul. O mesmo teve início a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada

⁴² HOUTZAGER, Peter P. *Os Últimos Cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964 – 1995)*. São Paulo: Globo, 2004, p. 188.

⁴³ Ver: MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.

do Sul, disseminando-se com os seus acampamentos para ocupar terras por todo o estado do Rio Grande do Sul. A partir de 1962, com a derrota do Partido Trabalhista Brasileiro PTB (liderado por Leonel Brizola), o movimento passou a sofrer forte ataque, o que o enfraqueceu.⁴⁴

A partir de 1962, alguns grupos da Igreja Católica passaram a vislumbrar o controle da cúpula do movimento camponês que naquele período estava, ao menos em parte, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dentro da Igreja Católica destacou-se a Ação Popular (AP), resultante de uma fração da Juventude Universitária Católica (JUC), que fora organizada pela Ação Católica (AC), organização mantida pela Igreja nos meios leigos e que se estendeu para o meio universitário. Contudo, a AP se afastou das atividades conservadoras da igreja e buscou atuação mais radical no campo, defendendo inclusive a reforma agrária.

Ainda no início da década de sessenta, com as campanhas educacionais baseadas na pedagogia desenvolvida por Paulo Freire, emergiram grandes mobilizações dos trabalhadores, trabalhadoras rurais e assalariados rurais,⁴⁵ acirrando a questão agrária no país e gerando a necessidade da abrangência destes segmentos rurais na legislação trabalhista, já existente para os trabalhadores urbanos desde os primeiros anos da década de 1930.

Assim, corrobora-se com Houtzager, quando aponta que o governo de João Goulart foi confrontado por uma repentina onda de mobilização por parte dos trabalhadores rurais, assalariados, meeiros e famílias de sem terra, até então praticamente ignorados, tornaram-se objeto de feroz competição de segmentos que buscavam uma forma de aumentar sua base política, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), segmentos progressistas e conservadores da Igreja Católica, as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER).⁴⁶

Em resposta, João Goulart tentou organizar as relações de trabalho, posse e produção no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, e propôs a reforma agrária como uma de suas reformas de base. Esta foi, talvez, uma das mais temidas reformas pela classe dominante, tanto que quinze dias após sua chegada ao Congresso Nacional,

⁴⁴ MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

⁴⁵ Neste período a CONTAG procurou trabalhar com uma identidade baseada em classes, construindo a categoria legal de “trabalhador rural”, como já havia sido definida no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, substituindo o termo “camponês”, então considerado “revolucionário”.

⁴⁶ MORISSAWA, Op. cit. 2001, p. 128.

as elites apoiaram um Estado militarizado e conservador que atendesse aos interesses tanto do capital nacional como do capital internacional e que estancasse o processo de participação popular crescente em todo o país.

Com o advento do Estado militarizado em 1964, os militares iniciaram uma política de aproximação conservadora com os movimentos do campo por meio da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), criada ainda por João Goulart. Portanto, paralelo à repressão, vieram os programas governamentais para o meio rural, sendo o primeiro deles o Programa de Bolsas de Estudos (PEBE), criado em nível nacional e que dava prioridade aos sindicatos rurais.

O segundo passo dessa aproximação conservadora ocorreu em fevereiro de 1965, quando, pela Portaria nº. 71, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o governo definiu o tipo de enquadramento sindical que deveria existir no meio rural, estabelecendo a exigência de um único Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) por município⁴⁷. Dessa forma, reunir-se-iam em um mesmo Sindicato, tanto os trabalhadores assalariados (temporários), quanto os agricultores familiares, arrendatários, parceiros, etc.⁴⁸

Estas questões poderiam render muitas discussões teóricas, como a falta de reconhecimento da diferença e da distância entre o pequeno proprietário e o assalariado rural que ainda está na luta pela posse da terra, extinguindo a distinção entre a luta de quem já está na terra e daqueles que ainda lutam por ela.

O terceiro passo dessa aproximação conservadora, e a nosso ver o principal, foi a extensão da legislação trabalhista, ainda em 1968, aos sindicatos rurais, como sugerem os dados de Houtzager:

A variação regional na atividade sindical foi pronunciada nos anos 70. Em Pernambuco, um estudo de 1971 do GERAN (Grupo Especial de Racionalização da Indústria Açucareira do Nordeste), descobriu que 93% dos sindicatos providenciavam assistência legal – ou seja, informavam os membros sobre os seus direitos legais, ajudando a trazer casos perante a corte trabalhista e conduziam atividades semelhantes. Outros estados do Nordeste estavam logo atrás: No Rio Grande do Norte, 82%, na Bahia e Alagoas, 71%, e no Ceará 67%. Porém, no Estado do Rio Grande do Sul,

⁴⁷ Anteriormente o enquadramento sindical possibilitava a existência de até quatro sindicatos de trabalhadores agrícolas numa mesma base territorial. Estes eram: Sindicato dos trabalhadores na lavoura, Sindicato dos trabalhadores na pecuária, Sindicato dos trabalhadores na produção extrativa e Sindicato dos pequenos produtores. Esta forma de organização foi modificada pela citada Portaria 71, do Ministério do Trabalho.

⁴⁸ COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Unicamp, 1998, p. 26.

uma pesquisa de 1975 descobriu que menos de 2% dos sindicatos providenciavam assistência legal. Ali, os sindicatos trouxeram o Estado para as comunidades rurais de um modo diferente – 53% dos 227 sindicatos da região providenciavam “assistência agrícola técnica”.⁴⁹

Esta estratégia de aproximação do Estado foi aceita por muitos sindicatos talvez, como forma de sobrevivência e, por outros, por opção de seus sócios filiados. Esta expansão dos sindicatos proporcionou a efetivação do desejo iniciado de se criar Federações Estaduais e uma Confederação Nacional. A primeira Convenção Brasileira de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foi realizada em Natal, em julho de 1963, com a participação de sindicatos ligados à Igreja Católica e à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), criada pelo PCB em 1954. Nessa convenção foi proposta a criação de uma Confederação Sindical na Agricultura, fato efetivado em dezembro de 1963, composto por sindicatos dos dois segmentos da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).⁵⁰

Desta maneira, o crescimento dos sindicatos ocorreu mais rapidamente e, em 1968, a CONTAG decidiu priorizar a criação dos Sindicatos e Federações Estaduais. Em 1970 havia 1.218 sindicatos e 17 federações estaduais, o que foi motivado pela implementação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pró-Rural) que visava trazer de vez os trabalhadores rurais para a órbita do Estado. Lançado na década de 1970, foi o primeiro programa criado para regular o sindicalismo rural dentro da estrutura oficial do Estado.⁵¹

Este dava continuidade à institucionalização dos sindicatos rurais, iniciada com a aprovação da Lei 4.214, de 02/03/1963, que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural. Em seguida foi criado o Pró-Rural que previa dar aos trabalhadores rurais previdência social, assistência médica e outros benefícios sociais. A citação a seguir evidencia a relação deste programa com o crescimento dos sindicalizados.

Os recursos investidos tiveram impacto considerável. Em Dezembro de 1973, o número de pensões de aposentadoria de trabalhadores aproximava um milhão. Em 1980, os sindicatos rurais detinham metade de todos os contratos médicos concedidos pelo Pró-Rural, o quadro de sindicalizados pulou de um milhão em 1971, para mais de seis milhões em 1978 e oito

⁴⁹ HOUTZAGER, Op. cit., p. 60.

⁵⁰ Ver: COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Unicamp, 1998; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

⁵¹ PERES, Nélio Borges. *Modernização das Relações de Trabalho: A propósito da criação do núcleo intersindical de conciliação trabalhista de Patrocínio – MG (1988-2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, SP: UNESP, 2003, p. 35.

milhões em 1989.⁵²

Em 1968, a inclusão dos serviços previdenciários no interior do sindicalismo rural visava, segundo as próprias palavras do Ministro do Trabalho Júlio Barata, “*converter no assistencialismo o principal papel desempenhado pelas entidades rurais*”⁵³. Destaca-se aqui a conseqüência histórica que se desenvolveu: num surto de entidades sindicais que passaram a dominar a organização rural, haja vista que agora estavam integradas no plano de assistência social e possuíam direitos, transformando os sindicatos em postos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a serviço do governo, oferecendo serviços de aposentadoria, saúde, crédito e até mesmo serviços funerários, prática que deixou raízes difíceis de serem quebradas, pelas atuais lideranças dos sindicatos rurais, além de impossibilitar as atividades coletivas de massa.

Decorridos quinze anos do golpe, em 1979, período considerado crítico para o novo regime, delegados do movimento sindical dos trabalhadores rurais, representando setecentos e vinte cinco sindicatos rurais e vinte e uma federações estaduais, reuniram-se no 3º Congresso Nacional da CONTAG para traçar os rumos do novo movimento rural, o que demonstrava estarem cientes da nova era política. O Congresso foi seguido por uma campanha intensa visando melhores salários no Nordeste, em especial nas áreas canavieiras. As greves, que chegaram a reunir 20.000 trabalhadores e trabalhadoras, com apoio de estudantes universitários e da ala esquerda da Igreja Católica, conquistaram vitórias importantes, em especial a mobilização desses trabalhadores, há muito adormecidos.

Durante a década de 1980, a CONTAG passou a enfrentar sérias críticas da esquerda já reorganizada, dos sindicatos urbanos, dos partidos políticos e de sua própria base, já que a mesma tinha dificuldade em se definir dentro de um sistema político partidário e fazer críticas ao governo militar, o que levou vários sindicatos e federações da CONTAG a recusarem a filiação na Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. No entanto, alguns setores da CONTAG iniciaram uma aproximação com o Partido dos Trabalhadores – PT. Criou-se assim uma rivalidade CUT/CONTAG, e somente em 1996 a CONTAG filiou-se à CUT.

O projeto político dos militares para o campo parece ter dado resultados concretos quando conseguiu a desmobilização de um movimento sindical de atuação

⁵² Ibidem, p. 63.

⁵³ Idem, Ibidem, p. 43.

efetiva e passou a trilhar um modelo assistencialista, baseado na extensão dos deveres do Estado aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), fomentando assim o chamado "sindicalismo burocrático". As conseqüências desse sindicalismo burocrático foram intensas. Mas apesar desta inserção o movimento rural em seus diversos segmentos constitui-se como um dos poucos espaços a sustentar grandes mobilizações de massa na luta não somente por políticas públicas necessárias à permanência no campo quanto por mudanças estruturais e pelo fim do latifúndio.

O crescimento dos conflitos agrários, o aumento da produção familiar e o grito da terra, são alguns exemplos da resistência e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

É importante ressaltar as diferenças entre o sindicalismo urbano e as dificuldades enfrentadas pelos dirigentes rurais. Para os militantes urbanos existem a segurança trabalhista, a liberação do trabalho, a estabilidade empregatícia no caso dos servidores públicos, o desconto automático em folha, dentre outras vantagens legalmente reconhecidas para os urbanos. Esta diferenciação não representa a fragilidade mas sim a força destes movimentos.

CAPÍTULO 2

PERIMETRAL NORTE: MIGRAÇÃO E PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO SUDESTE DE RORAIMA.

2.1. ANTECEDENTES DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM RORAIMA.

Os primeiros contatos com a região do atual estado de Roraima por não índios remonta o século XVIII, com apresamentos de índios feitos por meio das tropas de resgate na primeira metade do mesmo.⁵⁴ Na segunda metade do século XVIII se deu a instalação das três fazendas reais, que passaram a se chamar Fazendas Nacionais após a Proclamação da República: São José, São Bento e São Marcos. Os objetivos de tais fazendas era criar uma organização espacial para viabilizar um projeto econômico a partir da criação de gado no norte do atual estado de Roraima para proteger as fronteiras.

Ao longo do século XIX, as fazendas particulares começaram a se multiplicar tanto nas terras das Fazendas Nacionais como fora delas. O que não previam seus idealizadores é que as fazendas São Bento e São José fossem ocupadas por posseiros no início do século XIX, e usurpadas por seus antigos administradores e arrendatários, que se tornaram grandes latifundiários à custa das fazendas do Estado, principalmente depois da Proclamação da República⁵⁵.

A forma de ocupação das Fazendas Nacionais leva a supor, de acordo com os relatórios da província investigados, que a Lei de Terras de 1850 não teve grande repercussão nestas terras da Amazônia. Segundo Relatório de Província, datado de 12 de março de 1857, no qual seu presidente descreve o levantamento do patrimônio na região do Rio Branco, a província ainda possuía as três fazendas nacionais,⁵⁶ no entanto, segundo Vieira, estas fazendas tornaram-se alvo de interesses privados, onde numerosos fazendeiros particulares se fixaram como o latifundiário Sebastião Diniz, do

⁵⁴ VIEIRA, Op. cit., 2007, p. 9-15.

⁵⁵ Ibidem, p. 35.

⁵⁶ PROVÍNCIA do Amazonas. *Relatório do Presidente da Província do Amazonas Ângelo Thomas do Amaral, em 1857*. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas – IGHA, Manaus. Segundo exposição feita a respeito do repasse dos bens da Província, a região do Rio Branco ainda contava com as três fazendas. No entanto, no relatório de repasse para a criação do estado do Amazonas, as três Fazendas Nacionais não aparecem mais.

Pará. Em 1886, outro relatório já apontava a existência de oitenta fazendas particulares na mesma região⁵⁷. A respeito desse processo, Nelvio Santos acrescenta:

Com o mercado de Manaus absorvendo gradativamente o excedente da pecuária do rio Branco, as antigas fazendas vão se expandindo e se multiplicando. Uma delas, a da Boa Vista do Carmo, fundada em 1830, por Inácio Lopes de Magalhães, oficial do forte de São Joaquim e oriundo do Nordeste, daria origem à primeira cidade junto ao rio Branco (OLIVEIRA, 1991). Magalhães formou um pequeno clã, como aconteceu com os patriarcas das famílias Brasil, Motta, Souza Cruz e outras que vão formando alianças e avançando sobre as terras indígenas e públicas. Posteriormente, já no início do século XX, os pecuaristas vão também participar da extração do ouro e de diamantes, na condição de financiadores e controlar parte do comércio com a Guiana e a Venezuela. Essa última atividade era facilitada porque muitas fazendas estavam, e estão localizadas próximas à fronteira, onde pontificam na atualidade muitos garimpos e campos de pouso. A mais forte parece ter sido a família Brasil, que teve disputas sobre terras com a empresa J. G. Araújo, sediada em Manaus. Esta detinha a posse de vastas áreas no território, era aviadora de extração da balata, fornecedora de víveres para as tropas e membros das diversas comissões de limites nas fronteiras, além de possuir a maior casa de comércio de Boa Vista.⁵⁸

Com a Lei de Terras de 1850, esta expansão das fazendas particulares citada por Santos iniciará a preocupação com a legalização destas terras junto à Província. Das três Fazendas Nacionais, a única fazenda ainda pública é a Fazenda São Marcos, que atualmente, passou para as mãos da União e encontra-se sob a responsabilidade administrativa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). É importante salientar que a Fazenda São Marcos, também foi dividida em várias fazendas particulares, teve os fazendeiros retirados somente após sua homologação como Terra Indígena.

A legalização de parte destas Fazendas Nacionais foi conseguida por meio de venda ou doação da terra e ocorreu após a criação do município de Boa Vista do Rio Branco, em 09 de julho de 1890 pertencente ao estado do Amazonas. Com a Proclamação da República e a Constituição de 1890, as terras ditas “devolutas”, que englobavam também as terras indígenas, passaram a pertencer ao Estado do Amazonas, que teria a autonomia de vender ou doar as que não fossem interessantes conservar.

Nádia Farage e Paulo Santilli registraram que após a Proclamação da República foi criada a “Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização”, órgão que faria a demarcação e titulação das terras nos estados. Para o interior, o regulamento delegava o

⁵⁷ VIEIRA, Op. cit., 2007, p. 37.

⁵⁸ SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/UFPA, 2004, p. 88.

registro de títulos às Intendências Municipais, cabendo a elas atestar a veracidade das declarações dos requerentes, bem como a ausência de litígios. Os autores atestaram que essas intendências eram controladas pela política local, e que o próprio registro de títulos dos novos proprietários tornava-se um mero jogo de mútuas legitimações entre os fazendeiros.⁵⁹

Esta autonomia administrativa era desejada pelos pecuaristas locais por enxergarem nela a possibilidade de ocuparem legalmente suas terras, uma vez que eles foram os mesmos que formaram, mais tarde, a classe política local.⁶⁰

Com isso, as fazendas particulares, que estavam inseridas nas terras indígenas, foram sendo legalizadas pelos diversos dispositivos legais que favoreceram a consolidação da ocupação fundiária. Dentre estes dispositivos, está justamente a Constituição de 1891, que dava autoridade para a regulamentação agrária regida por decretos e leis editados pelos próprios estados⁶¹. Assim, os meios legais passaram a regularizar as posses existentes antes da Proclamação da República, ou seja, a classe política local iniciou um festival de distribuição de títulos entre si e entre seus protegidos, excluindo mais uma vez os trabalhadores das fazendas e os indígenas que ainda forneciam grande parte da mão de obra.

Por outro lado, segundo Ligia Osório⁶², não consta que no tempo do império as províncias do Norte (Norte e Nordeste de hoje) tivessem sido mais receptivas à política de demarcação de terras do Estado Imperial do que as demais províncias do país. A mesma ao analisar a extinção das comissões de medição de terras na Região Norte, encontrou relatos das críticas feitas por parte dos políticos do Norte que acusavam o Governo Imperial de favorecer apenas os interesses da lavoura cafeeira. Esta extinção provocou a revolta dos políticos como Souza Dantas que acusou o Ministro da Agricultura Antonio Prado de prejudicar a regularização e a imigração para aquelas áreas. Prado defendeu-se no senado:

Desde 1867, Sr. Presidente, o orçamento consigna verba para o serviço de terras e, entretanto, ainda no Último ano achou o governo

⁵⁹ FARAGE, Nadia; SANTILLI, Paulo. “Estado de Sítio: territorialidade e identidade no vale do Rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 270.

⁶⁰ Idem. *Ibidem*, p. 39.

⁶¹ Cf. VIEIRA, Jaci Guilherme. Op. cit., 2007; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito a Terra no Brasil: A gestão do conflito – 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁶² SILVA, Ligia Maria Osório. *A Lei da Terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1990.

dificuldades . Basta este fato pra provar a necessidade de dar a esta despesa a aplicação mais útil e prática. O que têm feito no Norte do Império as referidas comissões? Quantos lotes mediram?...Nada me consta e creio mesmo que os resultados têm sido nulos. Para que portanto conservar tais comissões? Para realizar o serviço das terras particulares? Legitimação, etc...? Mas este serviço incumbe aos juizes e deve ser pago pelos próprios particulares.⁶³

Como fica evidente, na Região Norte, desde o período Imperial sempre ocorreu a transformação das terras públicas em privadas, logo, esta problemática historicamente acompanha esta região, a ocupação de terras públicas pela classe política local continua sendo um grande celeiro de investigação para a História.

Quanto ao início da colonização e distribuição dos lotes para os colonos, pode-se selecionar como marco a criação do município de Boa Vista e a transformação do município de Boa Vista em Território Federal do rio Branco, em 1943, quando ocorreu o primeiro aumento demográfico significativo do Território⁶⁴, com a chegada de um número expressivo de funcionários do governo, como afirma Nelvio Santos.

Baseada no diagnóstico de Araújo Cavalcanti e sua equipe, implantada pelo decreto citado e inalterado por duas décadas, a máquina administrativa territorial constava de: Governador; Secretaria Geral; Divisão de Saúde e Saneamento; Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância; Divisão de Educação; Divisão de Produção, Terras e Colonização; Divisão de Obras; Divisão de Segurança e Guarda; Serviço de Administração Geral e Serviço de Geografia e Estatística. Essa estrutura deu os meios para que os administradores implantassem pelo menos parte das medidas de infraestrutura tidas como necessárias para promover o desenvolvimento: construir uma cidade-capital administrativa, melhorar os transportes e promover a colonização agrícola, trazendo e apoiando colonos com crédito e assistência técnica. Já no primeiro governo, destaca Freitas (1997), instalou-se uma máquina de beneficiamento de arroz e colocação de um aviamento para farinha de mandioca, instalação de dez famílias de agricultores, venda de material agrícola e a instalação da primeira região agrícola na região de Murupu, além de medidas diversas de apoio.⁶⁵

Nessas circunstâncias de um rápido aumento demográfico, fez-se necessário o incentivo à produção agrícola. Por outro lado, a política de Getúlio Vargas (1930-1945), de incentivar a distribuição de terras na Amazônia⁶⁶ está ligada a um projeto de segurança nacional voltado principalmente para os recém criados Territórios Federais,

⁶³ SILVA, Op. cit., p. 245.

⁶⁴ BARROS, Op. cit., p. 88.

⁶⁵ SANTOS, Op.cit., p. 90.

⁶⁶ Sobre a história do campesinato na Amazônia, ver: CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no século XX: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. (especialmente o capítulo 2).

resultando na criação dos primeiros projetos de colonização de Roraima.

Estes projetos foram criados na área de floresta, ao sul do território foram estes: A colônia Fernando Costa, criada em 1944, mas que realmente funcionou a partir de 1951. Localizada, na época, no município de Caracarái, com uma área calculada em 4.080 ha. (atualmente corresponde ao município de Mucajaí).

No mesmo período, foi criada a colônia de Brás Aguiar (atualmente município do Cantá), com uma extensão de 1.250 ha. À época da criação pertencia à capital Boa Vista. Esta colônia enfrentou sérios problemas quanto à acessibilidade e à dificuldade de produção⁶⁷. Em 1953, foi criada a colônia Coronel Motta, conhecida como município do Taiano, que também ficou prejudicada pela falta de acesso à capital. Logo nos primeiros anos de sua fundação, esta colônia recebeu além de migrantes nacionais colonos japoneses.⁶⁸

Esses primeiros assentamentos visaram dar início à produção de gêneros alimentícios para Boa Vista e formar um cinturão de abastecimento, mas como observou Nilson Crócia, *Todos estes primeiros esforços de colonização se foram arrastando pelos anos 50 e 60, porém sem ímpeto, até que o evento rodoviário dos anos de 1970 desse a colonização natureza de “rush”, no sudeste do Estado*⁶⁹.

Após estas três, que foram as primeiras, foram criadas novas colônias como a de Alto Alegre⁷⁰ na margem esquerda do Rio Mucajaí e a Colônia de Sorocaima, na BR-174. Durante a década de 1970, surgiram outros povoados e vilas ao longo das rodovias e deram início à maioria dos atuais municípios da Região Sul e Sudeste de Roraima.⁷¹

Os migrantes trazidos para estas colônias, de acordo com o Atlas do Território Federal do Rio Branco, de 1981⁷², eram originários, sobretudo, do Nordeste do Brasil, principalmente do Maranhão, utilizando a terra como base do trabalho familiar, explorando seus pequenos lotes no sistema de roças e exercendo a prática de uma

⁶⁷ A respeito da data de criação da colônia do Cantá há divergência nas informações. Segundo matéria publicada pelo *Jornal Boa Vista*, em 28/04/1978, a mesma foi criada em 1958 pelo Dr. Valério Magalhães, ex-secretário geral do território e ex-deputado federal.

⁶⁸ Atlas de Roraima. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Rio de Janeiro: IBGE/Governo de Roraima, 1981.

⁶⁹ BARROS, Op. cit., p. 89.

⁷⁰ Esta colônia recebeu 92 famílias, quase todas maranhenses.

⁷¹ Em 1976, a BR-174, é entregue ao tráfego, e a BR-210 (Perimetral Norte) já alcançava, em 1975, o local onde se encontra o município do Caroebe. A partir de então, começaram a chegar caminhões, ônibus e a frente pioneira estava efetivada.

⁷² Idem. Ibidem.

agricultura de subsistência cuja base era de culturas alimentares de ciclo curto. Estas colônias faziam parte de uma tentativa de fornecimento de alimentos, no entanto estas regiões continuam sem estrutura física, estradas, vicinais e transporte adequado, sendo cotidiano as denúncias feitas nos meios de comunicação quanto à impossibilidade de tráfego, principalmente durante o inverno. Outro problema que predominou foi a formação de latifúndios de fazendeiros com a venda dos lotes, principalmente nas regiões do Apiaú, Roxinho e Serra Grande, ou seja, nos dois municípios próximos que são Mucajaí e Cantá ocorreu um rápido predomínio de chácaras, e fazendas e banhos da classe média local formada especialmente por empresários e políticos sendo ainda uma pequena parte ocupada por servidores públicos.

Dentro dos vários problemas que contribuíram para que as primeiras colônias oficiais não alcançassem êxito pode-se apontar a falta de incentivos à produção como: implementos agrícolas, acompanhamento técnico, financiamentos, educação e assistência médica.

Essa assertiva pode ser confirmada na matéria do *Jornal Boa Vista* na qual o Governador Fernando Ramos Pereira participa da inauguração do escritório da Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER). Na mesma ocasião anuncia a construção da estrada que dava acesso à colônia do Cantá, como tentativa de melhorar o escoamento da produção, o que evidencia as péssimas condições ou a falta delas nas colônias já existentes desde a década de 1950.⁷³ Além disso, no mapa da estrutura organizacional da ASTER em 1977, previa atendimento somente nas Regiões de: Cauamé, Amajari, Normandia, Surumu, Serra da Lua, Parimé, Mucajaí, Maú, Taiano, Cotingo e Uraricoera.

Acompanhando e respaldando as ações governamentais, a imprensa roraimense, em mais de uma oportunidade, produziu registros fotográficos de facetas do processo de colonização oficial em Roraima.

Um desses momentos é o que aparece na fotografia a seguir, retratando Mario Andreazza, então Ministro dos Transportes, com o seu peculiar sorriso largo, numa cerimônia de entrega de títulos a uma trabalhadora rural em Roraima. O documento entregue era apenas de posse do lote, uma vez que para emissão do título definitivo era necessário um processo longo até a desalienação da terra, o que levaria em média três anos. No entanto, é bom ressaltar que a quantidade de títulos emitidos pelo INCRA,

⁷³ *Jornal Boa Vista*, Boa Vista – RR, 28 de abril 1978.

mesmo dentro da área destes primeiros assentamentos, foi irrisória.

FIGURA 001:
ENTREGA DE TÍTULO DE TERRA EM RORAIMA



Fonte: *Jornal Boa Vista*, 1978.

A visita do Ministro Mário Andreaza evidencia ainda que o Estado objetivava garantir na Amazônia o controle da ocupação das terras, apesar deste já está garantido pela autoridade legal com o Decreto-Lei 1.164, que deu ao Governo Federal controle sobre cem quilômetros de ambos os lados das rodovias federais, incluindo aquelas ainda em fase de planejamento na Amazônia. Para dar continuidade a este projeto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷⁴ passou a executar um número ilimitado de programas da chamada Reforma Agrária, a que chamamos de Bandeira Branca da Reforma Agrária, por corresponder a política militar e elitista de colonização e controle sobre as terras da Amazônia. Houtzager identificou esta estratégia da seguinte maneira:

A elite buscava assegurar o controle Federal sobre a terra, o que era crucial, não apenas para a racionalização da posse da terra, mas também para a integração da última e maior região fronteira – A Amazônia cobre mais de um terço do território nacional. O INCRA tornou-se o instrumento burocrático do Estado para assuntos da terra, nos anos 70, e seria, a partir daquele momento, alvo comum dos movimentos rurais.⁷⁵

O grande fluxo de projetos de colonização rural na Amazônia no final da década

⁷⁴ No fim dos anos 80 o INCRA foi abolido e a autoridade para realizar a Reforma Agrária foi transferida para o Ministério da Agricultura. O ressurgimento daquele órgão ocorreu somente após a redemocratização, já na década de 1990.

⁷⁵ HOUTZAGER, Op. cit., p. 92.

de 1970 e início de 1980 transferiram parte dos problemas sociais de outras regiões para a Amazônia, dentre eles os conflitos por terra que exacerbavam o Nordeste e ameaçavam os interesses particulares das elites.

O que estava em jogo era a reprodução do capital, assim, *a preocupação da elite era o desenvolvimento de uma agroindústria orientada para a exportação. A expansão agrícola para a Região Amazônica deveria resultar em ganhos adicionais na produção bem como na exploração mineral.*⁷⁶

Quanto a este processo de colonização e ocupação recente na região sudeste de Roraima, assim como quanto à construção social do migrante, torna-se necessário um intervalo de reflexão a fim de efetuar uma análise historiográfica cujo protagonista é o migrante das décadas de 1970 e 1980 em Roraima.

A obra do professor Aimberê, *História e Geografia de Roraima*, ao falar sobre o processo de migração e colonização para a região sudeste, limita-se a retratar esse processo em poucas palavras: *Para ocupar essa região, eminentemente de florestas foram trazidos colonos, do Maranhão em sua maioria, mas também do Paraná e do Rio Grande do Sul.* Percebe-se que em seu trabalho não existe qualquer preocupação em fazer uma análise histórica ou sociológica a esse respeito, sendo meramente descritiva, portanto sem dar o valor devido a um processo intenso, doloroso como foi a vinda de milhares de migrantes para Roraima. Para este memorialista os migrantes que se deslocaram para o sudeste do estado não tinham vida, cor, sexo ou seja, um lugar social.

De igual forma na tese de doutorado intitulada “Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988” da professora Maria das Graças Santos Dias Magalhães, também não demonstra preocupação em fazer uma discussão aprofundada sobre quem eram esses migrantes, em especial qual o impacto social e político com a chegada destes. Assim, a mesma afirma que *Com relação a procedência dos migrantes, têm-se a predominância do estado do Maranhão, seguido do Pará e do Amazonas*, na verdade a autora apenas segue passos de Aimberê Freitas⁷⁷. Quanto ao processo de migração e ocupação para a região sudeste de Roraima, especificamente para os municípios de São Luiz e São João da Baliza, a autora afirma a seguir, sem apontar pesquisa de campo, que a mesma teria ocorrido em decorrência de uma política de colonização do Estado:

⁷⁶ Ibidem, p. 94.

⁷⁷ MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia: O Extrativismo Vegetal no Sul de Roraima (1943-1988)*. Boa Vista: EDUFRR, 2008, p. 113.

O INCRA desempenhou um papel importante no processo de colonização da mesorregião sul, sendo responsável pelo surgimento de inúmeros núcleos populacionais, principalmente ao longo das rodovias BR-174 e BR-210. (...) No início da década de 1980, com a abertura da Perimetral Norte a região que hoje compreende o município de São João da Baliza passou a receber colonos vindos principalmente do Sul e do Nordeste⁷⁸.

Ao analisar detidamente essa região observa-se que uma afirmação como essa é questionável, especialmente, pelas fontes que se teve acesso, dentre elas pode-se citar os diversos processos do INCRA, os depoimentos orais realizados ao longo da pesquisa e a análise de documentos pessoais dos migrantes.

Quanto ao estabelecimento dos migrantes nos lotes, de acordo com a pesquisa realizada nos arquivos do INCRA e ITERAIMA, além das pesquisas de campo, podemos afirmar que o mesmo ocorreu de forma espontânea até o ano de 1980, portanto, sem qualquer envolvimento do Estado.

Reduzir este processo a uma ação de colonização oficial, como afirma Magalhães, é esquecer a grande distância que separa o planejamento oficial que nega a transgressão, a espontaneidade, e a ação social dos sujeitos. Dessa forma a obra de Aimberê que se transformou numa fonte quase oficial, difere muito do que de fato ocorreu não somente no processo de ocupação como na vida das pessoas envolvidas.

Outro aspecto importante é a inserção da subjetividade, isto porque se acredita que o processo de migração ocorre também pelas próprias redes de conexão criadas pelas relações sociais destes, pela subjetividade da experiência de vida de cada um e, principalmente, pela diversidade de motivações e não apenas como afirma Magalhães por uma política do Estado.

No depoimento de um técnico⁷⁹ do INCRA que trabalhou na implementação do Projeto de Assentamento Jauaperi ficou claro que o início desse processo foi realizado de forma espontânea, sem qualquer intervenção do Estado, segundo ele:

No projeto Jauaperi as pessoas ocupavam seus lotes sem ter uma seleção, por exemplo, a ocupação de São João da Baliza foi uma ocupação espontânea aonde os migrantes iam chegando e iam tirando o lote assim como o núcleo urbano, isso no final da década de 1970, somente em 1986

⁷⁸ Idem. Ibidem, p. 127.

⁷⁹ Entrevista do Sr. Sávio Lopes dos Santos, técnico do INCRA, à autora. Boa Vista – RR, junho de 2005. Doravante todas as entrevistas citadas foram realizadas pela autora e pertencem a seu acervo, salvo quando houver indicação em contrário.

foi criado o projeto JATAPU.⁸⁰

A documentação encontrada nos próprios arquivos do INCRA demonstra que o processo de ocupação da Perimetral Norte, inclusive no projeto Jatapu que deveria ter sido planejado, ocorreu de forma espontânea, sem o olhar e o controle do Estado. Isto fica claro ao verificar um despacho dado em 1983 por Aldo Morais Pessoa, que, ao analisar um pedido para regularização domínial de um lote com 100 hectares na gleba Jauaperi, no município de São Luiz, pertencendo a Alaerte do Carmo, reconhece a necessidade do Estado em regularizar a posse, pois segundo ele o lote já teria sido ocupado, assim como reconhece a necessidade do INCRA ter o controle deste processo:

O pedido de referencia justifica-se plenamente visto que a migração para o Território em busca de terras é cada vez mais acentuadas, o que força esta autarquia, em situação de excepcionalidade, planejar e executar um trabalho de regularização fundiária mais acelerado. Com isso minimiza-se ainda o surgimento de conturbação social, grilagens e o famigerado comércio de terras na zona rural.⁸¹

Ainda sobre como e quando ocorreu essa ocupação espontânea de São João da Baliza e do Assentamento Jauaperi, torna-se importante o depoimento de João Pereira, um dos principais pioneiros dessa cidade; a bem da verdade, uma forte liderança no processo dessa conquista.

Durante os anos de 1970, e 1974, a gente tinha que se virar pra dar terra pros que chegavam eu tirava aquele cipó de titica, media cinquenta metros dele usava como fita métrica pra medir os lote que eram de cem ha. e fazíamos então um sorteio, colocando os nomes das pessoas num saco, eles tiravam um papel com um número dentro de um saquinho, era na sorte, cada um tirava o número que por sua vez era o próprio numero do lote onde iria ficar. Eu dizia olha a esquerda é par e a direita é impar, dessa forma nunca teve briga. A minha própria sogra é que digitava numa velha máquina de datilografar o documento de posse, que eu mesmo assinava. Inclusive fui preso quando o INCRA chegou e levado pela Policia Federal por estar doando terra da união. Levaram-me daqui pra lá preso.. Mas eu entrei dez quilômetros de mata abrindo uma vicinal, pois não existia vicinal, os colonos chegavam, ficavam aqui, não tinham nada, queriam trabalhar na minha terra, nós vizinhos, eu disse não, não precisa, aqui nós estamos no meio de muita terra graças a Deus, nós iríamos esperar por quem? Chegavam três ônibus por dia, assentei quarenta famílias. Depois o governador me deu o titulo de subprefeito, ai pude continuar abrindo vicinal, e atendendo as pessoas, quando acabou os terrenos na beira da estrada.

Esse depoimento de Pereira é crucial e acaba evidenciando que logo no inicio da

⁸⁰ Idem, Ibidem.

⁸¹ Processo de Coordenadoria Regional do Extremo Norte – Coordenação Fundiária de Roraima (CR-15), T-1/ N° 1.009/83- PAR-JUAPERI de 06//06/1983. Folha 08. Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. PF/Roraima. Arquivo INCRA, Boa Vista – RR.

abertura da Perimetral Norte os migrantes, inclusive ele próprio, começaram a retirar ou comprar de antigos posseiros seus lotes antes de um planejamento do INCRA.

Portanto, quanto a esta ocupação, diferentemente do que afirma Magalhães em algumas passagens de sua obra que “Coube ao INCRA promover os assentamentos”⁸². Pereira, quando indagado sobre a responsabilidade do INCRA e do Estado quanto ao início da ocupação na Perimetral, não pestaneja em afirmar “Na verdade não tinha Secretaria de agricultura, não tinha INCRA, Estado não tinha nada disso. O INCRA nesse tempo nunca deu um palmo de terra pra ninguém, nem nunca deu as caras por aqui”⁸³.

Esta informação pode ser confirmada tanto pela fala do técnico, assim como o próprio arquivo do INCRA, que comprova a instalação apenas de uma sede regional ainda ligada ao estado do Amazonas, na denominada Vila do INCRA a partir de 1979, onde atualmente fica o município de Rorainópolis, quanto pela fala de Verônica que ainda hoje possui o lote retirado com o tal do “cipó titica” citado anteriormente.

Quando cheguei em meados de 1981, comecei a trabalhar por um período de dois anos, conseguimos um lote na BR dado pelo vice prefeito o seu João Pereira (...) Todos os dias chegava um pau de arara, e era o seu João quem agasalhava toda essa gente, não sei como ele conseguia o lote, ele é um homem do povo”.

Ainda sobre esta ocupação, o Atlas de 1980 do IBGE traz informações importantes e precisas ao afirmar que a abertura destes eixos rodoviários que integram espacialmente o território, entre estes o município de Caracaraí com o desenvolvimento de novas áreas:

Ocorreu ainda o desenvolvimento agrícola não só das colônias antigas mas das novas áreas como por exemplo, as de Paraíso e São João da Baliza surgidas com a construção da Perimetral Norte, as quais atraíram, em 1978, segundo informações da SUCAM, 7444 e 1005 pessoas, respectivamente, na maioria maranhenses.⁸⁴

A primeira obra a realizar um trabalho mais detalhado e profundo sobre a região sudeste foi a pesquisa do geógrafo Nilson Crócia, já utilizada largamente neste trabalho. Essa pesquisa fornece importantes informações sobre a criação dos projetos de assentamento, colonização e migração no sudeste de Roraima, a relação de fronteira

⁸² MAGALHAES. Op. cit., p.102.

⁸³ Entrevista com o Sr. João Pereira, migrante maranhense que chegou à região em 1974. São Luiz do Anauá (RR), janeiro de 2010.

⁸⁴ ATLAS, Op. cit., p. 20.

política, frente pioneira e povoamento naquela região: “Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional”, resultado da sua pesquisa pós- doutoramento, acabou abrindo vários caminhos para futuros pesquisadores. Nela o autor enfatiza a necessidade de titularização, estruturação e assistência técnica a esses colonos. Após sua densa pesquisa de campo, este afirma que os projetos de assentamentos foram abandonados pelo governo. A falta de condições de escoamento da produção e a precariedade do acesso durante o inverno também já foram anotados pelo pesquisador como sendo fatores de fracasso nesta ocupação:

O sudeste de Roraima nos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza é a área principal sob colonização desde meados dos anos de 1970 (...) A estação das chuvas na área perturba drasticamente devido à ausência de estradas boas. O período das chuvas que antes era bom agora passou a ser ruim por afetar as estradas (...) a malária aumenta com o incremento da disponibilidade hídrica e a comercialização da produção agropecuária pode ser paralisada. Este excesso de chuvas em 1988 a 1989, ao longo da Perimetral Norte, impôs aos colonos um isolamento rodoviário por seis meses, além de severas perdas de culturas permanentes como café, cacau, banana e perdas por impossibilidade de escoamento.⁸⁵

Em seguida, Nilson Crócia adverte que a construção da Perimetral Norte (BR-210) não incluía objetivos de negócio, mesmo porque não havia praças comerciais a ligar ou povoações funcionalmente complementares a serem vinculadas. Além disto, a BR-210 jamais foi totalmente concluída, e seu trecho mais longo terminado situa-se dentro do estado de Roraima, e sem saídas para leste ou oeste (isolada, portanto) a linha de penetração - o Rio Branco, ou a BR-174 - se projeta em direção à parte mais ao norte do território brasileiro, tendo a leste a Guyana, e a oeste a Venezuela⁸⁶. Ainda sobre a Perimetral Norte, Nilson Crócia acrescenta:

Em 1975 a Perimetral Norte já alcançara o local onde hoje se encontra o núcleo de Caroebe. A partir de então começam a chegar [os migrantes] à área, em caminhões, precipita-se a frente pioneira do sudeste de Roraima. Os recursos para as obras das Rodovias e depois criar colônias e proceder a regularização fundiária, adviriam do governo federal (...) A BR 210 começou a ser construída em 1972 no trecho de Novo Paraíso para leste, em três anos foram abertos 83 quilômetros construídos pela empresa Paranapanema.⁸⁷

Nilson Crócia acaba confirmando nossa afirmação quanto à ocupação espontânea e às primeiras ações de distribuição da terra ao longo das BR's, uma vez que

⁸⁵ BARROS, Op.cit., p. 19.

⁸⁶ Idem, Ibidem.

⁸⁷ BARROS, Op. cit., p. 209.

o INCRA estava ausente da área. O Governo Federal, através do INCRA, só passou a atuar na regularização, expansão e criação dos projetos de assentamento e colonização a partir de 1979, com a criação do Projeto Anauá, na BR-174, mas na Perimetral, somente em 1982, com o início do Projeto Jauaperi.

Outro trabalho analisado aqui foi a tese de doutorado da geógrafa Gersa Maria Neves Mourão, intitulada “Colonização Recente e Assentamentos Rurais no sudeste de Roraima, Amazônia brasileira: entre a política e natureza”⁸⁸. Após um longo período de pesquisa de campo a autora analisa a relação entre os projetos de colonização, os diferentes movimentos migratórios e a política de ocupação no sudeste de Roraima. Neste trabalho, a autora dedica os capítulos V e VI a questão da colonização e migração dos trabalhadores rurais, fornecendo importantes informações sobre a ocupação da Região Sudeste de Roraima.

No entanto, o primeiro trabalho a realizar uma análise densa e criteriosa das fontes historiográficas e memorialistas quanto à chegada dos migrantes durante o Estado militarizado foi a dissertação de Elizangela Martins.⁸⁹ Esta aponta algumas questões cruciais dentre elas a memória da elite quanto à chegada dos migrantes e a reação quanto à abertura da BR-210.

Outra obra de cunho historiográfico que buscou também analisar tal relação da elite Boa Vistense frente à abertura da rodovia BR-210 foi a tese de doutorado do professor Nelvio Paulo Dutra Santos, a qual afirma que o Governador Ramos Pereira não possuía qualquer interesse em incentivar a migração para o Sudeste de Roraima como enfatiza na citação a seguir:

O Programa de Ação (1975-1979), p. 85, acentua a importância da regularização fundiária, principalmente quando trata de futuros projetos a serem integrados ao POLAMAZÔNIA. No entanto como demonstram várias fontes (SANTILLI, 2002; IBGE; BOA VISTA, 1973), a preocupação governamental com o problema fundiário em Roraima bem como a reação ao controle federal sobre as terras, é anterior ao Programa. Este delineava toda uma ocupação do espaço do território com a implantação de um pólo agropecuário e outro mineral, além de prever a introdução de toda uma infraestrutura para dar suporte à evolução local do II PND. Tudo isso exigia uma ocupação “racional” do espaço físico, o que não combinava com o tipo de ocupação da terra até então feita nem com uma migração espontânea maciça

⁸⁸ MOURÃO, Gersa Maria das Neves. *Colonização Recente e Assentamentos Rurais no Sudeste de Roraima, Amazônia Brasileira: entre a política e natureza*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidad de Valladolid, Espanha, 2003.

⁸⁹ MARTINS, Elizangela. *Memória do Regime Militar em Roraima*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010.

como ocorreu. Não admira pois a oposição do governador Fernando Ramos Pereira (1974-1979) à instalação de colonos ao longo das rodovias, o que tentou evitar, declarando que haveria uma política oficial de ocupação.⁹⁰

Na obra de Santos buscou-se analisar dentre outras questões os grandes projetos de Roraima, entre eles a implantação dos projetos de assentamento, bem como o interesse geo-político do Estado militarizado da abertura das Rodovias Federais BR-174 e BR-210, dentro do Programa de ação 1975-1979, cuja análise será citada a seguir. Esta obra marca o início da Historiografia local quanto os projetos federais de assentamento e as Rodovias Federais possibilitando um leque extenso e fértil da História local dentre estes da região sul e sudeste de Roraima.⁹¹

2.2. PERIMETRAL NORTE: UM PROJETO MILITAR INACABADO.

As comitivas e entradas de portugueses, holandeses e espanhóis assim como a criação e instalação de missões ou povoamentos durante os séculos XVII e XVIII não ocorreram na atual Região Sudeste de Roraima de acordo com levantamento feito.

Nem mesmo quando a então província do Amazonas, mesmo após a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, hoje Boa Vista, pela Lei Provincial de 1858, o atual sudeste de Roraima continuou ligado ao Município de Moura, uma vez que a Freguesia compreendia as terras ao longo do Rio Branco, possuindo sua sede “acima das cachoeiras do Bem Querer”⁹².

Em 07 de Julho de 1890, Boa Vista foi elevada à categoria de vila, com o nome de Boa Vista do Rio Branco. Em 1938, passou a denominar-se somente Boa Vista e estava constituído pelos distritos de Murupu e Caracaráí. Estas informações e a análise dos mapas: da divisão territorial antes da criação do Território Federal, da divisão territorial após a criação do Território, levam a apontar que as terras onde ficam atualmente os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe passaram a pertencer oficialmente a Roraima somente em 1943, pelo Decreto-Lei nº

⁹⁰ SANTOS, Op. cit., p. 163.

⁹¹ Quanto à questão ambiental na Perimetral Norte, ver: GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro. *Desmatamento no Sul de Roraima: análise da distribuição de ocorrência em função da distância das duas principais rodovias (BR-174 e BR-210) que cortam a região*. Dissertação de Mestrado. Manaus: INPA, 2009.

⁹² ATLAS, Op. cit., p.08.

5.812, que criou o Território Federal do Rio Branco.

De acordo com o mesmo Decreto, o território foi dividido em dois municípios: Boa Vista e Catrimani, sendo este último criado pelo desmembramento dos municípios de Moura, Carvoeiro, e todo o Distrito da Ilha de Catrimani, ou seja, somente com este desmembramento a região do extremo sudeste foi teoricamente inserida, e em 1955, com a criação do Município de Caracaraí, inserindo as terras que compreendiam o Município de Catrimani, esta inserção fica oficializada como pode ser confirmado no mapa da formação histórica e divisão administrativa, elaborado pelo IBGE no Atlas de Roraima.⁹³

No entanto, a relação do Norte com o Sudeste Roraimense era quase inexistente, assim como o contato com a capital Boa Vista, ou mesmo com a sede do Município de Caracaraí, a região foi efetivamente inserida somente com a abertura da Perimetral Norte. Antes da abertura da conclusão da Perimetral Norte, segundo informações de depoentes, a relação era mais intensa somente com Caracaraí e devido à facilidade do acesso fluvial com o Rio Negro, com o estado do Amazonas.

A implantação de projetos de colonização em Roraima não é recente, no entanto, neste trabalho tratar-se-á somente da década de 1970, quando ocorreu a abertura da rodovia BR-210, conhecida como Perimetral Norte.

⁹³ Cf: Mapa da Divisão Territorial antes da criação do Território, o mesmo aponta grande parte da atual Região Sudeste de Roraima pertencente ao município de Moura.

MAPA 01:
MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA



Fonte: Elaborado por Rafael da Silva Oliveira (SEPLAN/RR)
Apud OLIVEIRA, 2007. (Adaptação)

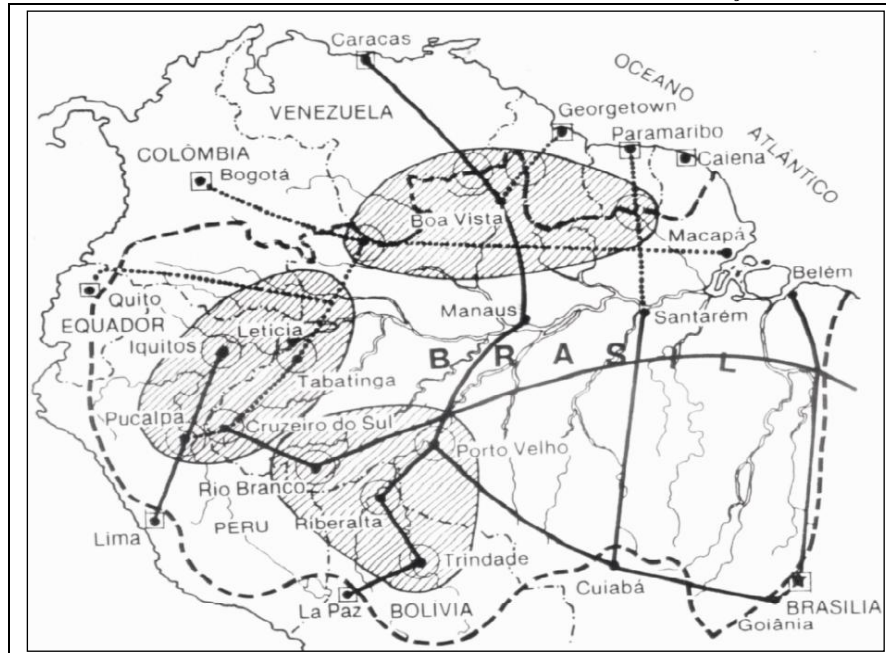
Os dados cartográficos para a construção da BR-210 basearam-se no resultado de pesquisas e levantamentos do projeto RADAM Brasil e da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), que previa a implantação dos eixos rodoviários BR-174, BR-401 e BR-210, articulados à malha rodoviária da região. Essas novas rodovias iriam constituir as vias de penetração para a ocupação e o desenvolvimento econômico do Território Federal de Roraima, incluindo-o entre as quinze áreas da Amazônia legal selecionadas para o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) ⁹⁴

A extensão selecionada do pólo Roraima abrangia uma área de aproximadamente 122.550km², ou seja, 53,2% do território. O projeto estava previsto

⁹⁴ ATLAS, Op. cit., p. 12.

para ser executado no período entre 1974 e 1979, com a realização das obras e implantação dos projetos de assentamento, com recursos totalizados em Cr\$ 219.830.000,00 repassados pelo Governo Federal ao Governo do Território, sendo que este último teria o papel de órgão executor e financeiro do projeto.

MAPA 02:
ÁREAS INTERIORES DE INTERCÂMBIO FRONTEIRIÇO



Fonte: SANTOS, 2004. *in*: Mattos, 1980, p. 168.

O mapa acima reproduz os dados cartográficos do Atlas de 1980. O traçado da Perimetral Norte deveria ter início no Município de Santana, no então Território Federal do Amapá, onde tomaria a direção leste-oeste, atravessaria uma pequena parte do Estado do Pará e cortaria o território de Roraima na altura de Caracaraí. Ao sair de Roraima, a Perimetral atravessaria um trecho breve dentro do Estado do Amazonas até atingir Mitu, na fronteira Brasil-Colômbia, possibilitando a ligação terrestre dos três estados Amazonas, Amapá e Roraima.

A Perimetral Norte, portanto, ligaria os dois extremos no norte e representava a concretização do desejo por parte dos militares em criar uma ligação via terrestre por toda a Amazônia, dentro de uma estratégia de integração e de soberania nacional. Análise relevante a respeito desta estratégia com a abertura da BR-210, foi realizada na pesquisa do professor Nelvio Dutra Santos em sua tese de doutorado onde afirma:

Numa referência à outra rodovia de ligação, a Perimetral Norte, BR 210, Mattos (1980, p. 148) argumenta que esta é a continuação da mesma estratégia de integração, buscando o espigão entre o Jarí e o Trombetas, para

chegar a Tiriós, na fronteira com o Suriname e daí a Roraima e às fronteiras da Venezuela e República da Guiana e, possivelmente em futuro próximo, a fronteira Colombiana. Para Mattos, todas essas rodovias seriam de interesse também dos vizinhos países de língua espanhola, mas para Shilling (1978), esse avanço fazia parte de medidas que representavam o que muitos consideravam como um avanço do “expansionismo brasileiro”.⁹⁵

Segundo Nelvio Santos a abertura da BR-210 tinha como estratégia principal os interesses geopolíticos dos militares para a Amazônia, o que fica evidente nesta citação. Foi neste contexto de estratégias de integração não somente rodoviária, mas também econômica que se pensou a criação da Perimetral Norte.

Na figura 03, é possível verificar o ponto de encontro entre as duas rodovias a BR-174 e BR-210, assim como o momento em que as duas se sobrepõem. A construção da BR-210 no ex-Território Federal de Roraima teve início em 1974 pela construtora Paranapanema, a qual ficara responsável pela construção da obra no quilômetro quinhentos, (Novo Paraíso) na BR-174, sendo importante lembrar que no trecho entre o quinhentos e Caracarái, estas se tornam uma só. A Perimetral deveria fazer a ligação do ex-Território Federal de Roraima ao Território Federal do Amapá, passando pelo Amazonas e pelo Pará, projeto esse que ficou inacabado.

A construtora responsável pela obra acabou mudando sua razão social, passando a se denominar Paranapanema Mineração Indústria e Construção, essa mudança ocorreu em função da descoberta da “Província Mineral do Mapuera”⁹⁶ feita pelo projeto RADAM Brasil, mas divulgada somente em fevereiro de 1982, pelo então diretor do Departamento de Produção Mineral (DNPM) José Belforte.⁹⁷

Durante a pesquisa de campo três entrevistados relataram terem trabalhado na Paranapanema. No sentido estado do Pará seus segmentos dentro do ex-Território Federal de Roraima ficaram quase concluídos, como afirma Florentino Nunes de Macedo:

Cheguei à Caracarái em onze de agosto de 1973, e em 1975 vim para esta região da perimetral norte trabalhar na construção da ponte. Depois do Rio Anauá, não existia mais nada além do Rio Anauá. Depois, em 1974, colocaram uma balsa pra atravessar o Rio Anauá, eu trabalhei já na ponte do Rio São Francisco. Não tinham muitos funcionários na construção, mas tinham muitas máquinas. Em oito de agosto de 1975 eu tirei este lote e estou até hoje, aqui às

⁹⁵ SANTOS, Op. cit., p. 104.

⁹⁶ Dois entrevistados citaram o fluxo de vôos saindo de Roraima para os garimpos na região do Amazonas.

⁹⁷ SABATINI, Op. cit., p. 66.

margens da perimetral, porque pensava que ela iria varar em Macapá. A firma Paranapanema não terminou o serviço de abertura da BR, saiu daqui dizendo que voltava no outro ano, nunca mais veio, foram embora em 1976, e eu fiquei isolado, mas, tem o caminho, já chegou gente aqui vindo de Macapá.⁹⁸

Na fala de Florentino a respeito do período em que foi funcionário da empresa contratada para execução da obra, a Paranapanema, percebe-se que faltou um pequeno trecho para que a Perimetral alcançasse os estados do Amapá e Pará, e que a empresa abandonou a obra sem expor nenhuma justificativa.

Outro depoente que também trabalhou para a empresa Paranapanema relembra que a empresa se instalou em Caracaraí e em seguida no Quinhentos. Conforme depoimento de Goiano:

Eu trabalhei na empresa do trecho do Barauana até a chamada estrada perdida, de lá a Paranapanema iniciou a construção de lá pra cá. No quinhentos ficava o acampamento geral da empresa Paranapanema, com um pequeno restaurante e muita movimentação de caminhões.

Quanto a paralisação das obras, olha, não sabemos direito. O que eu lembro e que a gente ouviu falar é que o Presidente daquela época, que era o Ernesto Geisel, teria mandado parar a obra, daqui pra concluir a fronteira com o Pará faltou somente 45km que vai do Pio Jatapu, até o Rio Cafona. De lá a empresa Mendes Junior era responsável pela construção desde Macapá até Caracaraí, aqui, mas também não conclui. Aí todo mundo se aquietou, o Coronel Ramos Pereira (Governador do ex-Território), começou vir aqui. Eu então tirei meu lote aqui na beira da BR próximo o Rio, em 1976 aqui no Caroebe.⁹⁹

Embora à época ainda não tivesse sido concluída nem pavimentada, a Perimetral Norte acabou facilitando a comunicação com a capital Boa Vista, somente a comunicação, porque o acesso, como afirmam os depoentes, será facilitado somente no final da década de 1980. Infelizmente, não foi possível a tão sonhada e aguardada estrada pelos migrantes que passaram a residir na Perimetral, ligação com os estados circunvizinhos do Pará e Amapá, o que teria proporcionado uma saída via terrestre, não somente da Perimetral, mas para Roraima e para o Amapá. De qualquer forma, não se pode negar que esta é uma rodovia importante e estratégica, pois foi fundamental para expansão e a formação de áreas de fronteira de colonização no sudeste do estado.

⁹⁸ Entrevista com o Sr. Florentino Nunes de Macedo, trabalhador rural que chegou à BR-210 em 1976 (onde reside desde então). São Luiz do Anauá (RR), janeiro de 2009.

⁹⁹ Entrevista com o Sr. Manoel Vitório da Costa, ex-mariscador. Caroebe (RR), janeiro de 2009.

A Perimetral Norte mesmo tendo a função a nosso ver crucial de ligação rodoviária com os demais estados da região, única alternativa para Roraima ter acesso direto com o Pará e de lá com as outras regiões do país.

De acordo com os jornais analisados não é perceptível na sociedade local a euforia e a ansiedade com esta ligação, fato que se comprova pelo descaso quanto a paralisação da abertura, sem provocar críticas, lamentações ou manifestações a esse respeito.

Esta observação já foi feita após pesquisa ampla no *Jornal Boa Vista*, e com muita precisão, por Elizangela Martins, em sua Dissertação de Mestrado, intitulada “Memória do Regime Militar”, que só encontra lamentações na fala do General Meira Matos:

Essa rodovia (Perimetral Norte) foi construída, a exemplo do que ocorria com outras obras, sob forte discurso do desenvolvimento e da integração. No ano de 1980, ao lamentar a suspensão da construção “por motivos orçamentários”, o General Meira Matos falava sobre a importância geopolítica da BR 210. Afirmava que, para integrar a região em que estava “a mais atrasada das frentes de penetração”, ou seja, a área compreendida no interior do “enorme arco fronteiriço que vai dos limites de Roraima até os limites de Rondônia, envolvendo nossos lindes com a Guiana, Venezuela, Peru e norte da Bolívia”, a Perimetral Norte seria “o eixo articulador indispensável”.¹⁰⁰

Ao analisar os objetivos da construção da Perimetral Norte, Martins observa que além dos interesses de controle estratégico existiam os interesses econômicos.

O conteúdo desse discurso demonstra, a exemplo do que já foi apontado como uma das causas para o recrudescimento das propostas de integração, que ao atravessar o sudeste do então Território, abrindo caminho por quilômetros e quilômetros de mata fechada, a obra fosse, para além do interesse do controle estratégico dos espaços fronteiriços, também um grande negócio para os grupos que Milton Santos (2004, p. 32) chama de “consumidores de espaço, famintos por infra-estruturas”, ou seja, as firmas multinacionais e aparentadas que lucrariam com a abertura de novas frentes de exploração capitalista, oriundas daquela estrada¹⁰¹.

Martins analisa ainda como a memória da construção da BR-210 foi retratada pela imprensa e sociedade local e compara esta à dimensão simbólica também em relação à abertura da BR-174:

¹⁰⁰ MARTINS, Op. cit., p. 61.

¹⁰¹ Idem, Ibidem.

Para além do crescimento populacional e maior controle do território, o impacto das rodovias tem também sua dimensão simbólica, e por isso os discursos sobre elas são importantes elementos na composição de uma memória específica para o período do Regime Militar em Roraima. Focalizando esse aspecto, algumas diferenças foram verificadas no que diz respeito ao trato que se deu, em nível local, para a duas estradas. Na cobertura jornalística da abertura das duas estradas, feita pelo *Jornal Boa Vista*, a Perimetral Norte aparece mais destacada. Duas reportagens sobre a estrada chamam a atenção em novembro de 1973 e treze meses depois, em dezembro de 1974. (*JBV*, 15/12/1974, p.4).[...]

Se no *JBV* a BR174 não recebe o mesmo destaque, por outro lado, nos livros de história de Roraima estudados, (Souza [s.d.], Freitas, 2001 e Magalhães, 1993) a abertura da rodovia é apresentada como a materialização de um antigo desejo roraimense.[...] No livro de Ferreira, o primeiro dos três a ser publicado, há ainda, sobre a construção da BR174, um tópico específico tratando da Missão Calleri, evento dramático em que um padre católico e seus acompanhantes foram mortos nas terras ocupadas pelos atuari.

O mesmo tratamento não é dispensado, pelos memorialistas, à BR210. Não existe, em nenhum dos trabalhos estudados, um único tópico exclusivo para tratar da história de sua construção. Aimberê Freitas é o único a fazer referência explícita a essa estrada, citando-a como importante por ter permitido, em conjunto com a 174, que se “descobrisse a próspera região sul do estado [...]”.¹⁰²

Com esta análise fica claro que esta integração terrestre pela BR-210, e a chegada destes migrantes não foi vista positivamente pela elite local, apesar de que tanto na BR-174 quanto na BR-210 estavam previstos os projetos de colonização, existia uma diferença importante a BR-174 era a realização de um antigo sonho como continua Martins:

Considerando que as obras estavam inseridas no mesmo plano nacional de integração dos espaços amazônicos e que foram realizadas com recursos federais mais ou menos no mesmo período, surge a questão sobre o que teria motivado essa diferença de abordagem? Apesar das semelhanças, um ponto que diferencia a construção da BR174 da BR210 é que, positivamente atingidos pela conclusão da primeira, estavam os habitantes das cidades de Boa Vista e Caracaráí, contando com uma ligação terrestre para a cidade de Manaus, (...). O mesmo não se poderia dizer da Perimetral Norte, estrada que atravessaria regiões inteiras de mata virgem sem interligar nenhum grande núcleo populacional no interior do Território.¹⁰³

¹⁰² MARTINS, Op. cit., p. 63-66.

¹⁰³ MARTINS, Op. cit., p. 66.

Apesar desse projeto ser, teoricamente importante e possuir principalmente um interesse estratégico, dentro de uma política de segurança nacional, diz-se teoricamente porque é necessário fazer algumas elucubrações. Se a Perimetral tivesse sido concluída não teria ocorrido um rápido processo de exploração fundiária nestas terras? A ligação terrestre com o Pará não teria provocado o crescimento geométrico da devastação ambiental, ocorrido mais rapidamente somente na década de 1990 em Roraima? E o início dos conflitos agrários, predominante nos estados do Pará, Rondônia e Acre desde final da década de 1970, teriam chegado aqui tão cedo? Todas estas questões ficarão abertas, porque se acredita que a História não faz previsões.

Mas, acredita-se que esse isolamento rodoviário (considerando que só há ligação até Manaus), de certa maneira, retardou a chegada desta expansão rápida das relações capitalistas mais pernósticas nestas terras, e logo se tem ainda o privilégio de confirmar que nesta região, sudeste de Roraima ainda predomina o minifúndio e a agricultura familiar, com poucos casos de expropriação e conflitos agrários ¹⁰⁴. Porém, identifica-se que o crescimento da concentração fundiária ao longo da BR- 210 está em expansão mais efetiva a partir de 2000, com a compra de lotes e a formação de latifúndios, em sua maioria de políticos, como forma de “lavagem” do dinheiro público dentro das viciniais ou fora delas, como também a chegada de madeireiros do Amazonas e Pará¹⁰⁵.

No entanto, com a recente homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e o repasse das terras pertencentes à União para o Governo do estado, poderão ocorrer um rápido crescimento do agronegócio nesta região de Floresta Amazônica, até então vista como área destinada à agricultura familiar.

Mesmo tentando explorar especificamente o processo de ocupação com a chegada dos migrantes na Perimetral, não se pode omitir sobre os impactos sociais e culturais que a construção dessa Perimetral trouxe para as populações indígenas. A construção da Perimetral no trecho de Caracaraí em direção à Colômbia causou muita repercussão, até mesmo internacional, por adentrar terras indígenas Yanomami, acabando por provocar a morte, por meio de doenças infecto-contagiosas e venéreas,

¹⁰⁴ Durante a pesquisa nos arquivos dos sindicatos rurais, realizada na sede da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), foram encontrados processos de conflitos agrários entre trabalhadores rurais e fazendeiros ou latifundiários, somente nos municípios de Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Rorainópolis.

¹⁰⁵ Este processo de desmatamento é muito perceptível pela quantidade de madeiras legais e ilegais, assim como pela intensidade de baús especializados em transportar carregamento de madeira na BR-174.

pois facilitava a entrada de centenas de garimpeiros as suas terras.

Acredita-se que o adensamento da floresta, uma das características da floresta tropical amazônica no sul e sudeste de Roraima, possibilitou a resistência e sobrevivência de povos indígenas com poucos contatos com sociedade envolvente até meados da década de 1970, fato elucidado pelo mapa dos grupos e populações indígenas do censo de 1970¹⁰⁶. Neste mapa aparecem apenas as etnias Yanomami e Waimiri-Atroari ao longo da BR-174, ficando excluídos os Wai-Wai na BR-210, atualmente localizados principalmente no município de São Luiz do Anauá.

Com a abertura das rodovias, os enfrentamentos passam a ser mais constantes. Primeiro com os Waimiri-Atroari¹⁰⁷ na fronteira com o estado do Amazonas. Em seguida os Yanomami na BR-174, cujas terras tornaram-se alvo dos garimpeiros, provocando a morte e a contaminação de centenas de Yanomami, fato que foi denunciado por organizações não governamentais, entre elas a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), fundada pelo irmão Carlos Zaquini da Congregação Nossa Senhora da Consolata e por um grupo professores da UNB¹⁰⁸.

O trecho em que a Perimetral une-se à BR-174 foi ocupado por fazendas de criação de gado, assim como o seguimento em direção à Colômbia dentro das terras indígenas, porém, a sua expansão neste percurso foi detida na entrada da Terra indígena Yanomami. No entanto, até a região do Ajarani, ao longo da Perimetral, no sentido Colômbia, instalara-se ali um grupo de migrantes composto principalmente por colonos mineiros que formaram uma Vila denominada São José, no final da década de 70.

Este impacto da Perimetral sobre as comunidades indígenas é um campo vasto e ainda pouco investigado pelas ciências sociais.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 20.

¹⁰⁷ Ver: SABATINI, Silvano. *Massacre*. São Paulo: CIMI, 1998. Nesta obra o missionário da Consolata Padre Silvano busca reescrever a ação dos militares frente aos Waimiri-Atroari durante a abertura da BR-174, especificamente no que diz respeito à expedição do Padre Caleri.

¹⁰⁸ Ver: EUSEBI, Luigi. *A Barriga Morreu: O Genocídio dos Yanomami*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. O trabalho relata que a construção parcial da Perimetral Norte (1974-76) abriu caminho às empresas de mineração, cortando a região sudeste da área Yanomami. Os índios foram quase exterminados pela violência dos invasores, por suas máquinas e por doenças desconhecidas, como sarampo, gripe, tuberculose e outras. A construção da Perimetral parou na região do Ajarani, mas deixou um saldo de mortos incalculável.

2.3. ENTRE SONHOS E REALIDADES: A VIAGEM, A CHEGADA E A RESISTÊNCIA DOS MIGRANTES.

É necessário refletir sobre os impactos sociais da abertura da Perimetral Norte para o ex-Território de Roraima. Dentre os mais diversos, aponta-se a intensa migração e o processo rápido de ocupação da região sudeste de Roraima. A BR-210 estava vinculada à BR-174, que se encontrava por via terrestre com a BR-319, esta ligava Rondônia – Amazonas - Roraima, facilitando a efetivação da migração para o sudeste do estado, estimulada pela aparente facilidade de acesso à terra.

Para tanto, é preciso conhecer quem são estes sujeitos sociais e sua rota de migração até Roraima, para esta investigação utilizou-se a História de vida destes trabalhadores e trabalhadoras rurais, retratando a sua trajetória para a Perimetral Norte, e a saída destes migrantes dos seus estados de origem até a chegada ao lote, na região sudeste de Roraima. Buscou-se retratar como se deu este processo de expropriação nos seus estados de origem e as principais lembranças que contribuíram para sua formação.

Algumas perguntas se fazem necessárias para entender o contexto deste processo. Poder-se-ia afirmar que a migração trazia consigo um sonho rumo à construção de um novo modo de vida para estes? Por que estes abandonaram seus estados? Quais eram as principais aspirações destes trabalhadores? Seriam estes egressos de expropriações, violência e exclusão social? Ou seja, como ocorreu a construção social deste migrante? Ou será que este se tornou migrante somente ao embarcar num caminhão ou ônibus e rumar para a desconhecida Amazônia?

Ao questionar sobre essa construção social, ou como lembra Thompson a ao questionar a identificação geral da composição social destes sujeitos para a explicação histórica.

[...] em segundo lugar, cabe uma observação sobre o método. [...] A estrutura da explicação histórica oferecida depende parcialmente da lógica, e apenas parcialmente dos fatos. Algumas identificações podem estar erradas [...] Se os registros nos fornecessem uma serie ordenada faria uma bela tabela; Mas a tabela parcial que eles forneceram revela-se enganosa. Apenas a cuidadosa contextualização pode testar o significado das cifras [...] e talvez uma série muito boa de números seja um estímulo a preguiça do historiador. Em todo o caso a ausência de fontes prontas obrigou-me a

procurar evidências próximas.¹⁰⁹

Pôde-se abstrair das entrevistas que estes sujeitos já estavam relacionados a um passado de expropriação da terra, trabalho infantil, arrendamentos e exploração de sua mão-de-obra, num processo que para muitos se arrastou por várias gerações, fazendo-os reviver momentos difíceis. Tais questionamentos acabam remetendo para palavras de Pilar sobre a pesquisa histórica: “o papel do historiador é também fazer reviver emoções, sentimentos ocultos e esquecidos pelo tempo e pelo espaço”.¹¹⁰

Fica nítido, ao investigar as mesmas rotas de deslocamento dos depoentes, que a grande maioria veio por via terrestre, saindo de Rondônia. É importante lembrar que o percurso realizado por todos os entrevistados não se distinguem das rotas da História de deslocamentos populacionais do Brasil, ou seja, as mudanças sociais do país, as transformações nacionais têm seus reflexos no cotidiano da sociedade, no caso do campo, as mudanças políticas, econômicas e a estrutura fundiária concentradora provocaram graves problemas sociais. Estas trajetórias individuais se confundem com as trajetórias de deslocamentos coletivos, dessa forma, a memória individual se torna também coletiva¹¹¹.

Quanto à origem dos primeiros migrantes, Nilson Crócia afirma que 50% dos colonos eram naturais do Maranhão e os outros 50% estavam divididos entre catarinenses, paranaenses e gaúchos¹¹². Outra informação mais generalizada a respeito desta ocupação foi encontrada no relatório do IBGE, referindo-se a ocupação da Perimetral Norte, conclui que “uma colônia espontânea de posseiros maranhenses instalou-se perto de sua extremidade (*Perimetral Norte*) no núcleo de São João da Baliza”¹¹³.

Em nossa pesquisa realizou um levantamento nos arquivos da Superintendência Regional do INCRA e do IBGE, os quais apontam que a origem dos primeiros

¹⁰⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 143.

¹¹⁰ VIEIRA, Maria Pilar de Araújo. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1991, p. 36.

¹¹¹ Ver: VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. São Paulo: Atual, 1996. Nesta obra a autora identifica a migração interna no Brasil nas décadas de 1950-60 para a região sudeste e em menor intensidade para o Centro-Oeste, em seguida nas décadas de 1970 e 1980, saindo de todas as regiões do Brasil para o Mato Grosso e para a Amazônia, principalmente Rondônia e Pará. Esp. p. 21-26; SANTOS, Op. cit., 1993; MARTINS, José de Souza. *Não Há Terra Prá Plantar Neste Verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

¹¹² BARROS, Op. cit., 1995. Esp. Cap. 8, p. 205-228.

¹¹³ ÁTLAS, Op. cit., p.20.

migrantes que chegaram a Perimetral Norte está dividida de acordo com períodos: 1950- 1960, 1970-1980 e 1990.

Para facilitar esta análise, sistematizaram-se estas trajetórias em dois principais períodos: O primeiro entre 1950-1960, foi percorrido pelos pais durante as décadas de 1950 e 1960, estes se deslocaram da região sul e do estado de Minas Gerais para o centro-oeste e sudeste. Nestas mesmas décadas (50 e 60) os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram um forte contingente de migrantes vindos para o Paraná e o Mato Grosso do Sul. Outra rota ainda deste período saiu do Nordeste também em direção ao Sudeste, e Centro Oeste, especialmente São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

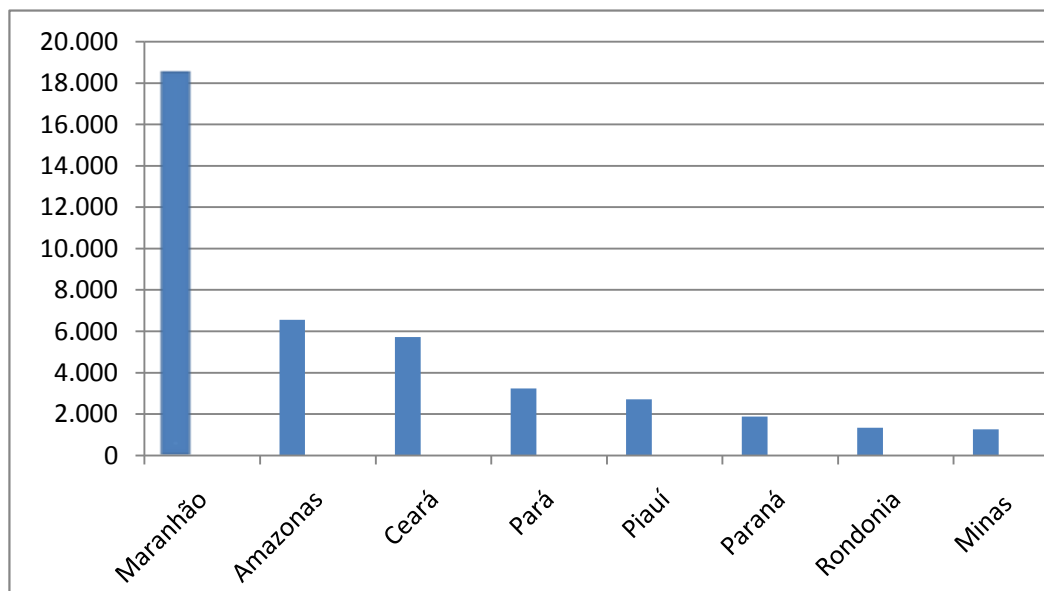
Após esta longa trajetória, o que pode-se perceber nas entrevistas foi que os filhos e ou netos destes migrantes, deram continuidade às rotas de migração dos seus pais, migrando para a Amazônia, principalmente para o Mato Grosso, Rondônia e Pará durante as décadas de 1970 e 1980.

Por último, devido o surgimento dos conflitos e das dificuldades de acesso à terra em Rondônia, Pará e Matogrosso iniciou-se um novo período de migração, desta vez chegando ao ex-Território de Roraima. Percebe-se, portanto que estes trabalhadores e trabalhadoras rurais que chegaram a Roraima foram socialmente construídos e transformados em migrantes somente após um longo processo de exclusão social, resultado de várias gerações de migrantes, citados por várias vezes pelos depoentes nas entrevistas.

A migração para a Perimetral Norte ocorreu com a abertura desta Rodovia, e o acesso as demais rodovias: Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho¹¹⁴ por estas vias chegaram milhares de migrantes, dentro deste cenário, o então Território Federal de Roraima foi sempre a segunda ou terceira migração interna na Amazônia, como se pode perceber nos gráficos adiante:

¹¹⁴ Quanto à migração para os estados do Pará, norte do Mato Grosso e Rondônia, Berta Becker afirma que estas taxas de crescimento ascenderam mais 6% ao ano, enquanto o Amazonas e o Acre continuaram com saldos migratórios negativos. A perspectiva de crescimento ocorre hoje no Acre, no Pará e em Roraima. BECKER, Berta K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990, p. 45.

GRÁFICO 01:
ORIGEM DAS ONDAS MIGRATÓRIAS PARA O TERRITÓRIO DE RORAIMA (1990)

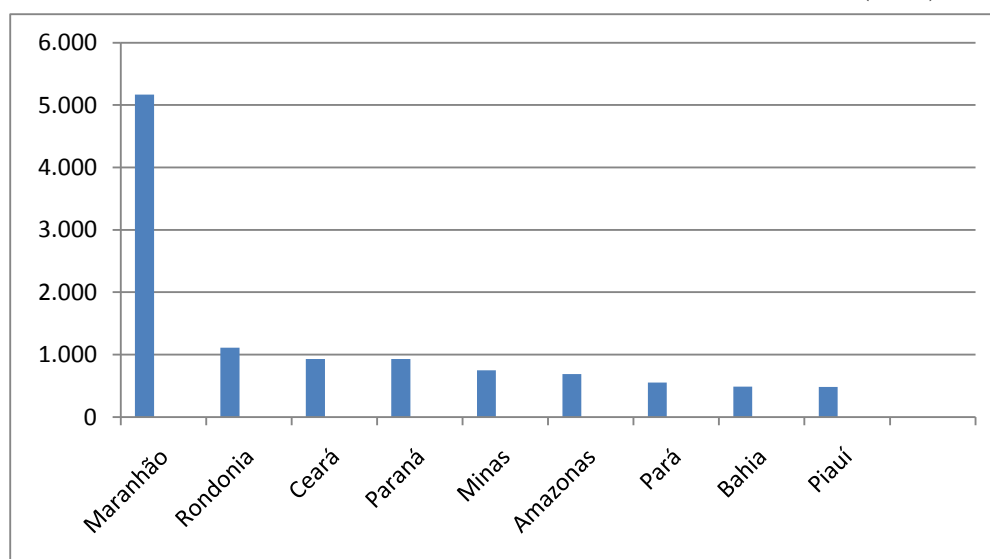


Fonte: IBGE-RR, 1990

Enquanto o Gráfico 01 organiza os números de migrantes para o conjunto do Estado de Roraima¹¹⁵, o Gráfico 02, a seguir, informa o quantitativo dessa migração que teve como destino a região Sudeste de Roraima, alvo maior de nossas preocupações neste trabalho.

¹¹⁵ Os números totais são: Maranhão – 18.473, Amazonas – 6.555, Ceará – 5.729, Pará – 3.230, Piauí – 2.712, Paraná – 1.882, Rondônia – 1.331, Minas Gerais – 1.253.

GRÁFICO 02:
ORIGEM DAS ONDAS MIGRATÓRIAS PARA O SUDESTE DE RORAIMA (1990)¹¹⁶



Fonte: IBGE-RR, 1990

Estes gráficos foram elaborados com dados obtidos durante a pesquisa no IBGE/RR e buscam demonstrar que a migração para a Região Sudeste de Roraima foi resultado de uma longa trajetória já realizada pelos migrantes dentro do país e entre os estados da Amazônia como já afirmamos anteriormente. É perceptível ainda que ocorreu uma inversão da origem, pois até o início da década de 1980 a maioria era oriunda do Nordeste seguida pela Região Sul, já no censo de 1990, ou seja, referente à década de 1980, o percentual de pessoas vindas de Rondônia subiria geometricamente, em consequência do processo analisado anteriormente.

Análise semelhante quanto a origem dos migrantes para a Amazônia durante a década de 1970, também foi realizada por Octavio Ianni. Na mesma o autor aponta que estes eram em sua maioria nordestinos, porém, em quantidade próxima à dos vindos dos vindos do Sul e Centro-Oeste. Estes dados encontrados a respeito principalmente da colonização e migração de trabalhadores rurais para o Pará durante a década de 1970 evidenciam que:

A abertura de várias estradas como a Belém-Brasília, a Transamazônica e a PA-70 e PA-78, começou a mudar o panorama geográfico da região. Grandes levas de trabalhadores rurais, vindos principalmente de Goiás, Minas Gerais e Maranhão, começaram a chegar aos municípios de Conceição do Araguaia e Marabá e a partir dali promover

¹¹⁶ Os números totais perfazem 19.251, assim distribuídos, segundo a origem: Maranhão – 5.167, Rondônia – 1.111, Paraná – 930, Ceará – 930, Minas Gerais – 749, Amazonas – 687, Pará – 551, Bahia – 487, Piauí – 484.

uma ocupação desordenada das terras devolutas do Estado. Como nada havia de ilegal na ocupação das terras – a colonização foi incentivada pelo governo – e principalmente pelos rurais que corriam a estrada à procura de uma vida melhor. O processo de ocupação das terras foi fácil, bastava embrenhar-se nas matas, construir um rancho, plantar uma roça e demarcar seu pedaço fazendo uma picada¹¹⁷.

Estes dados analisados por IANII confirmam os dados encontrados por esta pesquisa para a Perimetral Norte, uma vez que os dados na década de 1970, apontam também o Nordeste em primeiro lugar e o Centro-Oeste e Sul em segundo lugar. Assim como afirma também Nilsom Crócia a respeito deste período sobre a Perimetral Norte. Enquanto já na década de 1990 permanece em primeiro lugar o Nordeste, porém seguido da Região Norte.

E dentro da região Região Norte predomina o estado de Rondônia, no entanto, antes de chegarem a Rondônia realizaram o mesmo trajeto das migrações nacionais explicado acima: Nordeste–Centro-Oeste–Rondônia, ou Sul–Sudeste–Rondônia, sendo, portanto Rondônia uma espécie de catalisador de onde tais migrantes seguiram para os demais estados da Amazônia.

Estes trabalhadores rurais que migraram de Rondônia constituem em parte a origem dos trabalhadores rurais que migrarão para Roraima¹¹⁸. É neste contexto que Roraima torna-se para muitos a última rota de migração, logo, não causa estranheza que todos os nossos entrevistados, vieram por Rondônia, onde fizeram um estágio da sobrevivência na Amazônia para em seguida vir para Roraima.

Fato já evidenciado por Jean Hebette, em sua pesquisa sobre os projetos de colonização e migração dos trabalhadores rurais para o estado do Pará na década de 1970, como ele comenta na citação a seguir:

Paralelamente à colonização da transamazônica, o INCRA empreendeu a colonização no território Federal de Rondônia... Em seguida o INCRA e o Governo perderam totalmente o controle dos fluxos migratórios. Para muitos Rondônia tornou-se apenas uma passagem para os estado do Acre e ou para o longínquo território de Roraima.¹¹⁹

¹¹⁷ Ver: IANNI, Octavio. *A Luta Pela Terra: História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, p.113.

¹¹⁸ Cf. BECKER, Op. cit., 1990; OLIVEIRA, Op. cit., 1993 e SEYFERTH, Op. cit., 1990.

¹¹⁹ HEBETTE, Op. cit., p. 279.

Este percurso foi vivido pelo depoente, senhor Eupídio Leite Araújo, ao falar sobre sua viagem para Roraima, pela BR-319, vindo diretamente de Rondônia nos caminhões, que chegavam até São João da Baliza, percebe-se que a família segue o mesmo percurso dos fluxos migratórios do Brasil, saindo do Nordeste para o Centro-Oeste, em seguida do Centro Oeste para Rondônia e por fim para Roraima:

Eu sou da Bahia, fui criado no Mato Grosso, primeiro tive um estágio em Rondônia onde vivi 11 anos na cidade de Ouro Preto, e sempre trabalhei na agricultura, mas por causa dos meus pais que são nordestinos e gostam de andar e eu como filho obediente aos meus pais, e sempre acompanhei para que a família não se separe. Em Rondônia estávamos bem estruturados na agricultura, tinha uma área boa e éramos produtores na região de milho, feijão e arroz. Inclusive trabalhava com semente de arroz e milho fiscalizada para plantio em outros estados no ano de 78 até 81, trabalhei em Mato Grosso e em Rondônia com a semente fiscalizada, por causa disso passei a ter conhecimento das regiões da Amazônia, onde vendia muita semente para Roraima, era semente para plantio. Depois, meus pais vieram para Roraima e gostaram muito e a gente acabou mudando, a minha chegada em Roraima foi em novembro de 83, onde estou até hoje, na época tinha estrada, a gente vinha de Porto Velho a Manaus por estrada era a BR 319, que hoje não existe mais, mas já estão recuperando e vai volta a funcionar novamente.¹²⁰

Por esta rodovia citada pelo depoente, a viagem de Rondônia até Manaus durava de oito a quinze dias, variando de acordo com a época, e com a quantidade de chuva. De Manaus, seguiam para Roraima pela BR-174, até chegarem à Vila do INCRA¹²¹, (atualmente município de Rorainópolis), onde aguardavam para fazerem seus cadastros no instituto. Outras famílias seguiam da BR-174 diretamente para a BR-210, até conseguirem retirar sua terra e seu lote.

Neste período (1980), Rondônia teve um aumento populacional de quinze por cento¹²². Calcula-se que, entre o final da década de setenta e durante a década de oitenta tenha chegado cerca de 200 mil migrantes para o estado.

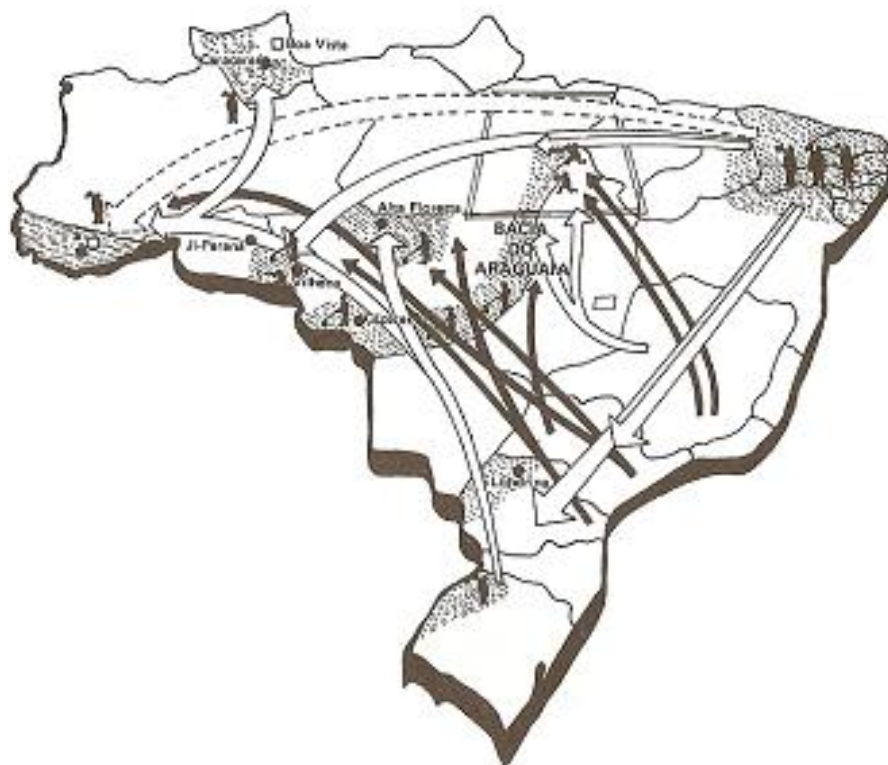
¹²⁰ Entrevista realizada com o Sr. Eupídio Leite Araújo. São João da Baliza (RR), Junho de 2005. O Sr. Eupídio é atualmente diretor do sindicato de São João da Baliza e um dos membros mais antigos membros do sindicato.

¹²¹ A antiga “Vila do INCRA” recebeu este nome por ser o local onde aquele órgão instalou um escritório para atender os migrantes. O desenvolvimento da vila resultou no atual município de Rorainópolis.

¹²² O Estado de Rondônia era a porta de entrada para os demais estados da região Norte, podendo confirmar a intensidade de migrantes acampados, aguardando lotes, vindos em sua maioria do nordeste, centro oeste e sul, chegando principalmente na cidade de Ji-paraná. A quantidade de migrantes que identificamos nos arquivos do INCRA oriundos deste estado foi intensa, no entanto percebe-se que as rotas de migração após os estados de Rondônia e Pará, se dividiam entre o Amazonas e Roraima.

Já as milhares de famílias, vindas tanto da Região Nordeste quanto do Sul e Sudeste do país, enfrentavam dois, três dias de viagem até chegarem à cidade de Jiparaná em Rondônia, em seguida, reuniam-se quatro, cinco famílias, alugavam um caminhão (pau-de-arara), e continuavam a viagem, agora pela BR-319, que ligava Rondônia ao estado do Amazonas.

MAPA 03:
MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL – DÉCADA DE 1980
ROTAS DAS ONDAS MIGRATÓRIAS DE RONDÔNIA PARA RORAIMA.



Fonte: SCHAEFER, 1985. Apud: OLIVEIRA, 1989, p. 92.

O Mapa 03, elaborado por Schaefer (1985), identificou estas rotas realizadas pelos entrevistados. Realidade semelhante destas ondas migratórias é relatada pela esposa do senhor Argemiro a senhora Enésia Aparecida Rodrigues:

Nasci no Paraná, em Ponta Grossa, perto de Curitiba. Meu pai é agricultor, trabalhava na roça com batatinha e plantação de fumo [tabaco]. O meu pai não era o dono da terra. Aí viemos para cá de ônibus, gastamos oito dias para chegar porque nossos próprios amigos disseram que era bom para plantar, viemos direto para Boa Vista e depois para o Taiano. Passamos dois anos trabalhando em uma fazenda. Somente depois viemos para essa região, quando o meu pai tirou um pedaço de terra às margens do Rio Anauá, onde tínhamos que andar de canoa. Quanto às dificuldades [silêncio, choro] a maior dificuldade foi quando a minha mãe adoeceu, fez uma cirurgia e ficou internada e eu era criança, porém a mais velha dos meus irmãos, tive que cuidar da casa e deles porque meu pai estava desempregado, trabalhava mais de diária. À noite ficávamos com medo e dormíamos debaixo da cama, porque achávamos que lá estávamos protegidos. A nossa casa era pequena, feita de compensado, ao lado de uma grande pedra onde as pessoas subiam para jogar pedra e coisas na nossa casinha. Muitas vezes comíamos somente arroz. Nossos companheiros [que] vieram do Paraná disseram que aqui era muito bom para plantar, lá a terra era arada e aqui tudo que se plantava dava sem precisar arar, por isso que viemos e estamos aqui até hoje. A importância de ter a minha própria terra é porque a gente pode plantar tudo e melhor e acabamos gostando daqui e não queremos mais voltar.

Quando chegamos aqui, era mais difícil, não tinha estrada e atravessamos de canoa e dava muita malária, todos nós adoecemos: eu, meu pai, meus irmãos, minha mãe. Mais tarde eu casei e fui morar em um lote na vicinal. Em 1982, entrei para Assembléia de Deus e tive meus filhos enfrentando as dificuldades de não ter hospital, nem transporte, tendo que andar a pé ou de bicicleta, tudo com a barriga grande, enfrentando jacaré, cobra. Foi um tempo muito difícil. Em seguida, viemos para vila moderna, quando os meninos estavam maior para eles poderem estudar, e o meu maior sonho é ver a vicinal com uma estrada boa com energia e o assentamento mais desenvolvido.

O meu pai, quando veio trabalhar aqui, veio porque falavam que aqui era muito bom para plantar, a terra era boa, com isso o meu pai se alegrou em vir e deu certo. Por isso estamos aqui até hoje, os companheiros que vieram do Paraná para cá em busca de terra também conseguiram o que é mais importante de ter, a própria terra.¹²³

A migração esta representa, para Ianni, a determinação em lutar não somente contra a imposição do capitalismo no campo, através de sua expropriação, mesmo não estando consciente disso, o que está em jogo é uma conjuntura estrutural de expulsão da terra¹²⁴.

Com base nos relatos seguintes pode-se concluir que a decisão de migrar representa um momento de muitas inseguranças, pois a decisão tomada mudará toda a vida da família, sendo carregada de sentimentos ambíguos, difusos, que envolvem muita emoção, a separação da família, dos laços com a comunidade, região onde se viveu à infância e cresceu, constitui um “mar” de lembranças e medos.

Neste momento, aqueles que decidem partir, às vezes só, outros, levam toda a família, ou somente mulher e filhos, assumem para si o peso da decisão, isto é, de conseguir, vencer, realizar os sonhos que se busca, ou ter que voltar ou migrar novamente, medo este que não aflora nas falas, mas se evidencia nos gestos, na entonação da voz, nas lágrimas e no olhar, aliás, o olhar dos depoentes também fala muito destes momentos vividos. A necessidade de interpretar os gestos, como lembra Julio Arostegui, quando este autor, em sua análise da História Oral, afirma que “a experiência do sujeito é interpretada também nos silêncios, gestos, entonações, etc. da absoluta proximidade”¹²⁵.

Tendo a consciência de que a História Oral liberta sentimentos, alegrias e recordações de tudo que ficou pra trás, buscou-se retirar nas entrevistas esta construção

¹²³ Entrevista com a Senhora Enésia Aparecida Rodrigues, trabalhadora rural que saiu com os pais do Paraná para Roraima em 1979. Vila Moderna, município de São Luiz do Anauá (RR), Janeiro de 2009.

¹²⁴ IANNI, Op.cit., p. 114.

¹²⁵ AROSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 536.

social destes sujeitos a partir de seus relatos. Quanto à riqueza deste momento, Maria Pilar afirma que problematizar a fonte oral é dar voz a estes sujeitos históricos. Nesse procedimento, o pesquisador interroga os agentes sociais a partir de suas preocupações e de sua postura e se deixa interrogar por esses agentes; a partir desse diálogo, o pesquisador vai formular seus próprios conceitos, verificar que outros agentes deve abordar e, conseqüentemente, que registros buscar, por isso, não é possível compartimentar o processo de investigação¹²⁶. A memória compreendida enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de reforçar sentimentos.¹²⁷

Neste sentido, tentou-se transformar as entrevistas em diálogos e conversas, sem cortes e questões fechadas ou formuladas apenas para fornecer respostas. Optou-se por este método, por acreditar que os relatos trazidos por estes atores em cada história que se ouvia, desvendavam o que cada um tem de mais importante e valioso: sua própria história.¹²⁸

A técnica da História Oral tem convergido cada vez mais da chamada História de Vida, sendo, em linhas gerais, a narração de vida de uma pessoa feita por ela mesma. Defende-se, às vezes, que não é possível fazer uma boa história oral sem que haja um bom fundo de história de vida¹²⁹.

Acrescenta-se a este momento a subjetividade, pois como demonstra a entrevista a seguir, existiu uma escolha, definida por uma decisão individual, que poderia ter sido de desistência ou de resistência, logo, o desejo de permanecer no campo representa muito mais do que o desejo de ter trabalho.

Para finalizar, embora não se tenha neste momento exposto detalhadamente as transformações agrárias que os estados de origem das gerações anteriores destes migrantes passaram, até iniciar a sua expropriação, pode-se afirmar que estes fogem ao que muitos vêem como determinismo ou destino, em virtude da estrutura em que

¹²⁶ VIEIRA, Op. cit., p.43.

¹²⁷ POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, 1989, p. 9.

¹²⁸ Julio Arostegui afirma que “A História Oral é um instrumento de pesquisa que abre imensas possibilidades na pesquisa histórica do mundo presente... Em suma, já se disse que a história oral é a encarnação completa do que E. J. Hobsbawm chamou a história vista de baixo”. AROSTEGUI, Op. cit., p. 533.

¹²⁹ AROSTEGUI, Op. cit., p. 534.

estavam inseridos, de construção social da expropriação, construída ao longo de um conflituoso processo histórico. E, diferente destes que decidiram migrar, ficaram outros para os quais a propriedade da terra era vista como algo impossível ou muito distante de sua realidade. Estas histórias de vida evidenciam, mesmo que de maneira fragmentária, a explicação histórica da composição social destes migrantes e as suas motivações para migrar.

Thompson quando buscou compreender nos costumes, que compunham as tradições da plebe Inglesa no século XVIII, a inspiração para a resistência destes diante às inovações e transformações por eles vivenciadas, como a elevação do preço do pão, nos denominados “motins da fome” durante o século XVIII na Inglaterra¹³⁰. Conseguiu inverter o foco da análise, centrando seu olhar sobre a resistência do excluído na expansão do capital, mas também no reflexo desta resistência para a expansão do capital, afirmando dessa forma que esta não se faz em espaços vazios, sem envolver-se em conflitos com as populações tradicionais que desenvolveram resistência às mudanças impostas.

Deste modo, mesmo que numa análise mais geral o poder econômico pareça está hegemônico e em expansão na Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980, período dos grandes projetos, este não conseguiu facilmente se sobrepor diante das tradições culturais, econômicas e sociais das populações tradicionais. Assim sendo, os projetos econômicos de grande envergadura como as rodovias e os próprios projetos de colonização na Amazônia, que não tiveram por destinatários as populações locais e tampouco a melhoria de vida dos migrantes, incentivaram a organização e o surgimento dos movimentos sociais causando uma reação inesperada pelo Estado, que viu florescer o desenvolvimento de diversas estratégias de organização e lutas que acabaram se disseminando por toda Amazônia.

Assim o que se tentou demonstrar neste capítulo, além de outras questões foi que a migração é a uma estratégia de resistência na defesa aparentemente silenciosa do modo de vida do camponês, desafiando a estrutura agrária de séculos de latifúndio e violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo.

¹³⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Esp. cap. 4, p.150-202.

CAPÍTULO 3

COLONIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA NO SUDESTE DE RORAIMA

3.1. A EXPANSÃO URBANA NO SUDESTE DE RORAIMA.

Os estudos contemporâneos a respeito das cidades na Amazônia têm proporcionado o enriquecimento teórico deste tema, principalmente sobre as cidades de Manaus e Belém, pensadas com novos olhares e metodologias que analisam a cidade enquanto espaço de conflito e contradições, buscando recuperar as dimensões populares de um processo rico em tensões e possibilidades que ficaram perdidas em uma memória histórica excludente e uniformizadora¹³¹.

Estes novos estudos históricos deixaram para trás os resquícios do encantamento pelo discurso desenvolvimentista, evolucionista e civilizador do Estado, muito em voga na década de 1970, começando a perceber o processo excludente que estes discursos traziam intrinsecamente. Estas novas abordagens e reflexões só foram possíveis com o redimensionamento das metodologias, principalmente com a garimpagem de novas fontes que proporcionaram pensar este processo de transformação além do vislumbramento diante das rápidas modificações e da tentativa de homogeneização de algumas cidades da Amazônia.

A história destas cidades foi, por muito tempo, pensada à sombra de momentos “sublimes”, camufladas e induzidas por este discurso modernizador da Região Amazônica, sob a justificativa da necessidade de inserção da região no processo de “globalização e desenvolvimento Industrial” pelo qual o Brasil passava.

No entanto, a experiência histórica já confirmou que tais transformações foram e são experimentadas de forma diferenciada pelos seus habitantes, logo, se faz necessária a recuperação desses sujeitos como agentes ativos no processo por eles vivenciado¹³², assumindo uma perspectiva teórica de participação e não de passividade do sujeito

¹³¹ DIAS, Ednéa. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1910. Manaus: Valer, 2001; SARGES, Maria de Nazaré. “Belém: Um outro olhar sobre a *Paris dos Trópicos*”. In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D’água, 1999, p. 49-74; FENELON, Déa (Org). *Cidades*. São Paulo: Olho D’água, 1999; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*: Trabalho e conflito no porto de Manaus. Manaus: EDUA, 2003; VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

¹³² PINHEIRO, Op. cit., p. 13-14.

histórico diante destas transformações¹³³. Análise que encontra um forte retorno na pesquisa sobre a migração dos trabalhadores rurais para a Perimetral Norte na Região Sudeste de Roraima, produto desta dissertação.

Antes de analisar esse crescimento é fundamental problematizar quanto à distinção entre o urbano e o rural na trajetória de desenvolvimento das cidades.

A valorização do urbano foi iniciada ainda no século XIX, principalmente em algumas cidades da Europa onde a emergente burguesia passou a ver na cidade a representação do limpo, do asfalto, do saber, da comunicação, da luz, da industrialização e do conhecimento, principiando um forte preconceito contra o mundo rural. Estes valores tornaram-se tão dominantes que a simples referência ao campo e ao mundo rural parece trazer a imagem do passado, do atraso, do bárbaro, da ignorância, e da limitação. Esta visão acabou associada aos seus moradores e, a estes, a miséria, o “caipirismo” e a ignorância, construindo uma imagem deturpada do campo sobre os olhares do mundo urbano.

Para Raymond Williams¹³⁴, estes valores iniciaram uma construção social materializada num discurso que insiste em afirmar que o que é bom está na cidade, associando a cidade à idéia de realizações do saber e do desenvolvimento. Este discurso foi sendo construído e retratado na literatura, no teatro, enfim, nos espaços que a burguesia urbana freqüentava nos finais do século XIX e início do século XX, e onde evidentemente manifestavam-se sentimentos de rejeição à vida rural, vista como grosseira desgraciosa ou simplesmente tediosa.

No Brasil, assim como nos demais países que passaram por um processo rápido de industrialização, existe um conflito na relação entre campo e cidade, provocado em parte pela grave deformação do pensamento nacional sobre o mundo rural e os valores do mundo urbano, conseqüentemente, ridicularizando a figura do trabalhador rural.¹³⁵

Aqui este processo de rejeição ao rural veio com a difusão do discurso da necessidade da industrialização e urbanização do país. Discurso que se estende para a Amazônia, onde a vida relacionada à natureza das populações locais representou por muito tempo o atraso e a miséria, assim como estas populações foram sendo vistas

¹³³ Ver: FENELON, Déa, MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo e KOURY, Yara (Orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

¹³⁴ WILLIAMS, Raymond. *Campo e a Cidade: Na História e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 76.

¹³⁵ Maria Yedda Linhares explica que esta imagem foi disseminada no Brasil a partir de figuras como a do Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato nos anos 1930. LINHARES, Op. cit., p. 45.

como empecilho ao desenvolvimento da região.

Julga-se que estas questões são importantes para iniciar uma análise sobre o crescimento e surgimento das cidades na Região Sudeste de Roraima, especialmente na Perimetral Norte, pois, é perceptível nas entrevistas um sentimento de que os moradores do campo sentem-se discriminados, esquecidos pelo governo, pela classe política, criando uma relação de superioridade dos moradores urbanos frente aos municípios do interior e seus habitantes, principalmente no descaso do Governo Estadual em relação aos municípios do interior do estado.

Para pensar o universo rural dentro desta reflexão julga-se necessário ter clareza desta realidade para se evitar transferir critérios urbanos de avaliação para a vida no campo, como o modelo de moradia, trabalho, e principalmente, das relações sociais e políticas. Neste processo de reflexão, o campo e a cidade devem ser entendidos enquanto realidades históricas diferentes e em transformação, tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Esta forma de ver o campo sob o olhar do urbano também se estende ao modo de ver as cidades da Amazônia, ou seja, de modelos importados de grandes cidades para os municípios recém criados, menosprezando a identidade rural como forma alternativa de pensar o desenvolvimento destas.

Para a socióloga Edna Castro (1995), este discurso que vem da lógica do desenvolvimento capitalista mascara a reprodução das desigualdades sociais, pois no mesmo movimento por meio do qual o capital acumula riquezas, ele produz e reproduz a miséria¹³⁶. Neste sentido, a autora analisa a política de intervenção do Estado buscando entender a lógica que estrutura essas diversidades de formas de ocupação da Amazônia, propondo uma reflexão sobre a formação histórica e cultural, os processos de trabalho e os impactos das políticas governamentais na redefinição urbana da região.

Neste caso a autora afirma que, ao lado da estratégia de ocupação e expansão da fronteira agrícola, fazia-se também a expansão urbana, com o crescimento das cidades na Amazônia¹³⁷. No entanto, ao longo destes quarenta anos, o Estado continua repetindo a visão militar de ocupação do espaço vazio para a implantação de políticas na Amazônia que, juntamente com os grandes projetos, trouxeram, além do movimento financeiro que gerou empregos na burocracia, nas construções, nas empresas de exploração, comércio e outros, atraindo uma imensa quantidade de migrantes em busca

¹³⁶ CASTRO, Edna Maria Ramos de. A Questão Urbana na Amazônia. In: LOUREIRO. Violeta R. (Org.). *Estudos de Problemas Amazônicos*. Belém: CEJUP, 1995, p. 170.

¹³⁷ Idem, *Ibidem*.

deste movimento financeiro, o excedente deste movimento, propicia o surgimento de milhares de desempregados que ficaram apenas com as migalhas deste desenvolvimento.

Alguns municípios amazônicos podem evidenciar esta afirmação, localizados em regiões onde estes projetos, em sua maioria de exploração, são seguidos do abandono destas cidades que se tornaram “cidades fantasmas” ou ainda, formaram bolsões de pobreza ao redor de projetos milionários e bilionários como, por exemplo, a Jarí Celulose, instalada em torno de três municípios: Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Almeirim. Estes municípios, de acordo com as estatísticas do IBGE¹³⁸, possuem altos índices de analfabetismo, desemprego e mortalidade infantil. Pode-se citar ainda outros como Barcarena, Marabá, Altamira e Coari, que fazem parte do eixo de exploração da Petrobrás. Todos possuem baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e de urbanização, ou seja, após trinta anos de exploração econômica, houve um agravamento e um crescimento dos problemas sociais.

Em outras palavras a reprodução do capital e o desenvolvimento econômico não se transformaram em melhorias de qualidade de vida para o conjunto da população, uma vez que não existiu distribuição de renda para a população local, a arrecadação feita não se reverteu em aumento no investimento de verbas para os municípios, deixando seus moradores praticamente sem acesso à educação, cultura, saúde, segurança, urbanização e saneamento básico.

Este crescimento e surgimento das cidades na Amazônia a partir do final da década de 1970 estiveram fortemente relacionados à política de ocupação de terras ao longo das rodovias federais.

É fato que este processo de concentração urbana não foi influenciado somente pelas políticas desenvolvimentistas de industrialização, tampouco pela sedução das luzes da cidade ou pelo fascínio de suas tecnologias, mas, a nosso ver, este processo foi influenciado principalmente por dois fatores: a concentração fundiária na Amazônia e a falta de políticas para o campo. A migração de milhares de trabalhadores de municípios pequenos para as grandes capitais está ligada principalmente à falta de condições de permanência no campo e não apenas ao processo de indução do poder público, da industrialização ou do desejo de viver na cidade.

¹³⁸ IBGE. Censo de 2000.

Quanto à expressão “expansão urbana”, é importante esclarecer que se considera expansão urbana o surgimento e a criação de novos municípios e vilas. No estado de Roraima, de acordo com os dados analisados do IBGE e do ITERAIMA, pode-se classificar que esta expansão ocorreu de forma mais intensa em dois períodos: durante a abertura das duas rodovias federais BR-174 e BR-210 e na mudança de Território para estado em 1988.

A relação entre a expansão rodoviária, criação do estado e o aumento populacional pode ser verificada no censo de 1992, assim como o rápido crescimento dos municípios. Basta lembrar que em 1982 o ex-Território Federal possuía apenas dois municípios: Boa Vista e Caracará. E em 1997, Roraima já totalizava quinze municípios.

A intensidade de migrantes que se deslocaram para a nova frente de expansão transformou rapidamente a divisão política do ex-Território, apesar de inicialmente o governo local não ter influenciado e nem priorizado em suas ações governamentais a estruturação e planejamento destes novos núcleos de povoamento futuramente transformados em municípios.

Nós citamos anteriormente que no governo de Ramos Pereira (1974-1979), não houve interesse em apoiar a criação dos assentamentos e nem de incentivar a migração para Roraima, portanto, negando a importância da chegada destes milhares de migrantes, o que na verdade se contradiz com os objetivos do Estado Militarizado para a Amazônia. Somente no segundo governo de Ottomar de Sousa Pinto o ex-Território (1990-1994) iniciou, mesmo que apenas com discursos, políticas pontuais uma valorização da migração.

Já o Governo de Ottomar de Souza Pinto incentivou a migração principalmente do Nordeste, com objetivo tanto de aumentar os repasses federais para o recém criado Estado de Roraima, o que era feito por meio do Programa de Integração Nacional - PIN e do Polororaima, quanto para inserir a política assistencialista no meio rural para constituir novas bases eleitorais nos novos municípios.

A respeito desse fenômeno de crescimento populacional, elaborou-se o Quadro 01, onde se expõe esta forte relação entre os projetos de assentamentos e o crescimento das vilas e municípios na BR-174 e BR-210.

QUADRO 01:
 RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS/URBANIZAÇÃO EM RORAIMA¹³⁹

Projeto de Assentamento	Ano de Criação	Município de origem	Criação do Município	Quantidade de Famílias
Anauá	1979	Caracarái	São Luiz	3.6000
Jatapu	1983	Caracarái	Caroebe	3.000
Paredão	1987	Caracarái	Alto Alegre	1.195
Equador	1992	Caracarái	Rorainópolis	248
Jundiá	1995	Caracarái	Rorainópolis	190
Ladeirão	1995	Caracarái	Rorainópolis	322
Integração	1995	Caracarái	Rorainópolis	400
RR-170	1995	Caracarái	Caracarái	743
Ita	1995	Caracarái	Caracarái	142
Japão	1995	Caracarái	Iracema	283
Novo Paraíso	1995	Caracarái/	Rorainópolis	179
Cujubim	1995	Caracarái	Caracarái	179
São Luizão	1997	S.J da Baliza	S.J da Baliza	157
Bom Sucesso	1997	São Luiz	São Luiz	247

Fonte: Elaborado pela Autora, a partir de dados fornecidos pelo INCRA-Roraima.

Os dados indicados na tabela evidenciam a forte relação entre a ocupação da terra pelos migrantes e a expansão dos municípios do sul e sudeste de Roraima. Torna-se necessário reconhecer a predominância da população rural para compreender a forte tradição de agricultura familiar destes municípios e logo, do estado de Roraima.

Quanto a população rural, as estatísticas do IBGE apontam cerca de 60.000 habitantes entre 1996 e 77.500 em 2000. No entanto, é difícil considerar estes dados como precisos, devido à concepção de que os moradores dos municípios devem ser contabilizados como habitantes de região urbana, pois a população destes municípios do interior de Roraima está fortemente ligada à atividade agrícola.

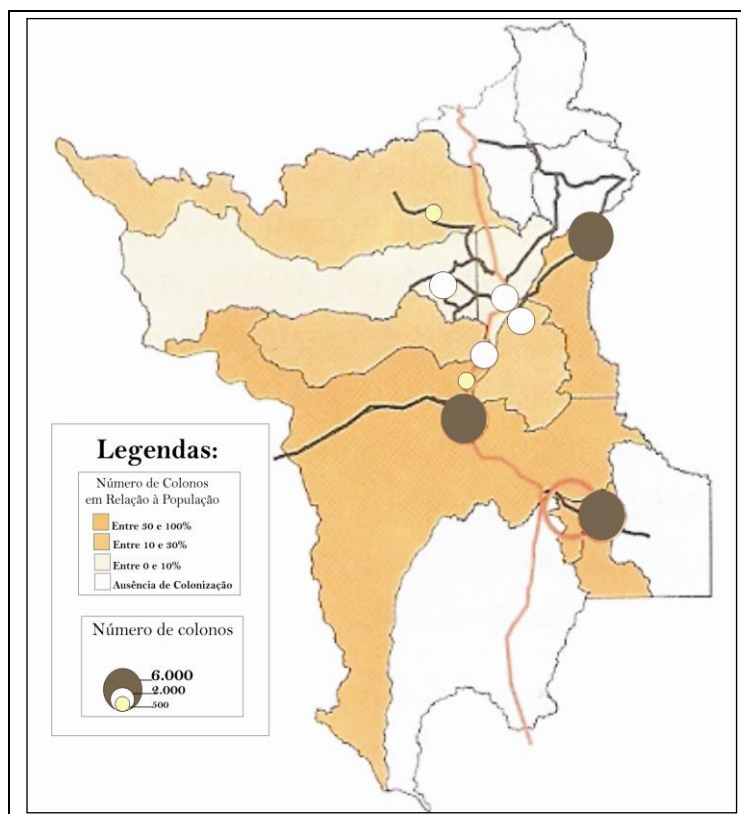
O Mapa 04, adiante, demonstra estes índices de crescimento extraídos da tabela anterior e evidencia a intensidade da migração para as regiões sul e sudeste de Roraima, exatamente onde se localiza a maioria dos projetos de assentamento e no eixo das duas rodovias federais a Perimetral Norte e a BR-174, o que explica a intensidade do crescimento demográfico no estado no final da década de 1970.

Na década posterior, em 1980, o ex-Território possuía somente 79.159 habitantes. Dez anos depois, esse total subiu para 215.790 habitantes, crescendo em torno de 175%, tornando-se assim um dos Estados que apresentou maior elevação

¹³⁹ Não obtivemos as informações relativas ao número de famílias do assentamento Jauaperi, cujo ano de criação é 1982. Integrante originalmente do município de Caracarái passou posteriormente a integrar o município de São João da Baliza.

demográfica do país.¹⁴⁰

MAPA 04:
NÚCLEOS POPULACIONAIS E COLONIZAÇÃO



Fonte: INCRA, 2001/IBGE/ISA/CREDAL, 2001. In: Documentos Yanomami, nº3, 2003, p. 19.

No entanto, esta rápida expansão demográfica acabou desencadeando como consequência uma forte migração interna, correspondendo saída dos moradores dos municípios da chamada “nova frente de expansão” para a capital Boa Vista. Esta migração interna é perceptível também nos demais municípios do estado, conforme o censo de 2000.

Outra conclusão a que se pôde chegar é de que os governos municipais, assim como os governos estaduais de Roraima, historicamente têm uma forte resistência em assumir a vocação agrícola do estado, voltada para a agricultura familiar. Atualmente o estado de Roraima possui quinze municípios, sendo que os municípios de Rorainópolis, Caracaraí, Mucajaí, Iracema, Cantá, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, correspondente a 60% dos municípios do estado e estão localizados em torno dos projetos de assentamento e colonização, evidencia-se que grande parte da população é

¹⁴⁰ BARROS, Op. cit., p. 82.

constituída por trabalhadores e trabalhadoras rurais, fato que até então vem sendo negligenciados pelos governantes deste estado.

3.2. PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA PERIMETRAL NORTE.

Ao escrever sobre os projetos de assentamento, pensava-se em falar destes de uma forma geral, que englobasse todos os projetos da BR-210, no entanto isto não foi possível, pois a pesquisa revelou que este processo foi muito mais complexo e diversificado, sendo moldado por objetivos diferentes. Estes objetivos são dinâmicos, modificavam-se de acordo com o governo e com o período. Pode-se citar como exemplo desta dinâmica a própria origem dos migrantes que variam de acordo com o período.

O tipo de ocupação também influenciava, pois norteava a classificação e a estrutura que estes projetos receberiam. Outra característica nesta dinâmica ocorreu quanto à origem dos migrantes, esta acabou modificando a produção e a forma de trabalho na terra, ou seja, os projetos de colonização tinham muitas especificidades, fato que levou a analisá-los separadamente e a pesquisar somente dois projetos, partindo da organização feita na tabela a seguir:

QUADRO 02:
PROJETOS DE ASSENTAMENTO DA PERIMETRAL NORTE.

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO
Projeto Jauaperi BR-210, seguindo pela margem direita no sentido Manaus/Boa Vista sobre o Rio Branco. Foi criado pela Resolução nº 130, de 31 de maio de 1982. Com área de 15.781,0 ha, para atender a 263 famílias. No exercício de 2001, o projeto foi marcado, ficando definida a área de 16.436,1541 ha, conforme planta e memorial descritivo / (folhas 20 a 27).	1997
Projeto Novo Paraíso – Possui área de 85.9670 ha, perímetro 14.517,67 Localização gleba Barauana, municípios de Cantá e Caracaraí/RR. Com área aproximada de 1.289.310 ha. Criado em 1995, no dia 19 de outubro, com área de 4.252 ha para o assentamento de 70 famílias. Foi retificado em setembro de 1999, aumentando a área para 24.335 ha, com 200 unidades agrícolas familiares.	1995
Projeto Anauá – Criado pela Resolução de nº 141, de 07 de outubro de 1975, localizado no Município de Caracaraí e foi alterado pela Resolução nº 95, de 11 de junho de 1979 definiu-se que a área do projeto Anauá é de 221.832,2º046 ha e a sua capacidade de assentamento é de 3.460 unidades agrícolas familiares.	1975-79
Projeto Jatapu – Criado a 26 de setembro de 1975. Área de 160.000 ha, localizado á margem da BR- 210 (Perimetral Norte) a 250 km de	1975

Caracará e 400 km de Boa Vista destinado ao assentamento de 3.000 famílias de agricultores.	
---	--

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados fornecidos pela SR-25 do INCRA/Roraima.

Foram selecionados somente os projetos de assentamento do INCRA, criados até 1995, os quais se encontram dentro do período desta pesquisa, excluindo-se os projetos de assentamento executados pelo ITERAIMA, com exceção do Jauaperi. Apesar do Projeto Anauá está inserido na BR 210, uma pequena parte liga-se a BR-210, mas não será abrangido na pesquisa, pois se analisou somente a BR-210, nos atuais municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe.

Estes projetos tiveram início de forma predominante com ocupações espontâneas¹⁴¹ e em períodos fragmentados, sem grupos específicos, trazidos ou induzidos, ou seja, não houve na Perimetral um projeto voltado para atender à demanda de um estado ou grupo específico. Outra característica comum foi à ausência dos órgãos públicos de colonização tanto do ex-Território quanto do INCRA, no início da colonização. Portanto, esta colonização, não teve uma ação coordenada e planejada por estes órgãos, com seleção prévia dos assentados, estruturação com abertura das vicinais, demarcação dos lotes, e principalmente, a escolha de áreas selecionadas com análise prévia de técnicos para viabilizar a criação de projetos de acordo com características de aptidão do solo e da vegetação.

O surgimento destes projetos foi resultado da iniciativa dos próprios migrantes que, após longa trajetória de migração, quase uma peregrinação como adiante se verá nos relatos de alguns, se dirigiram principalmente em grupos familiares ou com ajuda dos vizinhos já instalados para as terras livres ao longo da Perimetral, em seguida, com a escassez destas, começaram a abertura dos picadões em direção à floresta virgem, delimitando lotes com cipó, derrubando árvores a machado, iniciando o trabalho de broca¹⁴² e plantio das roças, principalmente das culturas de arroz e feijão, e, por fim, construindo barracos de lona, palhas e cavacos¹⁴³.

¹⁴¹ Sobre o processo de colonização espontânea, ver: HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. “Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém-Brasília”. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol.1. Belém: EDUFPA, 2004.

¹⁴² *Brocar* é a atividade realizada após a queimada da floresta, com objetivo de retirar as madeiras grandes que, mesmo queimadas, permanecem em pé, ou ainda retirar aquelas que não queimaram, é realizada com a utilização do machado.

¹⁴³ *Cavaco* são os pedaços de madeira retirados no machado de troncos de árvores para serem utilizados na cobertura das casas. O processo é realizado somente com a técnica de encaixe, sem utilização de pregos ou outro tipo de fixação.

No caso específico da ocupação da BR-210, não ocorreram conflitos violentos com indígenas, seringueiros ou com latifundiários, a exemplo de Rondônia, Mato Grosso e Pará. Normalmente após esta ocupação, passado algum tempo, os trabalhadores conseguiam a regularização da posse da terra, por meio de solicitação formal e do apoio de lideranças locais que surgiram dentro do próprio movimento.

3.2.1 O PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO JAUAPERI.

Este projeto foi criado pela Resolução nº 130, de 31 de maio de 1982. Com área de 15.781 ha, para atender a 263 famílias. O Projeto de Assentamento Rápido Jauaperi-PAR, fica atualmente localizado entre o eixo da BR 210, que vai de Novo Paraíso até a altura da sede do Município de São João do Baliza, na margem sul da estrada. Este foi decorrência de uma colonização espontânea de migrantes que retiraram seus lotes em meados da década de 1970.

Dentre as primeiras famílias que iniciaram a colonização do futuro projeto consegui-se identificar e entrevistar seis, das quais foram analisadas aqui três. A primeira foi a família do João Pereira, sua esposa Raimunda Pereira da Silva e seus três filhos, além de boa parte dos parentes por parte de sua esposa. Percebe-se que João Pereira foi uma das grandes lideranças, dando uma contribuição importante, a posteriori às famílias que ainda estavam por chegar, que, como as primeiras, não receberam nenhum atendimento e apoio dos órgãos públicos, como afirma o senhor Pereira a seguir.

Eu sou Maranhense, minha esposa também, nascemos em Graça Aranha, hoje tenho sete filhos e dez netos. Migramos de lá pro Goiás de lá viemos pra Rondônia e depois pela estrada que chegava até Manaus, como não dava pra vir pela BR 174, aluguei um barco que nos trouxe até Caracaraí, esta viagem de barco demorou uns seis a sete dias. Olhe quando eu cheguei aqui à família do seu Antonio Didi também chegou e nós dividimos este pedaço aqui é pra fazer a cidade e nossos lotes foram tirados por nós mesmos. A minha família era grande, era eu, minha mulher, Maria Pereira (aponta para mulher sentada ao seu lado) meus filhos, minha sogra, meus cunhados, cunhadas e um sobrinho. Em 1976 começou a chegar muitas famílias aqui nos pau de arara. Eles desciam do caminhão e ficavam aí no relento, sem comida, sem casa, o que eu ia fazer? Ajudar era a única coisa que alguém podia fazer, chegavam mulheres grávidas, criança, homens doentes, a minha mulher cansava as pernas de tanto cozinhar e eu plantava arroz, matava caça e trazia e dizia “olha vamos plantar, terra tem muito” desse jeito agente foi se arrumando. Só que depois, quando o INCRA chegou pensavam que eu tava vendendo terra, porque eu dizia mesmo pro

povo que estas terras eram do governo, e por isso era nossa. Fui preso pela Polícia Federal. Vieram aqui na minha casa me pegar, com armas e me levaram para Caracaráí, lá eu disse que tinha o título de vice prefeito, e que este documento me dava autoridade passada pelo prefeito de Caracaráí a poder distribuir estas terras. Os doutores se olhavam e um delegado disse “ele tem razão ele tem um título público”. Então foram obrigados a me soltar. Olhe quando cheguei aqui e eu tinha um sonho que se realizou, de ver isso aqui virá cidade. O Governador Ramos Pereira não queria agente aqui, não, disse que não ia fazer nada pela gente, mas continuamos lutando insistindo até que ele nos deu um motor de energia, pra colocar neste espaço aqui onde hoje fica o Banco do Brasil e esta praça. Escola também não colocaram pra nós, só depois de muitos anos com minha filha dando aula na igreja, mesmo sem ser professora era a única pra ensinar nossas crianças, tudo era ai, onde a senhora esta olhando na frente onde hoje está esta praça e o banco do Brasil {relata apontando para a praça em frente a sua residência no coração da cidade de São João}.¹⁴⁴

A fala do senhor João Pereira é esclarecedora quanto à forma de ver o acesso à terra como direito, ao afirmar “terra tem muito e é tudo do governo”, julga que se existe terra e pessoas que não possuíam, terra, logo, estas deveriam ocupá-la e plantá-la. Este sentimento é chamado por Ianni¹⁴⁵ de *reforma agrária voluntária* feita individualmente, que acabou ocorrendo na colonização da Amazônia, quando os trabalhadores rurais iam chegando e retirando voluntariamente seus lotes de terra, derrubando e plantando na ânsia de demarcar com seu próprio trabalho aquela posse. Por outro lado, Ianni afirma que esta colonização tem sido uma das formas de realizar a contra-reforma agrária e obstar uma verdadeira reforma no campo no Brasil.

A experiência de solidariedade transparece nas palavras de João Pereira, ao expressar a necessidade dos demais em também conseguirem retirar seu lote de terra, sentimento coletivo que demonstra a importância da acolhida dos que já estavam instalados para os que chegavam, constituíam um elemento de sobrevivência destes migrantes.

Outra família que chegou nesta mesma época foi a do já citado senhor João de Deus Costa Bezerra, conhecido como Didi, que veio para a região como mariscador¹⁴⁶ de onças pela primeira vez, em 1973.

Em 1974 o senhor Didi decidiu trazer a família, constituída pela esposa, senhora Maria, pelos filhos e os três irmãos que também trouxeram suas esposas e filhos.

¹⁴⁴ Entrevista realizada com o Sr. João Pereira, trabalhador rural, migrante oriundo do Maranhão. Município de São João da Baliza (RR), janeiro de 2010.

¹⁴⁵ IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 216.

¹⁴⁶ *Mariscador* é a denominação dada aos homens que caçavam onças e comercializavam a pele da mesma, principalmente em Manaus.

Após a chegada de sua família, todos começaram a fazer os picadões e retiraram lotes nas futuras vicinais, Didi já havia retirado o seu às margens da Perimetral Norte, onde até hoje reside, o que não é comum, uma vez que a maioria destes primeiros migrantes não possui mais seus lotes à margem da Perimetral, pois acabaram vendendo e passaram a residir nas vicinais, fato comprovado durante as viagens de campo. Didi afirma que, ao retirar seu lote, a abertura da Perimetral ainda estava sendo realizada e ele trabalhou por alguns tempos na empresa construtora como relembra:

Eu vim pra cá trabalhar com o Sabá Severo, agente ganhava bem mariscando pele de onça e ele vendia pra fora. Depois retirei este lote aqui porque era próximo do rio e fui buscar e retirar outro maior na mata. Então convidei minha família toda pra cá. Depois minha esposa chegou e ela ficava aqui eu ia pra mata, aqui no Baliza tinham poucas casas, e ainda não estavam prontas, a estrada estava sendo feita, as máquinas estavam trabalhando muito inclusive eu trabalhei na empresa Paranapanema. A nossa situação ficou complicada a empresa parou a obra não tinha transporte pra cá, eu tinha que ir de bicicleta, carregando ela nos rios pra atravessar de canoa, eram dois dias de viagens pra ir fazer compra lá em Caracará.¹⁴⁷

O Sr. João de Deus e sua família são oriundos do Maranhão, porém passaram boa parte de suas vidas em Goiás, onde residiam com seus pais quando decidiu migrar. O senhor Didi é importante não somente na história local, por ser uma história viva na construção da cidade de São João da Baliza, mas porque foi um dos incentivadores da valorização da cultura, pois incentivou e recriou a tradição da dança do bumba meu boi, trazido do Maranhão e outras demonstrações culturais. Atualmente, Didi é um pequeno pecuarista, possuindo mais de 100 cabeças de gado, reside com sua esposa em seu lote e continua trabalhando na terra.

Outro depoente foi o senhor Florentino Nunes de Macedo, o Barbeiro, natural do Piauí, chegou à Perimetral Norte em 1974. Seu lote faz parte do pequeno grupo que está localizado à margem da Perimetral, onde posteriormente foi criado o Projeto Jauaperi. Ele afirma:

Chegue aqui em 1974, quando cheguei trabalhei na ponte do Rio São Francisco, naquela época já tinha mais moradores pra cima. Aqui já estava o João Pereira, Didi, e outros. O governador da época o Ramos Pereira e posteriormente o Getulio Cruz, nenhum deles fez nada por nos aqui. Nos ficamos aqui sem nada, mas trabalhei duro, mesmo com minha esposa doente conseguir cuidar deste meu lote e até o dia de hoje sou eu que cuido¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Entrevista com o Sr. João de Deus Costa Bezerra, trabalhador rural e migrante oriundo do Maranhão. São João da Baliza (RR), novembro de 2009.

¹⁴⁸ Entrevista com Florentino Nunes de Macedo, trabalhador rural que chegou à BR-210 em 1976, onde

O período que o senhor Florentino chegou corresponde ao início da abertura da BR-210, na qual trabalhou prestando serviços para a Empresa Paranapanema, período de chegada de muitos moradores, 1975-1980, atualmente o lote do senhor Florentino pertence ao município de São Luiz do Anauá, às margens da BR-210, mesmo diante a especulação imobiliária e o crescimento das fazendas nas margens da Perimetral, o que acabou provocando uma mudança no perfil destes trabalhadores. Os mais “despossuídos” terminaram vendendo seus lotes para outros que disponibilizavam de mais recursos, e estes compraram lotes mais baratos dentro das viciniais mais distantes.

Na pesquisa realizada nos arquivos do INCRA-RR, foi possível analisar cinco processos referentes a pedidos de regularização de ocupação de lotes pertencentes ao Projeto de Assentamento Jauaperi.

Destes processos, destaca-se a solicitação do senhor Alaerte do Carmo¹⁴⁹, jovem de 25 anos de idade, analfabeto, nascido em Aimorés, estado de Minas Gerais, posseiro no Projeto de Jauaperi, onde já possuía algumas benfeitorias no Sítio Santa Luzia, quando em maio de 1983, solicita do INCRA o início do processo de regularização da sua situação fundiária, de um lote de 100 ha, encravado na Gleba Jauaperi, Vila Moderna, Vicinal 12, lote número 42, Município de São Luiz do Anauá. Ao que tudo indica, este processo de regularização de posse foi extremamente rápido, em torno de quatro meses, onde Alaerte conseguiu uma autorização de ocupação provisória. Importante ainda esclarecer que a regularização de posse não significa que o colono tenha o título definitivo¹⁵⁰ da propriedade.

Quanto a última estadia destes migrantes, em sua grande maioria, verificou-se que, ou vieram por Rondônia ou são de Rondônia. Dos processos analisados, todos passaram por Rondônia. Observou-se, pelos dados de emissão de suas carteiras de identidade, que todas foram retiradas em Rondônia ou já em Roraima, e que somente um destes era alfabetizado. Apesar do órgão expedidor da sua carteira de identidade ser

reside até hoje. São Luiz do Anauá (RR), janeiro de 2009.

¹⁴⁹ Processo da Coordenadoria Regional do Extremo Norte – Coordenação Fundiária de Roraima (CR-15, T-1/Nº 1.009/83 – PAR-JUAPERI, de 06//06/1983. Folha 08. Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. PF/Roraima. Arquivo INCRA, Boa Vista RR.

¹⁵⁰ O título definitivo significa a desalienação da terra. Quando o projeto de assentamento é criado, a forma de aquisição é a arrecadação. Pertencerá mediante o registro das glebas junto ao cartório de registro como área da União, logo, a proprietária será a União Federal, representada pelo INCRA. Após a implantação e decorridos três anos pode ocorrer a homologação do assentamento e o início do processo de emissão de título definitivo, substituindo a licença de posse da terra.

a SSP/RO, estas eram a primeira via e foram emitidas somente aos vinte, vinte e cinco e até mesmo trinta anos de idade. Alaerte, por exemplo, que é Mineiro, fez sua primeira identidade em Roraima e não possuía cadastro de pessoa física.

Sabe-se que possuir uma carteira de identidade, um CPF ou um registro de nascimento não representa cidadania neste país, no entanto, a falta destes documentos de identificação oficial evidencia que estes brasileiros nunca existiram juridicamente para a sociedade, nunca precisaram colocar o seu número de RG para uma matrícula escolar, nunca possuíram carteira de trabalho, nunca receberam um benefício do Estado, sequer abriram uma conta bancária ou simplesmente registraram um filho. Para estes migrantes, Roraima representou a tentativa de inserção social, uma espécie de batismo perante o Estado Brasileiro.

Outra informação interessante se dá em relação à forma de ocupação deste projeto. Os documentos analisados de pedidos de regularização já afirmavam que os lotes já eram ocupados de forma primitiva por posseiros. Ficando evidente que o Projeto Jauaperi foi criado somente para regularizar a situação dos colonos já instalados, que não receberam nenhum tipo de apoio ou ajuda do Estado. Tudo foi realizado, como falaram nossos entrevistados “com a cara e com a coragem” e a determinação do sonho da terra destes migrantes. Na entrevista realizada com o senhor Sávio, técnico do INCRA, que trabalhou na própria implantação do projeto fica claro que:

As pessoas que chegaram ao Jauaperí foram os primeiros a ocupar as margens da BR-210 durante os primeiros anos da década de 70. Eles começaram a chegar e a realizar as primeiras ocupações, somente em seguida o Estado criou o projeto. Naquela época as pessoas chegavam de caminhões de carroceria das marcas C10 e F10, pois não havia linhas de ônibus para região. Muitos vinham de barco ou balsa até Manaus ou de caminhão fretado, o famoso pau- de- arara. Somente em 1982, quase 10 anos depois o INCRA iniciou a regularizar os lotes, isto é, a entregar documentos de licença de ocupação.¹⁵¹

As palavras do técnico do INCRA corroboram com as palavras de João Pereira, ficando evidente que o mesmo foi criado somente para regularizar a situação dos colonos já instalados, sem que, em nenhum momento, o Estado nação ou o ex-Território tenham ajudado nessa grande aventura.

¹⁵¹ Entrevista com o senhor Sávio Lopes dos Santos, técnico que trabalhou na implementação dos projetos de assentamento na BR 210. Boa Vista (RR), junho de 2005.

3.2.2 PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO JATAPU.

O Projeto de Assentamento Rápido Jatapu foi criado pela Resolução n° 200, de 26 de Setembro de 1983 do INCRA, e é o segundo maior projeto do estado com capacidade para 3.000 famílias, localizado também nas margens da BR-210. Corresponde atualmente à parte do município de São João da Baliza e todo o Município de Caroebe, chega aos limites com o estado do Amazonas e seu extremo leste situa-se no final da abertura da Perimetral, onde fica a Vila do Entre Rios. Este projeto divide-se em três glebas ou subunidades:

- **Gleba BR-210/1**, com 44.524 ha, ao sul da rodovia, desde Caroebe até Entre Rios;
- **Gleba Branquinho**, com 685.475 ha, até o limite com estado do Amazonas;
- **Gleba Baliza**, ao norte da BR 210, desde a Vila Moderna até Entre Rios.

Esta última ocupa uma área de 271.523 ha. Área de 760.158,000ha, sob patrimônio da União, registrado na folha 103, do livro n° 02-H do Registro Geral matrícula sob número 2.200, em 17 de agosto de 1979.

Conforme documentação analisada¹⁵², o Projeto Jatapu recebeu recursos na ordem de CR\$ 2.493.857.000,00 (Dois bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil cruzeiros) para investimentos que deveriam ser realizados até 1985, tendo como órgão gestor e executor o Governo do ex-Território Federal. As metas físicas que deveriam ser executadas com este recurso eram as seguintes:

- *Abertura de 160 km de estradas;*
- *Abertura de 60 km de estradas vicinais;*
- *Demarcação e titulação de 1.456 parcelas (lotes de 100 ha);*
- *Construção de 22 escolas;*
- *Construção de uma unidade hospitalar de saúde;*
- *Construção de prédios administrativos nas vilas;*
- *Construção de 643m de edificações cobertas;*
- *Crédito alimentação para 456 famílias;*

¹⁵² Arquivo INCRA SR-25. Boa Vista, RR. Decreto de criação n° 200, de 26 de Setembro de 1983.

- *Auxílio moradia para as famílias recém chegadas;*
- *Transferência de 150 famílias da Região Centro-Sul.*

As metas infra-estrutura previstas nunca foram executadas, entre estas destaca-se o de atender aos migrantes dos estados do Nordeste e da Região Centro-Sul, no entanto, estes migrantes ficaram deixados à própria sorte, o que se pode comprovar a análise dos dados obtidos nas visitas de campo e nas palavras do senhor Jaider da Silva, migrante mineiro que retirou seu lote no Projeto Jatapu.

Na época que cheguei o acesso aos lotes era muito difícil, só tinha o nome de vicinal era na verdade somente aquela picadinha dentro da mata, eu ficava a 56 km da BR, a luta era grande pegávamos malária, tinha muitas reivindicações na época do governo Ottomar pelos nossos direitos agrícolas, o Ottomar ainda se preocupava um pouco com a saúde, mas a educação era fraca, mas existia escolas nas vicinais só não tinha professores.¹⁵³

Para o financiamento desta infra-estrutura estava previsto o repasse de recursos do Poloamazônia para o Polororaima, o qual deveria ser gerenciado pelo Governo do Território Federal de Roraima, informação também confirmada pelo técnico do INCRA Sávio Lopes dos Santos. Como pode ser observado pela relação de itens a serem implantados, estava o crédito alimentação para 456 famílias e o auxílio moradia para as famílias recém-chegadas. Infelizmente estas famílias que chegavam diariamente, dirigiam-se à abertura na floresta ao longo da Perimetral Norte para retirarem seus lotes, tiveram que contar somente com a própria sorte e com a solidariedade para sobreviverem nos primeiros anos.

Quanto ao perfil dos futuros assentados e a distribuição dos lotes, dever-se-ia seguir as exigências estabelecidas para Projetos de Colonização Federal estabelecidas pelo Decreto n° 59.428, de 27 de Outubro de 1966, o qual prevê que os beneficiados com o projeto de colonização deveriam ser de acordo ainda com o Art.64, que estipula que:

As parcelas são destinadas a maiores de 21 anos, e menores de 60, que não sejam:

- a) Proprietário de Indústria e Comércio;*
- b) Proprietário de Terreno Rural;*
- c) Funcionários públicos e autárquicos, civis e militares da administração Federal Estadual ou Municipal;*
- d) Comprometa-se em residir com sua família na parcela (Lote).*

¹⁵³ Entrevista com o Sr. Jaider Ferreira da Silva. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

Dentre os processos referentes a pedidos de regularização de ocupação de lotes pertencentes ao Projeto Jatapu foram selecionados alguns para serem analisados. Destes processos, reportar-se-á ao pedido de regularização de assentamento do Sítio “São João”, na Vicinal 06, lote 77, pedido realizado mediante solicitação ao INCRA-SR-25, pelo Processo n° 594/1994 de Cícera Severo de Almeida, mulher, “amasiada”, alfabetizada com 53 anos de idade, nascida em Baixo Verde, no estado do Rio Grande do Norte, sua primeira carteira de identidade foi retirada na SSP/RR aos seus quarenta e quatro anos de idade. Dos cinco processos analisados, somente um ocupante já possuía identidade do seu estado de origem, os demais retiraram em Roraima e não eram alfabetizados.

O pedido de Cícera foi aceito no mesmo processo, um ano depois consta a solicitação de título de propriedade que também foi deferido. Apesar de este projeto possuir recursos próprios para titularização, os dados do INCRA apontam apenas cento e setenta e nove títulos definitivos emitidos pelo mesmo, num universo de mais de mil oitocentas e oitenta e três famílias assentadas de 26/09/1983 a 31/12/1983, o que demonstra a incapacidade do INCRA e do ITERAIMA quanto à questão fundiária.

O pedido de título definitivo só pode ocorrer decorridos três anos de criação do Projeto de Assentamento, que possui etapas de desmembramento, demarcação e consolidação. Este é somente o primeiro passo de uma longa jornada pelos corredores do INCRA e demais órgãos em busca de documentação, este trâmite passa pelo georeferenciamento, autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), além do levantamento topográfico e documentação pessoal além das declarações. Este processo para o trabalhador rural que mora no interior, e em sua maioria é semi-alfabetizado é difícil e complexo de ser realizado.

O Projeto Jatapu corresponde hoje ao município de Caroebe, o mais recente da BR-210, o qual antes pertencia a São João da Baliza. O Projeto foi criado pela Lei n°. 082 de 04 de novembro de 1994, compreende toda a trajetória da BR-210 desde Baliza até a fronteira com o Pará. Seus limites são: ao Norte, com o Município de Caracaraí e com a Guiana; ao Sul com o Amazonas; a Leste, com o Pará e a Oeste com São João da Baliza e Caracaraí. Sua extensão é de 12.098 km², sendo 6.376 km² de terras indígenas Wai-Wai.

A leitura dos documentos nos arquivos do INCRA demonstra que o projeto de assentamento conota-se como algo rígido e planejado, no entanto nas viagens à campo

percebeu-se que este também representa uma experiência social, que era individual torna-se agora e ao mesmo tempo coletivo, pois mesmo tendo consciência que cada assentado tem suas motivações subjetivas e estruturantes para migrar, ao chegar a terra que pode ser individualmente ou com ajuda do INCRA, o enfrentamento das conseqüências dessa decisão tomada é coletivo, pois a vicinal será o espaço coletivo e não mais individual.

O projeto de assentamento acabou constituindo-se em uma organização espacial: formada pela vicinal, pelo lote e pela vila. Nas vicinais não existiam quaisquer condições de moradia permanente como poços d'água, escola, posto de saúde. Mas eram nas vicinais que todos transitavam para se deslocar para a vila, para retornar da vila, para visitar os lotes dos vizinhos, para ir a igreja, para ir a reunião da associação. Podemos considerar a vicinal como um importante elo entre os migrantes. O meio de transporte principal era a bicicleta, poucos possuíam outro meio de transporte. Mais tarde durante as manifestações e reivindicações uma das bandeiras de luta será a melhoria das vicinais. Era ainda pela vicinal que transportavam a produção para ser vendida na cidade e na capital, portanto, ela tornou-se o espaço mais importante na vida do trabalhador rural.

Enquanto as vilas representavam um espaço de convivência e integração, a vicinal representa ainda o espaço onde se constituem as amizades pelas trocas de favores, pelas visitas para tomar um café, “passar uma chuva”, na troca de sementes para plantar a roça, constituindo-se num ambiente familiar e seguro. É visível que todos os moradores se conhecem e sabem informar sobre seus vizinhos, principalmente pelos seus apelidos.

A vila continuava a ser habitada, em sua maioria, pelas mulheres e filhas dos migrantes, que ficam para trabalhar, estudar. Apesar das condições também serem precárias, estavam mais seguras. Os maridos e filhos mais “velhos” passavam e ainda passam a semana nos lotes e retornam para a vila somente nos finais de semana. Outros, ainda, passam somente o dia trabalhando no lote e no final da tarde retornam para casa, estes geralmente não possuem casa no lote.

Já a criação das vilas passou pela necessidade de um espaço mais sociável, este foi constituído enquanto lugares de desfile das roupas novas, da integração social, do jogo de futebol, jogo de queimada, jogo de dominó, dos desfiles do dia 7 de setembro, dia da Independência. As mulheres também participavam destes jogos de diversão e passeavam com as crianças, trocavam artesanatos, comercializavam pelos maridos na

vila, fabricavam doces, tapetes, artesanatos diversos com produtos da floresta. Dessa forma foi-se constituindo organização social das recém criadas vilas da Perimetral Norte.

Quanto ao acesso a produtos e incentivos por parte do governo, segundo Mourão¹⁵⁴, em sua pesquisa de campo o Governo do Território, por meio da Secretaria de Agricultura tinha um programa de distribuição de plantas e sementes selecionadas de cultivo de café, cacau, seringa, arroz, em São Luiz do Anuá. A autora ressalta ainda a existência Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER)¹⁵⁵. Quanto à forma de ocupação a autora corrobora as informações obtidas nas entrevistas ao afirmar:

Segundo informações locais e obtidas no arquivo do INCRA, a diversidade do tamanho dos assentamentos se deve por um lado a forma de ocupação, famílias e parentes que chegaram a região antes do INCRA, marcando seus lotes. Anos depois o INCRA procede apenas a regularização dos mesmos. Os lotes localizados ao longo da rodovia possuem quinhentos metros de frente, porém alguns possuem seiscentos metros. (...) As escolas e postos de saúde não foram dotadas de materiais e instrumentos e o governo local não cumpriu com o necessário para atender essas instalações¹⁵⁶

A falta de terra constituiu-se numa forma de obtenção de favores com políticos, encontramos nos arquivos da prefeitura de São João da Baliza pedidos de criação de assentamento feito pelos rurais e com relação de abaixo assinados entregues a prefeitos e vereadores para intermediarem junto ao INCRA, estes apenas oficializavam o pedido formalmente junto aquele órgão, mas para os trabalhadores a conquista do projeto de assentamento passava pelo poder daqueles políticos locais.

¹⁵⁴ MOURÃO, Op. Cit., p. 343-345.

¹⁵⁵ Idem, p. 344.

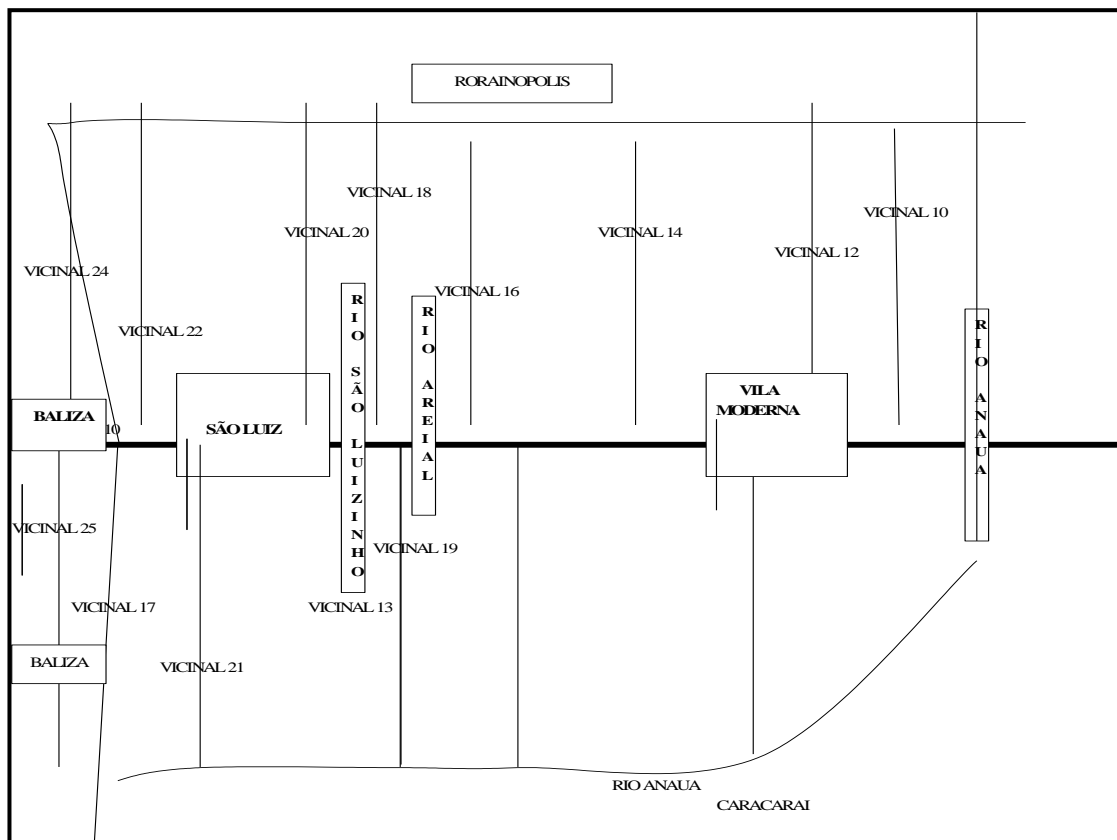
¹⁵⁶ Idem, p. 349.

3.3. O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS VILAS E MUNICÍPIOS NA BR-210.

No caso dos migrantes sem terra que chegaram a Roraima, além de sofrerem a violência de terem sido expropriados de sua terra em seus estados de origem, ao chegarem a Roraima não foram considerados sequer trabalhadores rurais, pois não detinham a terra, logo, não possuíam os meios de produção. Estes mais tarde ainda foram responsabilizados imediatamente por alguns políticos pela decadência de algumas vicinais, pela falta de produção no estado e pelo abandono de lotes.

Os dados apontados no Diagrama 01, adiante, que tratam dos assentamentos da Perimetral Norte, comprovam que os embriões dos núcleos e vilas surgiram de forma espontânea, próximos aos principais rios nas margens da Perimetral Norte. Todos estes municípios, assim como Rorainópolis localizado na BR-174, tiveram como embrião a colonização ao longo da BR-210 e da BR-174.

DIAGRAMA 01:
OCUPAÇÃO DAS VILAS E MUNICÍPIOS AO LONGO DA BR-210
(SENTIDO ESQUERDA PARA DIREITA)



Fonte: Elaborado pela autora em parceria com o a direção do Sindicato dos Trabalhaes Rurais de São Luiz do Anauá.

Com a chegada dos primeiros migrantes, formaram-se respectivamente as seguintes vilas: Vila Novo Paraíso (popularmente chamada Quinhentos), Vila Moderna, Vila São Luiz do Anauá, Vila de São João da Baliza, Caroebe, Entre Rios e Jatapulândia.¹⁵⁷

Este tipo de crescimento urbano¹⁵⁸ marcou uma mudança na organização espacial das cidades de Roraima, uma vez que os municípios mais antigos como: Boa Vista, Caracaraí e Mucajaí, surgiram ao longo dos rios, ou seja, o traçado do rio definia o surgimento dos núcleos e como: Catrimani, Surumu, Santa Maria do Boiaçu dentre outros.

FIGURA 02:
CENTRO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BALIZA.



Fonte: Autora, 2008.

A partir da década de 1970, com a abertura das rodovias federais, os novos núcleos urbanos passaram a surgir junto às margens das rodovias federais em direção à floresta, alterando a organização espacial anterior. Este fato pode ser evidenciado comparando-se a fotografia acima da praça central do município de São João da Baliza na Perimetral Norte com a fotografia de Caracaraí abaixo¹⁵⁹.

¹⁵⁷ A respeito do crescimento das cidades amazônicas, ver: OLIVEIRA, José Ademir de. “Trilhas e Atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX”. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.). *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998.

¹⁵⁸ Berta Becker explica que a urbanização tem múltiplas formas, desde o crescimento de cidades velhas e novas, até a multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis. BECKER, Op. cit., p. 55.

¹⁵⁹ Município criado em 1955 as margens do Rio Branco no local antes utilizado como entreposto e porto comercial para as embarcações que vinham de Manaus para Roraima,

FIGURA 03:
PRAÇA DE CARACARAÍ



Fonte: Autora, 2009.

Esta fotografia retirada da praça central de Caracaraí demonstra que a cidade está de costas para a BR-174 e de frente para o Rio. Na cidade de Caracaraí a única construção pública voltada para esta é o terminal rodoviário, enquanto que o centro administrativo e econômico, composto pelos prédios públicos e comércios, está todos localizados no centro da cidade, saindo em direção às avenidas que dão acesso ao Rio Branco enquanto que no município de São João da Baliza o centro administrativo e econômico estão voltados de frente para a Perimetral Norte.

Outro fato que se pode analisar é a localização das duas praças de Caracaraí, uma no centro da cidade em direção ao Rio Branco e a outra às margens do Rio Branco, e por último, pode-se ainda mencionar o traçado das ruas das cidades onde toda a parte antiga do município direciona-se para o rio, a valorização do Rio Branco, a exemplo do que ocorreu na capital Boa Vista, reflete a forma de ocupação que ocorreu de frente para o rio e de costas para a floresta.

Já nos municípios da Perimetral Norte observa-se um processo inverso, pois nos três municípios analisados: São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, a prefeitura, câmara municipal, comércios, agências bancárias, delegacia, e mesmo as residências estão todos localizados às margens da Perimetral.

A direção das ruas segue dois trajetos: um paralelo à perimetral outro em linha reta da perimetral em direção à floresta, ou seja, as ruas são continuidade das vicinais e

saem da rodovia em direção à floresta, como demonstram as fotos.

A economia da região sudeste permaneceu por muito tempo ligada ao extrativismo da balata e da castanha. Mas, durante as entrevistas, surgiu uma nova e forte atividade econômica, a atividade dos “mariscadores”, homens conhecidos dessa forma por mariscarem (caçarem) onças pintadas e gatos maracajás para vender a sua pele para comerciantes que compravam a pele, principalmente na região do extremo sudeste (Caroebe), em seguida estas eram levadas de barco e negociadas no comércio de Manaus. De acordo com as entrevistas realizadas com alguns dos primeiros moradores existia um forte comércio da mariscagem, como relembra Reinaldo Correia *“Na década de 1970, a gente vinha muito pra cá viver da caça de onça pra vender em Manaus, tinha muita onça mesmo, principalmente lá no Caroebe e no Entre Rios.”*¹⁶⁰

A mariscagem aparece em muitas entrevistas como primeira forma de obtenção de capital, sendo usada pela maioria dos entrevistados como trabalho, e segundo estes, essa era uma prática comum por todos os pioneiros da Perimetral Norte. Esta representou uma estratégia importante para a compra de alimentos e a sobrevivência na chegada dos migrantes descapitalizados em sua maioria. Dois comerciantes foram citados nas entrevistas como grandes negociadores deste produto: Sabá Severo e Manoel Português, o primeiro inclusive possuía embarcações para levar os produtos para Manaus.

Foi importante ainda na exploração do extremo sudeste na região de Jatapu e Entre Rios, atualmente município do Caroebe, pois estes mariscadores entravam floresta adentro por dias até encontrar o que buscavam, é possível que alguns tenham migrado para o trabalho nos garimpos da região de Trombetas, entrando por trilhas conhecidas por mariscadores, conforme informações dos entrevistados.

Alguns migrantes como o senhor João Didi, conheceram a região como mariscadores e em seguida escolheram um local para retirar seu pedaço de terra, para mais tarde trazerem seus familiares para residir na região. O comércio da balata e seringa também foi realizado pelos mariscadores nos períodos de pique destes produtos, mas o da castanha já era realizado com mais intensidade e também movimentava até hoje parte da economia local nos meses de auge da colheita.

O espaço geográfico singular da BR-210, mostrado na Figura 04, abaixo, foi lentamente se transformando. A paisagem da floresta foi sendo modificada pelos

¹⁶⁰ Entrevista com o senhor Reinaldo Miranda Correia, ex-mariscador que chegou a região em 1979. Boa Vista (RR), abril de 2009.

primeiros aglomerados de barracões construídos, pelas empresas construtoras das Rodovias e pela chegada do 6º Batalhão de Engenharia, para acomodar os trabalhadores das empresas contratadas para a abertura da estrada.

O primeiro núcleo populacional da Perimetral Norte foi consequência de um acampamento construído pela empresa Paranapanema, onde atualmente fica a Vila de Novo Paraíso, conhecida como Quinhentos.

O som do vai-e-vem de caminhões, tratores e máquinas pesadas trabalhando na derrubada da floresta começou a dividir espaço com o silêncio daquela região ha muito conhecido e habitado pelos povos indígenas. Após dois anos de trabalho os caminhões das construtoras passaram a dividir o espaço com os caminhões paus-de-arara e as caminhonetes F-1000 e C-10, carregados com famílias vindas das diversas regiões do país.

FIGURA 04:
BR-210 E PONTE SOBRE RIO ANAUÁ



Foto: Autora, 2008.

O Governador do ex-Território Fernando Ramos Pereira (1974-1979), não teve a principio a preocupação e o objetivo de manter o controle sobre as novas frentes de colonização, tentou fingir não ver a intensa corrida para o sudeste de Roraima, no entanto, após o rápido crescimento demográfico das vilas, surgiu, uma leve preocupação inicialmente quanto à regularização das posses destes migrantes, no entanto, quanto a instalação de infra-estrutura nas recém formadas vilas não houve nenhuma iniciativa por parte deste.

O ex-governador não é lembrado com saudades pelos pioneiros da Perimetral

Norte, por ter sempre negado qualquer solicitação feita por aqueles migrantes. Quatro dos entrevistados relembram a ausência de vontade política deste, negando pedidos de professores e médicos para atender a população e se eximindo da obrigação de proporcionar a abertura de estradas vicinais para a retirada da produção de dentro das mesmas.

Houve intensa massificação da propaganda feita no Brasil inteiro pelos ministros militares, como relembram os entrevistados, inclusive pelo rádio, além de cartazes, convidando os “homens sem terra” para migrarem para a Amazônia, “terra sem homens”. De fato não existia em Rondônia e nem Roraima condições estruturais de receber os futuros assentados.

A respeito deste período, o ex-administrador da Vila de São João da Baliza, Antônio Pereira, relembra que a ocupação das terras nas margens da Perimetral Norte próximas ao Rio Anauá, foi iniciada por ele, sua família e, pelo Senhor Didi, que juntamente com seu irmão Petrolino e seus demais familiares, foram dentre outras quatro famílias os fundadores da futura Vila de São João da Baliza.

O senhor Didi relembra as dificuldades de acesso a região:

Quando nós chegamos aqui, não tinha nem ponte na Perimetral, pois ainda estavam sendo construídas, pra comprar comida, eram dois dias de bicicleta, na lama atravessando rio, porque não tinham pontes, era uma longa viagem pra chegar até Caracarái no comércio, pra esses lados não tinha nada pra comprar, somente bem depois chegaram os caminhões de venda.¹⁶¹

A situação destas famílias que ocuparam a Perimetral Norte, não foi diferente desta relatada por senhor Didi, e pode-se afirmar que seria bem pior, caso estes não tivessem a solidariedade entre si. Dentro de dois anos a Perimetral Norte já estava com sua margem toda rateada, e as vicinais começaram a ser mais rapidamente abertas por estes e também ocupada.

Mas, estes migrantes ficaram largados à própria sorte, pois não houve nenhuma estruturação e interesse tanto da parte do Governo Federal em receber estas famílias, quanto do Governo do ex-Território e da classe política local, estes estavam entusiasmados demais com a conclusão da tão esperada BR-174.

Somente após o INCRA realizar uma parceria com o Governo do Território, isto já durante o primeiro mandato do Governo de Ottomar Pinto (1983), é que podemos falar de uma preocupação por parte deste com a Perimetral Norte, ainda que esta fosse

¹⁶¹ Entrevista com o Sr. João Didi (João de Deus Costa Bezerra), trabalhador rural e migrante oriundo do Maranhão. São Luiz do Anauá (RR), fevereiro de 2009.

inicialmente, apenas para a regularização e finalização do processo de licença para ocupação, além da abertura das estradas vicinais.

A construção das primeiras casas concentrou-se às margens da rodovia, somente após alguns anos surgiram às primeiras ruas. Estas foram voltadas para as vicinais, saindo em direção vertical. Os primeiros moradores lembram que as casas eram próximas, constituindo vilas, devido à própria necessidade de união para a sobrevivência, o que propiciou uma relação estreita de amizade entre estes. Pode-se citar como exemplo desta necessidade as viagens em busca de alimento para Caracaráí, o centro urbanos mais próximo.

Decorridos os primeiros anos da instalação dos migrantes, começaram a formar-se as primeiras vilas: Vila Moderna, Vila de São Luiz do Anauá, Vila de São João da Baliza, Vila do Caroebe e Vila Entre Rios. Somente em 1982, as vilas de São Luiz do Anauá e São João do Baliza foram elevadas à condição de Município e desmembradas do Município de Caracaráí, o mais antigo município da região sul, criado pela lei nº 2495, de 27 de maio de 1955.

3.3.1. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BALIZA.

As primeiras construções da antiga Vila de São João da Baliza foram basicamente iniciadas por seis famílias de maranhenses que chegaram à região em 1974, antes mesmo do término da construção até o rio Jatapu. Dentre estas famílias pode-se citar as de João Pereira e João Didi, dois precursores da futura Vila de São João da Baliza.

De acordo algumas mulheres este nome deriva-se da baliza de marcação colocada pelos técnicos na beira de um rio, que era o local onde elas lavavam a roupa, como explica Dona Deuza de Souza:

Quando nós chegamos aqui era difícil, pra lavarmos as coisas, pois não tinha água encanada, e os rios e igarapés tinham os barrancos altos, não tinha como está pegando água, porque não tinha uma descida boa pro rio, pra lavarmos roupa, então uma começou a vir pra beira desse igarapé, onde tem essa ponte na saída da cidade, e as outras mulheres perguntavam onde você lavou? Foi lá no igarapé da Baliza, onde tem a baliza. E dessa forma agente foi espalhando a notícia do local, depois lá ficou sendo o local das mulheres ficarem

trabalhando, e o nome foi ficando no rio da baliza.¹⁶²

No entanto, existem outras versões sobre a história de Baliza, a mais comum comentada também nas entrevistas consta do técnico que perdeu sua baliza durante a abertura da Perimetral na Vila de São João. O fato é que a antiga Vila de São João passou a ser chamada de São João da Baliza.

Este grupo de migrantes maranhenses vindos da região de Goiás foram os primeiros a retirar lotes e iniciar a abertura da floresta, fazer os primeiros traçados para as construções de casa na margem da Perimetral, onde até hoje se encontram suas residências.

Após a abertura da Perimetral mesmo sem sua conclusão, centenas de migrantes passaram a chegar diariamente aquele vilarejo. Como afirma a seguir João Pereira um dos pioneiros e idealizadores da Cidade:

Quando chegamos aqui em 1975 só tinha floresta e a estrada. Naquela época do Quinhentos pra cá, tinha poucos moradores, tinha a família do Didi, Armando, o Paraíba, o barbeiro. Comprei então este pedaço de terra, aqui na beira da estrada, eu tinha trinta e cinco anos, muita vontade trabalhar, eu queria ver isso virar cidade, eu comecei a organizar e motivar o povo, para termos energia elétrica, enquanto isso eu comprei um motorzinho em 1978.

Na Vila de São João chegaram migrantes de todos os lugares, mas os primeiros foram os Maranhenses e esta identidade permaneceu presente nas festas como o forró e o Bumba meu Boi-Bumbá, trazida do Maranhão pela família de um dos primeiros moradores João Didi.

Passados alguns anos, os moradores da Vila de São João da Baliza organizaram-se para solicitar ao Governador Fernando Ramos Pereira a construção de uma escola de ensino fundamental para que as crianças pudessem estudar, a construção de um hospital e energia elétrica. Mas, nenhum destes pedidos foi realizado, em virtude da demora do Governador em atender ao pedido, as próprias jovens passaram a ensinar crianças no pátio da residência do próprio senhor João Pereira.

Quanto a chegada da energia elétrica até 1978, não havia chegado, sendo necessário comprar um motor como lembrou senhor João na citação anterior. Somente a escola mais tarde foi construída, mas permaneceu no início sem professora.

O incipiente, muito caro e recente comércio local iniciou-se com a chegada dos caminhões vindos de Manaus que vendiam gêneros alimentícios, de acordo com as

¹⁶² Entrevista com a Sra. Deuza de Souza. São João da Baliza (RR), janeiro de 2010.

entrevistas, estes começavam a agitar a cidade com seus megafones, bugigangas, roupas, calçadas e utensílios de cozinha.

Mesmo diante das dificuldades vividas e enfrentadas durante a viagem, a imagem que muitos trazem na sua narração é de um período alegre, movimentado, com muita gente chegando, de pessoas vindas de todos os lugares do Brasil, com os mais diversos objetivos. Contudo, devido o processo de expropriação e o desejo de acesso à terra, é muito pertinente o sentimento de realização no momento de conquista, como afirma a senhora Verônica Lima:

Cheguei à Roraima em 1981, vim do Paraná com minha família, chegamos no Baliza e ficamos na Beira da BR-210, depois na casa do João Petrolino. Naquela época era uns ajudando os outros, comendo junto, dividindo os alimentos. Nessa época chegava muita gente no Baliza eram quatro, cinco, seis paus-de-arara por dia, era alegre a cidade, movimentada, todo mundo se conhecia¹⁶³.

As palavras de dona Verônica possibilitam afirmar que a Vila tinha um grande fluxo de migrantes chegando o que a tornava animada, movimentada, e uma mistura de identidades culturais e a animação de todos estarem conquistando sua terra com certeza contribuiu para esta euforia.

A animação ainda aparece com ênfase quanto às festas. Outra entrevistada senhora Helena de Souza, relembra os arraiais, tidos com espaço de integração, descontração e momento oportuno para a diversão dos casais e os namoros dos jovens:

A cidade estava começando, era bem pequena, mas muito animada, porque existiam pessoas de várias cidades. Minas, Goiás, Maranhão, chegava direto. A maioria dos rurais tem sua casinha na cidade, passamos a semana na cidade, pois nossos filhos somente tinham um pouco de educação aqui, a maioria das vicinais não possui escolas, o que falta é transporte que leve as crianças a escola, nos finais de semana vamos para o lote.¹⁶⁴

Esta relação de integração com as festas proporcionou o processo à mística que acompanha os colonos, e até hoje é perceptível, por exemplo, na maneira como estes acolhem pessoas de fora da cidade, com relação à amizade, confiança, a ligação com a comunidade (região) onde vivem, todos se conhecem e os que chegam começam a sentir esta solidariedade nas relações de trabalho. Desenvolveu-se uma formação e organização espontânea nos laços de trabalho, baseado na troca e outras formas de pagamento, apesar dos diferentes estados de que provinham, como afirma seu Jaider da

¹⁶³ Entrevista com a senhora Verônica Rosa Lima, trabalhadora rural, oriunda de Minas Gerais. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

¹⁶⁴ Entrevista com a Sra. Helena Milhomem de Souza. São João da Baliza (RR), maio de 2005.

Silva:

Eu que morava em Central do Montana [Governador Valadares], em Minas Gerais, quando cheguei aqui, fiz três canteiros de verduras, vendia para sobreviver. Com essa venda sustentei minha esposa e cinco filhos durante oito meses. Então comecei a trabalhar no lote, mas peguei muita malária que ia e voltava, até que abandonei o lote, pois achava que ia morrer de tanta malária, até conseguir outro no local melhor.¹⁶⁵

Na formação da cidade de São João da Baliza, chegaram muitos mineiros, assim como seu Jader, além de paranaenses, mato-grossenses, gaúchos, sendo que as primeiras famílias a chegar foram as maranhenses.

O município de São João da Baliza foi criado pela Lei nº 009 de 1º julho de 1982, Após a criação do município o primeiro prefeito foi o senhor João Pereira, com a criação da máquina administrativa, a circulação de dinheiro público, a chegada contínua de migrantes, a necessidade dos serviços públicos, enfim a cidade começou a crescer as construções, os novos moradores foram estruturando e organizando suas casas na vila e reestruturando seus lotes, com isto tem início uma divisão espacial na Perimetral.

Este momento foi marcado pelo apadrinhamento político para conseguir tornar-se funcionário público, estes novos servidores públicos, assim como os trabalhadores das construções das instalações dos primeiros prédios dos órgãos oficiais do Estado como INCRA, ITERAIMA, SUCAM, passaram também a ser a emergente classe política local.

E a figura do administrador local¹⁶⁶, passou a ser ocupada pelos prefeitos eleitos com o apoio dos deputados federais ou pelo governador. Dentre estes migrantes que alcançaram a vida pública podemos citar o Deputado Estadual Mecias de Jesus, eleito por três mandatos e duas vezes presidente da Assembléia Legislativa, aliado político de Ottomar Pinto e do Deputado Federal Luciano Castro. Assim como Iradilsom Sampaio, o prefeito da capital Boa Vista. Estes iniciaram sua carreira política nestes municípios da Perimetral Norte.

Parece aqui caber uma pergunta importante. Porque transformar regiões tão precárias, sem recursos próprios em três municípios ao invés de se criar um? A criação destes municípios e de outros na região Norte do estado durante a década de 1990 pode ter sido creditada e incentivada pelos futuros prefeitos dos novos municípios e pela

¹⁶⁵ Entrevista com o Sr. Jaider Ferreira da Silva, trabalhador rural e militante do STR. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

¹⁶⁶ Entrevista com o Sr. Filintro Vicente Pereira, ex-técnico da extinta ASTER. São Luiz do Anauá (RR), novembro de 2009.

classe política que passou a usar como mote a farta distribuição de lotes de terras e a promessa de financiamento agrícola pelos bancos estatais. Alguns pensavam em futuros eleitores em potencial; outros, como no caso dos prefeitos, no repasse das verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que representa hoje, uma das fontes principais de renda da maioria dos municípios, o que pode ser constatado nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LOA) ¹⁶⁷.

É necessário apontar que os seguimentos sociais não conseguiram intervir nesta política, logo os futuros candidatos tornaram-se apadrinhados políticos dos grupos maiores e anteriores.

Outro aspecto importante são as mudanças e interesses políticos com a chegada destes migrantes criando um forte peso político nas eleições, a ocupação de cargos políticos e a eleição de candidatos remanescentes dos assentamentos. A utilização das verbas públicas repassadas pelo governo federal para estruturação dos assentamentos principalmente durante a década de 1980, para exercer o clientelismo foi marcante nestes municípios.

Temos ressaltado que a História dos municípios de Caroebe e São Luiz do Anauá, assim como dos diversos movimentos sociais que surgiram nestes é um campo de pesquisa rico e ainda pouco explorado.

Assim torna-se importante destacar que o surgimento das vilas e municípios ao longo da Perimetral foi consequência da resistência e da coragem dos seus moradores e em momento algum, no início deste processo de expansão ocorreu o planejamento do Estado, ou a construção de vilas e agrovilas para incentivar a permanência destes. Pelo contrário como afirmaram nossos depoentes, o Governo do ex-Território não tinha interesse algum em estruturar as vilas da Perimetral Norte, e mesmo após a criação dos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza aquela região permaneceu no descaso e no esquecimento político, apesar de ter representado no final da década de 1970 e início da década de 1980 o filão de repasse de recursos federais para os cofres do ex-Território Federal de Roraima.

Esta política demonstra que o interesse do Estado com a abertura desta rodovia era unicamente geopolítica e não possibilitar melhoria de vida das milhares de famílias que migraram para a Perimetral Norte, como não ocorreu a conclusão da saída para os países fronteiriços a mesma perdeu o interesse do Estado, o que restou para os

¹⁶⁷ Durante a pesquisa nos arquivos das câmaras municipais e prefeituras, encontramos repasses do Polororaima, via prefeituras, para os projetos de assentamentos.

migrantes voltar para seus estados de origem ou permanecer e aprender sobreviver desenvolvendo para isso estratégias que tentamos resumir no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

DA LUTA PELA TERRA A LUTA PARA PERMANECER NA TERRA

A evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história transformando “os objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.

Paul Thompson

4.1. A RESISTÊNCIA EM PERMANECER NA TERRA.

A conquista da terra pelos migrantes que chegaram a Roraima confirma que a História não é feita de determinismos, mas sim de alternativas, construções, desconstruções, conflitos e possibilidades. O momento da decisão de fazer ou não a viagem de migração é importante e representa a determinação em lutar, não somente contra o processo de expropriação dos camponeses e a imposição do capitalismo no campo, mas é uma estratégia de resistência.

Logo, o que está em jogo é uma conjuntura estrutural histórica de expropriação e expulsão da terra. Este momento mostra também que toda decisão, apesar de todas as amarras, no final é individual e representa uma escolha que é definida de forma subjetiva. A migração é a busca de alternativa permeada por uma resistência a de continuar sendo trabalhador e trabalhadora rural, pois o desejo de permanecer no campo representa muito mais do que o desejo de ter trabalho e emprego.

As palavras a seguir de Argemiro de Souza refletem que no jogo pela sobrevivência acabam existindo alternativas, e a migração para a Amazônia representava uma delas:

Eu fui cedo morar em São Paulo, trabalhei na usina do Francisco Matarazzo na Fazenda Santa Rosa, na época era uma das maiores do país. Lembro-me que dormia numa pensãozinha, não tinha casa, e de madrugada o caminhão pegava a gente pra ir trabalhar, mas era difícil. Depois trabalhei na empresa Camargo Correa em construção e várias outras firmas. Mas trabalhar na terra é questão de gosto, não sei, também tem o fato da gente não ter formação profissional, um curso. Aqui na terra a gente sabe plantar, vive bem, sobrevive bem, cria nossos filhos com fartura, trabalhando junto com a família, os sogros, genros, trocando dias com eles, o serviço de dois é mais que três, não é? A nossa vivência na floresta nos ensinou isso desde cedo. Como eu, eu já sou filho de rural e já trabalhei muito nas roças,

aprendi muito com meu pai. Quando cheguei aqui, primeiro fui para os garimpos, fiquei uns dois anos trabalhando nele, consegui minha terra, comprando um pedaço às margens do Rio Anauá, e trabalhando, trabalhando mesmo enfrentando as dificuldades. Conheci minha esposa aqui, casamos, hoje vivo com minha família, meus netos e temos nossa própria terra e eles também têm a deles. Apesar de nos sentirmos abandonados pelo governo, a gente vai melhorando de vida¹⁶⁸.

Fica claro nas palavras de Argemiro que a relação com a terra não é determinada apenas pela necessidade de trabalho ou a falta dele, mas pela identidade com a terra. Em outras palavras, estes migrantes poderiam ter aumentado a estatística do êxodo rural, ou terem se transformado em “bóias-frias”¹⁶⁹, assim como milhares de camponeses. Eles fogem a essa regra, saindo da posição de sujeitos passivos, diante das transformações do campo e passam à posição de sujeito transformadores desta realidade.

Faz-se necessário tecer dois comentários, o primeiro que se pode extrair na fala do depoente é que a migração não representa uma necessidade de sobrevivência unicamente econômica, a busca da terra não estava determinada apenas pela necessidade de trabalho, como pôde ser observado, mas principalmente pela preservação do modo de vida, da identidade, dos costumes e modo de produção e trabalho. Simboliza portanto, além da defesa de seus direitos à terra a luta pela defesa de sua História.¹⁷⁰

Quanto a trajetória do deslocamento dos estados de origem para Roraima, pode-se afirmar que o próprio deslocamento era já muito complicado. Na mudança, geralmente, traziam o estritamente necessário devido às grandes distâncias. Assim era incluída a pouca roupa, os poucos utensílios domésticos, alguns animais (galinhas, porcos, cachorros, etc.). Tudo vinha em paus-de-arara, ou em ônibus fretados por grupos de famílias que se uniam para dividir o custo da viagem.

Percebeu-se, por meio das fontes, que as viagens eram realizadas com poucos recursos, sem planejamentos maiores ou estrutura. Toda a alimentação era feita ao longo da viagem em fogareiros, à beira dos rios e igarapés, áreas que eram usadas para fazer as principais paradas. Esse era o espaço para lavar roupas, tomar banho e fazer as

¹⁶⁸ Entrevista com o senhor Argemiro de Souza, trabalhador rural e migrante oriundo da Bahia. Vila Moderna, Município de São Luiz do Anauá (RR), janeiro de 2009.

¹⁶⁹ Cf. SILVA, Maria Aparecia Moraes. *A Luta Pela Terra*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

¹⁷⁰ Sobre a migração, analisada enquanto uma estratégia de reprodução camponesa, ver: SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. *Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Disponível em: http://nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leituras/migracoes_rurais-_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso: 20/outubro/2009.

principais alimentações do dia durante a viagem, porém alguns destes migrantes fazem questão de afirmar que vieram com recursos próprios, que não eram todos que vinham descapitalizados, como quer enfatizar uma historiografia conservadora como também a imprensa local. Alguns entrevistados com o senhor Eupídio, João Pereira, e outros, chegaram a Roraima com recursos inclusive para comprar sua terra e investir o dinheiro trazido da venda de terra em outros estados.

As várias famílias, vindas tanto da região Nordeste quanto do Sul e Sudeste do país, enfrentavam de dois a três dias de viagem até chegarem à cidade de Ji-paraná em Rondônia. Em seguida, continuavam a viagem, agora pela BR-319, que ligava Rondônia a Manaus, rodovia extremamente precária.

Na entrevista a seguir, o senhor Eupídio Leite Araújo¹⁷¹, fala sobre sua viagem para Roraima, pela BR-319, vindo diretamente de Rondônia para São João da Baliza. Percebe-se neste caso que essa família segue o mesmo percurso dos fluxos migratórios já estudados por alguns estudos de migração¹⁷². Em sua maioria saem do Nordeste para o Centro-Oeste, em seguida do Centro Oeste para Rondônia, de lá para o Estado do Pará, e finalmente aportam no Amazonas e Roraima, por via terrestre ou fluvial.

Eu sou da Bahia, fui criado no Mato Grosso, primeiro tive um estágio em Rondônia onde vivi onze anos na cidade de Ouro Preto, e sempre trabalhei na agricultura, mas por causa dos meus pais que são nordestinos e gostam de andar. Eu como filho obediente aos meus pais, sempre acompanhei para a família não se separar. Em Rondônia estávamos bem estruturados na agricultura, tinha uma área boa e éramos produtores na região de milho, feijão e arroz. Inclusive trabalhava com semente de arroz e milho fiscalizada para plantio em outros estados. Em 1978 até 1981, trabalhei em Mato Grosso e em Rondônia com a semente fiscalizada por causa disso passei a ter conhecimento das regiões da Amazônia, onde vendia muita semente para Roraima, era semente para plantio. Depois meus pais vieram para Roraima e gostaram muito e a gente acabou mudando, a minha chegada em Roraima foi em novembro de 1983, onde estou até hoje, na época tinha estrada a gente vinha de Porto Velho a Manaus por estrada era a BR- 319, que hoje não existe mais, mas já estão recuperando e vai voltar a funcionar novamente.¹⁷³

A BR-319, que várias vezes foi citada pelos depoentes, foi inaugurada em 1973 durante o Regime Militar (1964-1985). Por esta rodovia milhares de famílias trafegaram com destino a Roraima. Poucos anos se passaram e esta tornou-se intransponível. Este

¹⁷¹ Atualmente diretor do sindicato de São João da Baliza e um dos membros mais antigos do sindicato. Tem 55 anos, é cearense, criado no Mato Grosso e reside no município do Baliza com sua esposa e filhos.

¹⁷² Ver: VALIM, Ana. *Migrações*. Op. cit., 1996.

¹⁷³ Entrevista realizada com o Sr. Eupídio Leite Araújo. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

percurso na época levava, em média, seis dias¹⁷⁴. Atualmente esta rodovia está sendo reestruturada, o que poderá motivar o rápido desmatamento e grilagem de terras na região Sudeste de Roraima.

A partir de 1974, se intensifica a chegada dos paus-de-arara e de ônibus, com cinco a seis famílias trazendo suas mudanças, passaram a acampar na antiga vila do INCRA, e posteriormente, nas próprias “sombras” dos órgãos oficiais, ansiosos por tirar seu lote, ou “fazer sua picada”.

Os lotes eram distribuídos, eles faziam os picadões com os próprios agricultores, uns ajudando o outro e o governador nos dava farda para a escola, calçados, cestas básicas todo mês, cesta de Natal e a minha família ficou morando quando chegamos numa casa alugada no Baliza, cinco meses depois mudamos para a beira da BR 210, para casa do João do Petrolino que comprou do Pedro Jacarandá que era prefeito do Baliza e não precisávamos pagar aluguel fiquei morando lá enquanto meu marido, filhos e genros e a filha trabalhava na roça plantando arroz, milho e mandioca. Eles tinham que ficar lá porque o picadão eram muito ruim dava vinte e cinco quilômetros e só dava de ir a pé. Dava muita malária, muita mesma, hepatite, derrames¹⁷⁵.

As famílias que não esperavam na Vila do INCRA, onde também se fazia a distribuição dos lotes, muitas vezes decidiam partir direto para o sudeste pela BR-210, onde escolhiam seus lotes. É importante lembrar que, mesmo sem a intervenção oficial, a colonização não era ilegal uma vez que se tratava de terras devolutas ou do INCRA, e existiam regras de organização e distribuição dos lotes realizados pelos próprios migrantes. É importante frisar que, mesmo diante de uma aparente falta de leis e a presença do Estado, em terras afastadas dentro da floresta Amazônica, existiu uma forte ética pela demarcação realizada, já inclusive apontada aqui.

A viagem de Rondônia até Manaus durava de oito a quinze dias, variando de acordo com a época, e com a quantidade de chuva. De Manaus, seguiam para Roraima pela BR-174, até chegarem à Vila do INCRA¹⁷⁶, (atualmente sede do município de Rorainópolis), onde aguardavam para fazerem seus cadastros no INCRA. Outras famílias seguiam da BR-174 diretamente para a BR-210 até conseguirem retirar sua terra e seu lote nas futuras vilas. Como afirma o técnico do INCRA Sávio Lopes:

¹⁷⁴ Em 2005 o Governo Federal anunciou a recuperação da BR-319. As obras começaram em 2008, com duas frentes de trabalho partindo dos extremos da rodovia. No entanto, acredita-se que essas obras podem levar ao desmatamento e ocupação desordenada do entorno da rodovia, o que provocou um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pela Universidade Federal do Amazonas.

¹⁷⁵ Entrevista realizada com Verônica Lima, migrante oriunda de Minas Gerais. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

¹⁷⁶ Ver nota 119.

A ocupação da cidade de São João da Baliza foi uma ocupação espontânea, os migrantes chegavam e iam construindo o núcleo urbano. No final da década de 70, início de 80 surgiu a vila e em 1982, foi criado o Município de Baliza onde e somente em 1986 foi criado o projeto de assentamento Jatapu, em seguida, o INCRA trabalhava em cima das ocupações que o pessoal ia fazendo juntamente com a Secretaria de Agricultura, tentando regularizar a situação fundiária de cada produtor isso já no projeto Jauaperi.¹⁷⁷

Como afirma Sávio, durante a intensidade da chegada de migrantes o, atual Município de Rorainópolis recebia diariamente centenas de migrantes que ficavam acampados, aguardando um posicionamento do INCRA, no entanto, como a demarcação de terras por este necessitava de tempo, os trabalhadores desistiam de esperar e dirigiam direto para a área de colonização.

De acordo com as entrevistas, é possível verificar que boa parte dos grupos que viajavam eram formados por parentes ou amigos, ou como eles afirmam, ‘conhecidos’. Isto pode ser compreendido pelo alto preço que custava um frete deste, levando-se em consideração a distância e a situação das estradas, logo, a união de várias famílias era uma estratégia de conseguir pagar este fretamento. Talvez o longo percurso tenha viabilizado tempo suficiente para estreitar outros laços de amizades.

Após a chegada na Perimetral Norte, alguns homens, mulheres e crianças partiam, inicialmente, em vão, muitas das vezes, em busca de casas para alugar, enquanto outros já iam construindo seus “barracos provisórios” e passando a desenvolver algum tipo de economia informal, como batimento do arroz, coivara, “brocando” roças alheias, enquanto não havia o fruto das primeiras colheitas no lote escolhido. Na região do Baliza o migrante iria destacar-se quanto à solidariedade, o senhor João Pereira que relembra o sofrimento dos que chegavam: *“A falta de alimentos nos primeiros anos foi intensa, uma vez que ainda não tinham sido feitas as roças, sendo necessário comprar o ‘rancho’ na cidade mais próxima que era Caracarái”*. Neste período, especialmente durante o inverno, o problema se agravava. A situação piorava devido à falta de pontes, pois é grande a quantidade de igarapés e grandes rios ao longo da Perimetral, inviabilizando o deslocamento. Esta realidade é comentada em outro trecho da entrevista por Argemiro de Souza:

Não tínhamos estradas, moramos por dois anos [...] na beira do rio, em seguida viemos para a vila moderna, nessa época a estrada já tava sendo feita, cheguei em 1982, na beira do rio Anauá. As dificuldades que eu

¹⁷⁷ Entrevista com o Sr. Sávio Lopes dos Santos, técnico que trabalhou na implementação dos projetos de assentamento na BR 210. Boa Vista (RR), junho de 2005.

encontrei foram muitas, na “fofoca” do cambalacho o dono queria ir pro garimpo esse morador me vendeu e eu tava vindo do garimpo e comprei o pedaço de terra fiz um barraco, não tinha motor não tinha nada, nem comida, não tinha um lugar pra vender, nada pra gente, somente lá no Km 500, compras maiores somente em Caracarái. A abertura da mata eu fiz no machado, no braço, trabalhando quarenta e poucos dias, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, direto. Tendo que viver só da caças e pescas, até vir as primeiras colheitas que fiz, produzi arroz, milho, feijão, abóbora, um bocado de coisa, plantei o café, mas o café só dá na terra nova, mas plantei macaxeira, fiz farinha. Eu cheguei na região sem nada, hoje tive meus filhos já estou velho, tenho meus netos e não achei lugar melhor que Roraima, não vou mais sair de Roraima, a não ser pra ver a família mas depois voltar.¹⁷⁸

Ao conseguir um lote¹⁷⁹, começam a aparecer as dificuldades, diferentes daquelas de que fugiram, mas também intensas. Não se pode afirmar o que é pior: a falta de terra ou a falta de condições de permanecer nela.

É importante acrescentar que após a viagem inóspita, houve a dificuldade de acesso aos lotes que ficavam distantes uns 25Km dos incipientes aglomerados urbanos percorridos a pé. As vicinais ainda não existiam, a BR-210 ainda estava sendo construída, a floresta sendo derrubada, a presença dos indígenas e a falta de comunicação formavam um ambiente de insegurança e medo, como pode se observar na entrevista com a Senhora Verônica Rosa, trabalhadora rural do Município de São João da Baliza.

[...] minha mãe e meus irmãos viajaram do Paraná para Rondônia. Eu e meu esposo ficamos trabalhando na lavoura de soja, hortelã, trigo na meia, a meia era vendida pro dono que pagava uma mixaria, só quem tinha lucro era o dono, nós coitado que corre o suor do rosto não tem valor não. Minha mãe, meu tio e meus irmãos vieram para Rondônia e em seguida eu, meu esposo e meus filhos acabaram vindo. A gente não conhecia nada pra cá, não possuía documentação, CPF, Carteira de Identidade, alguns tinham só registro de nascimento, título, esse documentos somente em Roraima que tiramos no município de São Luiz. Ha dezesseis anos, quando meu esposo morreu, fui à cidade Boa Vista no INSS e lá pediram a documentação e carteira do sindicato e só depois de cinco anos consegui a pensão. [...] O meu filho morreu com vinte dois anos com malária no lote, depois de um ano e dois meses, meu marido faleceu, pegou malária muitas vezes com hepatite e depois deu derrame e ele faleceu. Depois de oito anos, a minha filha de 14 anos também pegou malária e hepatite e faleceu. Era muito difícil, nós não tínhamos nada no lote só a roça, existiam financiamentos do Banco do Brasil eram muitos tipos, mas era muito difícil para ir lá fazer o financiamento. Nessa época chegava muita gente no Baliza: eram quatro, cinco, seis paus de

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ *Lote* – termo criado pelo INCRA que significa o espaço de terra, geralmente de cem hectares. O termo é também utilizado pelos rurais para representar o trabalho, no sentido de explicar que está no serviço dentro da vicinal.

araras. Era uma viagem ruim, era porca, galinha, tudo junto com a gente em cima do caminhão. E a viagem durava oito dias e a estrada era muito ruim a gente parava na estrada para fazer comida, tomar água geralmente duas, quatro famílias se juntavam e alugava um pau de arara. Depois em 1983, o Ottomar começou a abrir as estrada na vicinal governo trabalhava bem passava força para nós que a malária continuou matando muita gente, não tinha nenhuma prevenção não sei por que tinha tanta malária. Eu gosto daqui porque a gente dirige a terra como todos porque todo mundo tem que ter direito e entrar na terra, trabalhar, produzir, criar família, plantar a terra¹⁸⁰.

Este depoimento de Verônica, que perdeu além do marido, dois filhos muito jovens para a malária, demonstra que a chegada à terra, ao lote, poderia ter representado o fim da migração, e a conquista de uma vida digna. Mas não foi isto que aconteceu, ao contrário, o descaso do Estado, a ausência de estrutura física como estradas, alimentação, escolas e hospitais, acabou deixando centenas de migrantes numa situação de puro abandono.

A idéia aqui é mostrar os principais pilares da resistência dos migrantes, dentre estes a importância da família, esta foi decisiva para a permanência dos migrantes em Roraima. A família do migrante é constituída não somente pela esposa, marido e filhos(as), mas, inclui cunhados, netos(as), sogros, sobrinhos, enfim não se percebia uma preocupação com a individualidade do casal. O grupo familiar formava as principais relações sociais vivenciadas pelos migrantes.

Este laço forte com a família pode ser explicado por dois fatores: Primeiro, a separação e a distância dos demais membros da família como pais, avós, irmãos. Por medo da solidão, a família construída pelo marido, mulher e filhos acabou se tornando uma necessidade. Segundo, porque existe a necessidade da força de trabalho familiar na agricultura, além do isolamento do lote, da vicinal, pois a Perimetral Norte estava distante dos grandes centros urbanos, cujo município mais próximo era Caracaraí. Esta relação fica clara nas palavras do João Pereira:

Casei no Goiás e trouxe a minha família e a família da minha esposa, tivemos sete filhos, lembro que essa mais nova, que é essa ai (aponta para filha), só comia massa de macaxeira lá em Goiás, e aqui nós não tinha onde comprar, não tinha comércio, não tinha nada e eu fui daqui pro Km “500” buscar macaxeira para fazer uma massa. Fui de manhã e cheguei somente no outro dia de tarde. Esse que é dono desse escritório bem aí, é filho meu, que hoje é formado, é doutor, é tudo... Quando ele nasceu eu fui comprar, que o maranhense é cheio de chove não molha, não come carne de caça, só frango ou carne de gado quando ganha filho. Assim fui pra Caracaraí comprar carne, fui de pé comprar carne pro resguardo dela... andando na estrada e com medo dos urubus arrodar... eu cheguei no 500 tinha só um quarto de

¹⁸⁰ Entrevista com a Senhora Verônica em São João da Baliza (RR), junho de 2005.

carne... Chegando lá retalhei a carne, botei aquela ossada no varal pra enxugar um pouco, a ossada mais grossa nós comemos lá na casa do Xicão... e botei nas costas, isso já era umas três horas da madrugada, botei nas costas num jamaxim com a carne dentro. Lá por umas onze horas os pés não agüentavam mais, meio dia, sol quente sai do Km 500, quando foi umas sete, oito horas da noite eu estava aqui, com a carne, mas era uma carne podre, só que ela cozinhou, ajeitou os pedaços que prestaram foi uma aventura, o que não se faz pelos filhos e por uma mulher recém parida.

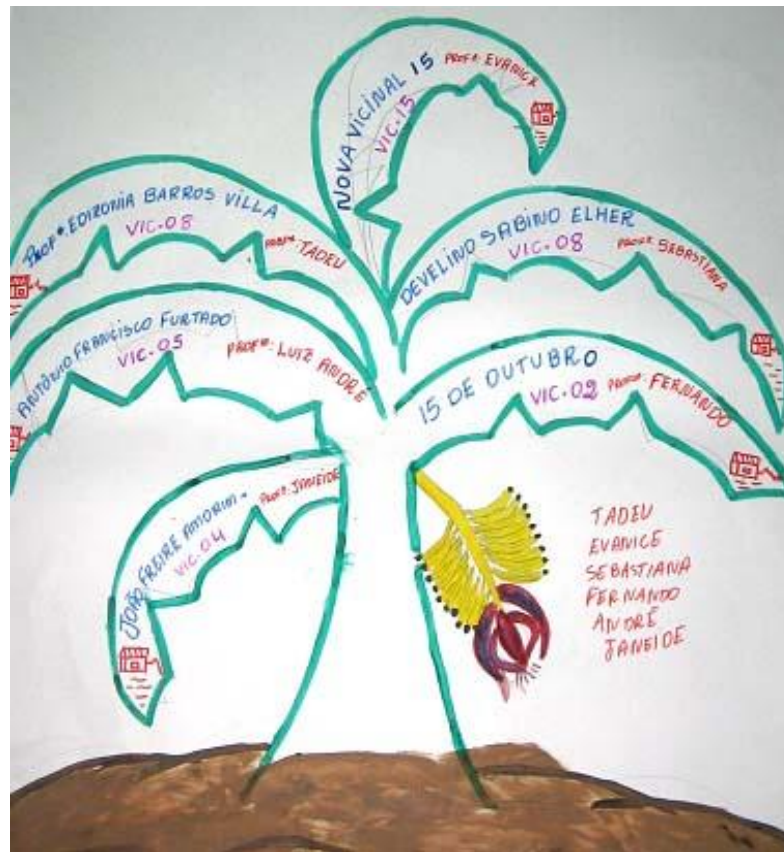
Como se observa no depoimento as relações sociais giravam em torno da família, estas se reuniam em visitas nos finais de semana, no lazer, nas festas juninas, nos jogos de futebol, todos os moradores jogavam inclusive as mulheres com os times de queimadas, na dança de boi.

As famílias se uniam nos finais de semana na igreja, nas festas, nos almoços, esta relação também deve ser vista como gestação de uma futura organização coletiva. Essas experiências sociais representaram momentos de conversa e discussão da realidade vivenciada por todos na luta em tentar permanecer na terra.

O modo de vida dentro das vicinais, a solidariedade, a adaptação à floresta não representaram apenas a sobrevivência, matar a fome, mas se fundamentam na consciência da necessidade de permanecer na terra, para dar continuidade a sua cultura, trabalho e identidade rural. Para estes, a relação com a natureza está intrinsecamente ligada a sua cultura, identidade, tradições e trabalho. Ou seja, suas vidas se entrelaçam com a vida da floresta.

A Figura 05, reproduzida a seguir, foi construída pelos próprios trabalhadores rurais e professores dos municípios de São João da Baliza e Caroebe. O objetivo destes foi retratar a vida deles em comunidade e o resultado foi a representação de uma árvore de bananeira, um dos principais produtos de exportação da região, e dentro desta árvore ficam as residências distribuídas dentro das vicinais, o que explica a organização espacial e a relação com a natureza.

FIGURA 05:
REPRESENTAÇÃO DAS VICINAIS



Fonte: Arquivo da FETAG/RR.

O reconhecimento da importância da terra fica muito claro nas palavras de um migrante catarinense, o senhor João Secon: “*hoje o IBAMA tenta impedir de colocar roças, se nós tivéssemos alternativa como tratores e financiamentos não precisaríamos derrubar a floresta, pois também precisamos dela*”¹⁸¹. Esta frase deixa claro que o valor da terra para o agricultor familiar está na manutenção de parte da floresta em pé, enquanto para o latifundiário, o valor está agregado somente a possibilidade de praticar a monocultura ou a pecuária.

A intimidade entre os trabalhadores rurais com a terra é fruto de uma construção feita as duras penas, nos sofrimentos diários, e na ausência de alternativas. Acredita-se que esta integração vida/natureza, está associada diretamente com a própria origem da necessidade de utilizar o conhecimento tradicional. Foi nesta intimidade com a própria natureza que estas populações buscaram estratégias de sobrevivência.

Nas cascas e folhas das árvores, buscaram a cura de suas doenças, por meio da

¹⁸¹ Entrevista realizada com Sr. João Secon, migrante oriundo de Santa Catarina. São Luiz do Anauá (RR), setembro de 2003.

medicina natural¹⁸², uma vez que havia ausência de médicos, hospitais e medicamentos. As doenças eram várias, mas a pior era a malária; Dona Verônica, já citada, é exemplo vivo. Além disso, outras doenças alcançavam grandes números de colonos como a hepatite, a leishmaniose e a tuberculose.

A ausência de estradas e pontes piorava a situação dos doentes, em especial, das parturientes, como relembra Enesia,¹⁸³ “*Foram inúmeras as mulheres que morreram com seus filhos atravessados na barriga, não tínhamos pontes aqui na Perimetral, mesmo grávida eu e meu marido não tínhamos como chegar a Boa Vista.*”¹⁸⁴

A Região Sudeste de Roraima até hoje não possui hospital nem maternidade somente postos médicos que funcionam precariamente. Em caso de emergência, o colono necessita sair de sua vicinal, esperar uma carona na estrada, normalmente o doente vem em cima de uma moto e tem que ir para a cidade mais próxima do Baliza. Caso necessite de atendimento especializado, é preciso viajar para Boa Vista, distante 400 km.

Outra dificuldade enfrentada foi a ausência de venda de gêneros alimentícios, assim como a falta de produção agrícola. Dessa forma a alternativa encontrada foram os próprios frutos das árvores, do uxi, da castanha, do piquiá, da bacaba, do buriti, do tucumã que, ao caírem, trazem para baixo destas árvores as caças como a cutia, a capivara, o porco do mato, a anta e outros. Os rios representam à limpeza, a higiene pessoal, a preparação dos alimentos e da terra, além de fornecerem os peixes, as tartarugas, o camarão, pratos essenciais na alimentação regional¹⁸⁵.

As bebidas são preparadas à base da mandioca, do milho, do açaí, do buriti, do abacaxi. Assim como os indígenas, os rurais retiram não só produtos utilizados em sua alimentação, mas também como utensílios: jóias, móveis, além da construção de suas casas e transportes como a canoa. Assim, é impossível separar sua identidade, cultura e modo de trabalho, das experiências adquiridas no seu modo de vida¹⁸⁶.

¹⁸² Este fato é confirmado pelos altos índices de doenças que enfrentaram, uma vez que, deixados à própria sorte, tiveram que buscar, assim como os seringueiros, os conhecimentos da cura na própria natureza, na medicina natural, quando possível.

¹⁸³ Entrevista com a Sra. Enésia na Vila Moderna no município de São Luiz do Anauá (RR), fevereiro de 2009.

¹⁸⁴ A ponte sobre o Rio Branco, na BR-174, só substituiu o uso das Balsas no ano 2000.

¹⁸⁵ Um fato que chamou a nossa atenção foram as casas feitas de varas e barro e cobertas de palha. Por trás desta simplicidade, no entanto, sempre encontramos fartura de alimentos em seu interior.

¹⁸⁶ Ver: OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. “Memórias e Experiências: desafios da investigação histórica”. In: FENELON, Déa, MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo e KOURY, Yara (Orgs). *Muitas Memórias*,

Outra destas estratégias, como afirmam as entrevistas, é a abertura dos picadões¹⁸⁷ nas vicinais, assim como os piquetes dos lotes, feitos em mutirão pelos próprios rurais. Na ânsia de retirarem seus lotes, estes picadões foram as primeiras formas de distribuição e organização da vicinal. Essa situação obrigava os trabalhadores a caminharem horas dentro da floresta, mesmo quem possuísse transporte, só poderia entrar numa vicinal de bicicleta ou moto. Devido a esta precária situação, segundo as fontes, as longas caminhadas eram comuns, mesmo diante do perigo. Isto possibilitou uma integração mais rápida entre os colonos.

Os mutirões aparecem repetidas vezes nas falas dos migrantes, o que acaba demonstrando que estes eram freqüentes e comuns, esta relação de solidariedade foi fundamental para sua sobrevivência no início dos assentamentos. A ausência de estradas nas vicinais¹⁸⁸ dificultava as primeiras derrubadas e a plantação das roças.

O abandono dos lotes e a migração interna dentro dos assentamentos eram constantes. Acontecimento já registrado por Barros (1995), Hebette (2004). No entanto, por muito tempo, este fato era uma incógnita. Buscava-se compreender na fala destes assentados (quando narraram as suas migrações internas dentro das vicinais), o porquê de após tanta espera e dificuldades enfrentadas para chegar à terra própria, estes se desfaziam do lote com tanta facilidade. Não seria irônico lutar pela terra e depois abandoná-la? O discurso no cotidiano aponta a “malandragem”, e a preguiça como causas do fracasso. E. P. Thompson é novamente inspirador por trazer a reflexão sobre as estratégias de resistência desenvolvidas nas experiências de vida dos trabalhadores, propiciando outro olhar a este processo, a princípio interpretado como desistência ou aceitação.¹⁸⁹

O verbo abandonar é muito citado nos depoimentos, ao relatarem a renúncia de sua família, de seu local de origem, e a migração para Amazônia. Esta migração tem um significado maior que simplesmente uma forma pacífica de aceitação, de “vida de gado”, como já se registrou anteriormente, mas representa principalmente a decisão de enfrentar o latifúndio, de não aceitar ser meeiro pelo resto da vida, nem trabalhar em um

Outras Histórias. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 263-281.

¹⁸⁷ *Picadões* – Caminhos na mata feitos a facão e enxada, chamados também de *varadouros*. Servem para abrir a passagem (somente de pedestres) até os lotes.

¹⁸⁸ Devido a esta precária situação dentro dos lotes, a bicicleta foi um instrumento de transporte que, a nosso ver, facilitou a integração entre os colonos.

¹⁸⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-10.

regime de semi-escavidão nas terras do latifundiário. Migrar era ainda afirmar pra si mesmo que existia esperança, que em algum outro lugar a vida poderia ser diferente e melhor.

Da mesma forma, abandonar seu lote possui significado mais profundo que o simples deixar pra trás, ao perceberem que não iriam melhorar suas condições de plantio, de colheita e principalmente que teriam dificuldades no escoamento da produção, parte desses colonos iniciam uma nova migração interna, no mesmo assentamento ou, até mesmo, dentro da própria vicinal. Outros encontram uma nova vicinal, ou um novo lote com melhores condições e acabam vendendo, indo para outros lotes mais afastados. Essa estratégia foi muito usada para obtenção de algum recurso financeiro para realizar alguma benfeitoria necessária em outro lugar.

Assim, o abandono do lote não é apenas desistência, mas aqui encara-se como uma estratégia de resistência, pois Roraima representa a última esperança e também a última fronteira para muitos que já rodaram o Brasil de Norte a Sul. O que se chama aqui de renúncia do lote, não significa o seu abandono propriamente dito. Muitas vezes os assentados vendem um lote onde a permanência é mais difícil e buscam novamente ocupar ou “conseguir” outro. Outras vezes, eles conseguem mais de um lote, colocando-o no nome da mulher, do cunhado, enfim, de algum parente mais próximo. Acabam vendendo estes, e com o dinheiro investem em benfeitorias como casa, cerca e curral.

Quanto à ilegalidade da venda do lote, ou da madeira, ou mesmo a utilização de nomes de parentes para ter acesso a outro lote, é infringir a lei, mas, representaram estratégias para obtenção de recursos financeiros, para permanecerem no lote. Porém, consegue-se extrair nas entrelinhas das entrevistas que os mesmos se sentem culpados por terem cometido tal ato.

Eu sou Mineiro, morei seis anos em Rondônia, lá consegui uma terra pelo INCRA, só que numa área indígena os índios eram bravos, por pouco não fui flechado. Comecei a trabalhar nessa terra, quando os índios descobriram não deixaram ninguém entrar nas terras. Então abandonei, depois não consegui, mais terra. Peguei minha família e vim para Roraima. Vim no pau de arara, caminhão coberto com uma lona em cima, nesse caminhão vem de tudo. Foram seis dias de viagem, tomávamos banho, fazíamos comida, dormíamos na estrada, etc. Éramos quatro famílias, todos rurais... Mas o rural sai pelo espírito aventureiro, conhecer novas pessoas, buscar terra e lá sempre o mesmo trabalho, entra ano sai ano, e nada de crescimento financeiro, com tudo isso sentimos a necessidade de sair pelo mundo a fora, conhecer outros lugares e tentar a vida longe. Eu que morava em Central do Montana (Governador Valadares), em Minas Gerais, quando cheguei aqui, fiz três canteiros de verduras, vendia para sobreviver, com essa venda sustentei minha esposa e cinco filhos, durante oito meses.

Então comecei a trabalhar no lote, mas peguei muita malária que ia e voltava, até que abandonei o lote, pois achava que ia morrer de tanta malária, até conseguir outro no local melhor.¹⁹⁰

Nas últimas linhas, Jaider da Silva acrescenta que também desistiu de um lote de terra em Rondônia, conta que enfrentou muitas dificuldades com os indígenas de lá, então abandonou e migrou novamente, já não lembra quantas vezes o teria feito.

Ao conquistarem a terra, os migrantes iniciavam os cuidados com o lote, mas com a chegada do inverno e o alagamento deste, eles migram para outra vicinal, ou outro lote fora da região alagada e abandonavam o antigo, no entanto, a persistência continuava e os rurais não desistiam de conquistar sua terra, e se necessário, mudavam mais de uma vez.

O historiador Gerson Albuquerque (2005), ao analisar a luta dos seringueiros no município de Brasiléia no Acre, afirma que tais lutas e estratégias de sobrevivência dos seringueiros foram gestadas e desenroladas em mais de um século, sendo construídas diariamente na vivência na floresta, e acrescenta:

Estas estratégias foram ancoradas em conscientes atos de desvios, “sabotagens”, “fugas” e “vendas por fora” que representavam o contraditório e complexo terreno da experiência social desses “homens da floresta”, onde a moral de ser “bom trabalhador” e “cumpridor de seus compromissos” entra em contradição com o desenvolvimento de estratégias para burlar a “ordem”. Na dinâmica desses confrontos, é possível falar de rupturas com o acanhamento e o medo substituídos pelo vigor dos atos, gestos e pelo poder da fala.¹⁹¹

A historiografia local no Acre não reconhecia estas lutas que antecederam os “empates”¹⁹² no estado, no entanto, com o passar dos anos, estas estratégias silenciosas começaram a ganhar outros objetivos, e iniciou as lutas por políticas públicas como a criação das reservas extrativistas, ensejando o fortalecimento sindical naquele estado.

Observa-se que em Roraima desenvolveram-se dentro das vicinais, diversos mecanismos de se conseguir permanecer na terra: a família, a solidariedade, a medicina natural, os alimentos retirados da floresta, a amizade entre os vizinhos, as reuniões da

¹⁹⁰ Entrevista com o Sr. Jaider Ferreira da Silva. São João da Baliza (RR), junho de 2005.

¹⁹¹ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005, p. 65.

¹⁹² Os *empates* foram analisados por Carlos Alberto Silva como decorrência de um longo processo de resistência dos seringueiros da Região do Acre.

comunidade de base, e alguns atos de desvio do que era considerado legalmente correto. Todas estas estratégias foram uma espécie de incubadora, um laboratório que deu início a futuras organizações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais como: a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), movimento de mulheres camponesas, associações, assim como dos demais movimentos sociais surgidos no sudeste do estado.

Este fato fica evidenciado pelas entrevistas com as lideranças dos movimentos sociais quanto à possível experiência dos assentados em movimentos sindicais ou populares nos seus estados de origem. Em todas as entrevistas realizadas e nas conversas informais, ficou constatado que estes nunca haviam participado de movimentos sociais, ou que a sua organização política tenha partido de uma liderança específica, mas foi movida pelas necessidades comuns a todos e por diversas lideranças.

Um fato que chamou a atenção foi que todas as lideranças que se envolveram no sindicato eram da Região Sul, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como afirma João Secon, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luiz do Anauá:

A fundação do nosso STR, teve o apoio do padre Nilvo e da CPT- Amazonas, naquela época nós que organizamos o Sindicato junto com os companheiros do Baliza, a Rosangela, o Quintino, o Santos e o Pedro Martins. Eu lembro que eram todos sulistas e de Minas, apesar de ter também muita gente do Nordeste aqui, os que estavam à frente eram lá de baixo, nós criamos associações, fazíamos documentos para o Governo, pressionávamos os Prefeitos, a luta pegava fogo. Até hoje lutamos arduamente por educação e principalmente pelas estradas que é o nosso maior entrave

Esta fala evidencia que todos enfrentaram dificuldades para realizar um desejo, um sonho, o de ter e permanecer na terra em Roraima. O acesso à terra foi também o reencontro com a identidade de trabalhador e trabalhadora rural. Existiu um sentimento de reforma agrária individual como afirmou Octavio Ianni¹⁹³, mas pode-se afirmar que somente o acesso ao lote de terra também não foi o bastante para estes migrantes. A conquista da terra veio acompanhada de frustrações e conflitos, e a reivindicação e luta por políticas voltadas à permanência na terra, e para alcançar isto era necessário um movimento organizado, capaz de representar estes anseios.

¹⁹³ IANNI, Op. cit., p. 218.

4.2. TECENDO A HISTÓRIA: CONQUISTAS E DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A organização social e política dos trabalhadores rurais foi totalmente esquecida pela historiografia local, que esqueceu por muitos anos uma luta política destes que, quando aparecem são estigmatizados principalmente sob dois aspectos: ora como “pobres migrantes”, “maranhenses despossuídos”, “gaúchos pobres”, “vítimas” das políticas públicas militares para a Amazônia, ora até mesmo como “preguiçosos” e “transgressores” das leis que negociavam e vendiam seus lotes”, “criminosos por serem considerados os devastadores da floresta” e até mesmo sua identidade era negada, pois o discurso do estado e da classe política afirmava que “estes migrantes não tinham conhecimento da atividade agrícola”.

Os migrantes que chegaram à Perimetral Norte constituíram uma força social que mais tarde, com o apoio das pastorais sociais da Igreja Católica, dos partidos políticos de esquerda, como também das suas experiências anteriores, deram início à formação de vários segmentos denominados Movimentos Sociais Rurais.

Destes segmentos destaca-se o apoio da igreja católica de Roraima, especialmente nas pessoas dos padres Nilvo e Vitélio, citados, praticamente em todas as entrevistas das primeiras lideranças sindicais pelo incentivo à organização e formação de lideranças nas comunidades eclesiais de base, assim como o Partido dos Trabalhadores (PT) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada a regional do Amazonas.

No entanto, já se observou que, para os migrantes o movimento de resistência iniciou-se desde a saída de seus estados de origem, a conquista do lote, e a sobrevivência na vicinal dentro da floresta. Mas foi a partir de meados da década de 1980 que os trabalhadores rurais marcaram a decisão de seguir em frente na defesa da permanência na terra, pela luta coletiva.

Este foi o mesmo período em que os dados sobre violência, expropriação e grilagem de terras na Amazônia passaram a ser cotidianamente denunciados por padres e freiras da Comissão Pastoral da Terra e que a luta por reforma agrária retomava os noticiários do Brasil.

Na Perimetral Norte as primeiras reuniões para organizar manifestações coletivas em busca da melhoria, principalmente, da estrada, saúde e educação, ocorreu no Município de São João da Baliza. No entanto, já existiam cooperativas e associações

criadas pelos trabalhadores rurais.

O surgimento do Sindicato Rural de São João da Baliza durante a década de 1980 deve ser entendido como um processo histórico iniciado muito anteriormente. O despertar da consciência de classe foi sendo construído ao longo das estratégias de resistência já descritas, frente à falta de políticas públicas, muitos rurais abandonaram seus lotes e migraram para a capital Boa Vista, aqueles que decidiram ficar, partiram para o enfrentamento político, primeiro criando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João da Baliza em 1982.

A primeira mobilização foi organizada pela comunidade para levar dezenas de rurais até a capital Boa Vista e pressionar o Governo do ex-Território a designar máquinas para trabalhar na Perimetral Norte que, por três meses ficou sem acesso à BR-174, em virtude do inverno. A situação das famílias era desesperadora sem possibilidade de tráfego, não chegava nem mesmo a ambulância para retirada de doentes. Os ônibus tinham que chegar até certo trecho, depois os moradores seguiam a pé, como relembra um dos precursores deste movimento, Leon Silva: *“Um grupo de trabalhadores veio andando desde o Baliza até o município de Rorainópolis, seguindo até Boa Vista para fazer acampamento em frente ao Palácio do Governo e INCRA”*.¹⁹⁴

A organização desses trabalhadores rurais vem reforçar uma concepção de homem enquanto potencial criativo, como ser capaz de ser ator de sua própria história. Como exemplo da construção histórica Tarso Genro cita o “leão individual” espécie “Leo”, mas argumenta que o leão individual não sabe disso. Sem ter consciência disso, ele serve a sua espécie e a representa com previsibilidade e silenciosamente. Sua relação com o ambiente natural é instintiva, jamais construída por alternativas, dentre as quais ele escolheria duas ou mais possibilidades. O homem, ao contrário disso, é consciente da sua particularidade. Ele integra um determinado grupo cujas relações internas e externas exigem “escolhas”, das quais derivam sua sociabilidade.¹⁹⁵

Quanto a esta consciência e participação, Thompson se refere à resistência dos trabalhadores rurais ingleses, mostrando que não foram apenas as “vanguardas operárias” que empreenderam a resistência face às transformações estruturais causadas pela afirmação do capitalismo naquela sociedade, e nega a submissão e passividade do comportamento histórico ao conjunto de leis e teorias universais que abrangem todas as

¹⁹⁴ Entrevista com o Sr. Leon Silva, ex-diretor do sindicato de Baliza. Boa Vista (RR), janeiro de 2010.

¹⁹⁵ GENRO, Tarso. *Crise da Democracia: Direito, Democracia Direta e Neoliberalismo na Ordem Global*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 36-37.

esferas da ação humana e, neste sentido, propõem uma interação dialética entre a experiência e a consciência social¹⁹⁶.

Dessa forma, o autor evidencia a importância da experiência social para testar e reconstruir a teoria, e neste sentido, mostra que os camponeses pobres nem sempre foram os perdedores em suas lutas, mesmo que as ações mostrem que “a resistência era mais rabugenta do que vibrante”.¹⁹⁷

Foram as experiências sociais dos trabalhadores rurais que viabilizaram a intensificação das manifestações individuais de resistência destes, e a partilha e identificação destas manifestações individualmente vivenciadas levou à percepção da necessidade de se ter uma entidade representativa, surgindo a discussão da possibilidade de criação de um Sindicato Rural que envolvesse os diversos segmentos sociais, tais como associações, representantes das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e os posseiros, dentre outros.

Com orientação e apoio da Comissão Pastoral da Terra, Regional Amazonas, coordenada na época pelo Pe. Jesuíta Albano Serno, iniciaram-se primeiras viagens dos trabalhadores rurais com destino à cidade de Manaus, para participarem de encontros de formação de lideranças promovidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), como relembra o Pe. Nilvo Pasa:

Quando comecei a viajar pra essa região foi em 1979, dávamos apoio a todas as comunidades da BR-210 e BR-174 da Região Sul e Sudeste. Entramos em contato com a CPT para ajudar na formação das lideranças rurais, chegavam a ir quinze, vinte trabalhadores e trabalhadoras rurais, tinham que viajar de caminhão porque não havia ônibus aqui, eles dividiam era meia carga de banana e meia carga era de gente. Tinha gente do Caroebe, Baliza, São Luiz, Nova Colina, Rorainópolis, eles escreviam boletins que eram publicados pela CPT denunciando a situação dos agricultores, o isolamento na época das chuvas, a produção de arroz, que eram muita forte, mas não tinha como escoar essa produção. Então terminavam vendendo muito barato, eles relatavam o que acontecia em Roraima. Em 1980 conseguimos realizar em Caracarái dois encontros sobre sindicalismo, com um formador da CPT de Santarém, nesses cursos estiveram presentes mais de vinte lideranças.¹⁹⁸

Nesta época, parte da Igreja Católica estava inserida fortemente nos movimentos sociais e foi de fundamental importância na construção e fundação do Sindicato dos

¹⁹⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria* ou o planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁹⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 99.

¹⁹⁸ Entrevista com o Padre Nilvo Pasa. Boa Vista (RR), julho de 2010.

Trabalhadores Rurais de São João da Baliza e São Luiz do Anauá. Contavam com o apoio da Paróquia de São João Batista e São Luiz, coordenada pelos Missionários, já citados, Diocesanos de Santa Maria do Rio Grande do Sul: Nilvo Pasa e Vitélio Pase, todos ligados à Teologia da Libertação.

Esses missionários realizavam viagens em toda a BR-174, nas vilas de Nova Colina, Martins Pereira, Novo Paraíso, ajudaram na identificação e na construção das lideranças rurais como: Leonídio, Rosangela, Clair, Juarez, Helena, Borba, Santo, Leon, Edivirges, Secon e outros que trilharam caminhos na direção do sindicato, do movimento de mulheres e na construção do núcleo regional no Partido dos Trabalhadores (PT).

Estes homens e mulheres passaram a enfrentar os políticos locais, denunciando a situação do homem do campo. Segundo depoentes, foi ainda em 1980 que tiveram início as primeiras reuniões e assembléias para fundação do sindicato, que legalmente foi reconhecido somente em 1982.

Apesar de o sindicato ter sido criado em 1982, não se encontrou documentação dessa organização neste período. Somente existem documentos a partir do ano de 1989, portanto, oficialmente, conforme documentação analisada, no dia dois de abril de 1989, foi criado já sob a nova Legislação Sindical o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Baliza, com a presença de 184 trabalhadores e trabalhadoras rurais cujo objetivo foi reivindicar melhores condições de vida, trabalho e produção. Além da presença dos rurais consta nos Livros Ata do Sindicato a presença dos Diretores da Comissão Pastoral da Terra em várias assembléias, que contribuiriam com análises de conjuntura nestes encontros.¹⁹⁹

Ao verificar as atas das reuniões, constatou-se que nas assembléias havia uma forte participação dos trabalhadores rurais. Percebe-se que estas eram acirradas o que pode ser constatado nas falas voltadas para o debate ligados aos problemas cotidianos:

O presidente Juarez afirma que o sindicato dos trabalhadores rurais é pra lutar, e ele tem de assumir este papel, fazendo e cobrando o direito dos rurais diante das autoridades. Em seguida os companheiros se pronunciaram e a companheira Elsa de Oliveira esclareceu que a causa do enfraquecimento da agricultura é a falta de apoio financeiro e os trabalhadores ficam sem ter como produzir ou como vender, assim sua família fica sem ter o suficiente pra sobreviver.²⁰⁰

¹⁹⁹ Livro Ata. Anos 1989, 02/04/1989. Arquivo do STR-Baliza, São João da Baliza, p. 1.

²⁰⁰ Livro Ata. Ano 1989. Arquivo do STR-Baliza, São João da Baliza, p. 4.

O sindicato representou o anseio iniciado nas conversas de vizinhos, nas reuniões nas comunidades da igreja, durante os almoços coletivos nos finais de semana, e nas comemorações festivas da Vila. Estes espaços foram utilizados como local importante para a descoberta de que as reivindicações individuais eram também coletivas.

Ao consultar as Atas das Assembléias ficam evidentes as reivindicações desse coletivo que se resumem a financiamentos públicos das colheitas; estruturação das vicinais, criação de escolas, postos médicos, programas de assistência técnica, construção de viveiros e estufas e a lista poderia ser estendida. Porém, o grande “gargalo” do assentado eram as estradas e melhoria do preço do arroz. Ainda nestas atas se pode identificar momentos pontuais onde se discutiam título definitivo dos lotes, transporte e assistência técnica.

Após a criação dos dois sindicatos nos municípios de Baliza e de São Luiz, são criados num breve intervalo de três meses as delegacias sindicais, passando a organizar reuniões coletivas com o sindicato de Caracaraí e Mucajaí, e realizar ações conjuntas na capital Boa Vista.²⁰¹ Dentre estas ações o ex-presidente do sindicato, Leon relembra a manifestação na qual um companheiro de sindicato foi atropelado.

Nós realizamos uma grande manifestação em Boa Vista, no ano de 1989, naquele ano ocorreu um inverno rigoroso, a Perimetral foi interrompida pelo Rio Anauá, ficamos ilhados, não tinha como passar carros. Então nos unimos, fomos caminhando até o quinhentos e de lá fretamos um caminhão com o pessoal de Caracaraí, Nova Colina, Quinhentos e outros e fomos pra Boa Vista, lá acampamos na frente o Palácio do Governo, e realizamos passeatas denunciando pra assembléia legislativa e para o Governador a nossa situação. Foi quando ocorreu a morte de um sindicalista, ele estava com a gente e foi atropelado ou assassinado, não sabemos se foi mandado ou foi acidente. Porque naquela época, agente recebia ameaça de morte. O presidente do nosso sindicato do Baliza sofreu uma tentativa de assassinato dentro da sua casa com sua mulher e seus filhos. Tivemos que fazer segurança pra ele, toda noite ia um companheiro do sindicato armado cuidar da casa dele, ele não podia mais andar sozinho na vicinal era perigoso, agente estava incomodando muita gente, fazendo muitas denúncias. inclusive na justiça.²⁰²

Esta passeata relatada por Leon também foi lembrada pelo Pe. Nilvo, o episódio do assassinato ou acidente foi registrado na delegacia de Boa Vista segundo o mesmo,

²⁰¹ Sobre uma análise dos resultados dos Movimentos Sociais que dizem respeito ao processo de mudança social, ver: GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre os movimentos sociais na era da globalização: a mobilização política. In: GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

²⁰² Entrevista com o Sr. Leon Silva. Boa Vista (RR), janeiro de 2010.

mas não conseguiram apurar nada, pois o carro não foi identificado o que acabou dificultando a investigação. Quanto às ameaças sofridas pelo presidente do sindicato, Nilvo também comenta:

O pessoal do sindicato teve que passar meses protegendo o presidente do sindicato, ele até foi embora de vez daqui, a família dele pressionou ele para voltar porque tinham receio pela vida dele, agente denunciou na policia mas não adiantava, se não fosse os amigos fazer vigília eu acho que ele teria sido assassinado.²⁰³

As ameaças sofridas pelas lideranças do movimento acabam demonstrando que a organização política institucional trouxe pela primeira vez aos rurais o reconhecimento social e, consigo, as intimidações e perseguições políticas.

Esta ação foi realizada em conjunto com os municípios de Caracaraí, São Luiz e Mucajaí. Estes em 1993, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado de Roraima- SINTRAER.

O STR-Baliza, de acordo com as atas, nunca aceitou financiamentos de políticos locais, sempre foi mantido pelas contribuições de seus sindicalizados. Conforme Ata do dia 04 de outubro de 1993, em assembléia avaliou-se que o STR-Baliza estava tendo dificuldades financeiras e a contribuição da mensalidade passou a ser cobrada em cachos de banana.

No dia 02 de Dezembro de 1995, a representante da - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais-ANMTR Rosângela²⁰⁴ explicou a necessidade do STR-Baliza se articular mais na luta pelas conquistas sociais para as mulheres trabalhadoras rurais, principalmente pelas já alcançadas em nível nacional pelo movimento, mas que em Roraima ainda não eram respeitadas. É freqüente nas Atas das assembléias a luta das mulheres no STR-Baliza.

Foi a partir da década de noventa, que o STR-Baliza teve acesso a Projetos de financiamento. Como foi apontado na entrevista do senhor Epídio sobre o Projeto de Desenvolvimento Alternativo (PDA),²⁰⁵ e também pela ata do dia 02 de Dezembro de 1995 que teve como pauta os Projetos de Desenvolvimentos dos Assentamentos dentre outros.

²⁰³ Entrevista com o Padre Nilvo Pasa. Boa Vista (RR), julho de 2010.

²⁰⁴ Rosângela foi uma das fundadoras do STR-Baliza. Hoje pertence à direção Nacional da ANMTR, residindo com sua família em Brasília.

²⁰⁵ O Projeto de Desenvolvimento Alternativo (PDA) foi implementado pela primeira vez no Estado no Baliza.

Atualmente o STR-Baliza está intimamente ligado a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Roraima FETAG/RR. Cujas organização está vinculada a criação do SINTRAER em 1993, fato que marcou o início da organização coletiva estadual.

Os Sindicatos Rurais existentes no Estado que já estavam filiados a Central Única dos Trabalhadores de Roraima CUT/RR²⁰⁶, criada em 1999. A partir dessa integração entre os STRS, a CUT/RR, o Movimento de Mulheres Camponesas-MMC, ficou mais fácil organizar o I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, onde foi eleita a diretoria provisória da FETAG/RR em Assembléia Geral, conforme ata do dia dois de Setembro de dois mil, realizada no município de São João da Baliza, com a participação dos STR's, de Caroebe, São Luiz, Caracarái, Mucajái e São João da Baliza.

²⁰⁶ Em 1999 foi realizado o primeiro Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado de Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica de Roraima tem mudado muito nos últimos anos, porém os autodidatas ou seja, os que estavam fora das academias, estiveram sempre preocupados em fazer abordagens de cunho político-administrativos cujo mote principal era explicar as origens da história de Roraima. Assim, por um longo período, a participação dos trabalhadores rurais e a migração na construção da História de Roraima não foi objeto de preocupação. O grande objetivo dessa historiografia foi legar a posteridade a “saga” dos “colonizadores” e dos desbravadores do Vale Rio Branco.²⁰⁷

Desde a criação das colônias agrícolas no ex- Território Federal de Roraima, na década de 1940 durante o governo de Getúlio Vargas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais foram estigmatizados como os “Maranhenses” ou simplesmente como os “Nordestinos” que foram “trazidos” para Roraima. Esta visão míope iniciada na década de 1940 estendeu-se para os milhares de migrantes e suas famílias que chegaram a Perimetral Norte em busca de terra a partir da década de 1970.

Desde então, estes passaram a ser lembrados, apenas como uma massa de manobra dos interesses políticos ou por terem recebido dinheiro, passagem, cesta básica, lote de terra, e até mesmo por serem culpados pelo crescimento da violência e do agravamento dos problemas sociais na capital Boa Vista.

Não muito raro são os discursos dos gestores e da própria mídia local acusando a ausência de produtividade agrícola em Roraima, não por falta de políticas públicas e financiamentos agrícolas, mas por falta de aptidão para trabalhar a terra tendo como consequência, o abandono da área rural e uma nova migração dessa vez do interior para a capital Boa Vista.

Acredita-se que a explicação para estes argumentos, comumente utilizados principalmente pelos gestores públicos e repetidos na mídia está na necessidade do mesmo em criar e massificar um discurso que venha justificar a ausência de incentivos e a falta de estruturação das áreas de colonização e assentamento, especialmente da Região Sudeste de Roraima.

Um dos nossos objetivos foi investigar se o estado foi o interventor no processo

²⁰⁷ FERNANDES, Maria Luiza. Breves Comentários sobre a Historiografia de Roraima In: VIEIRA, Op. Cit., 2008.

de migração para o sudeste de Roraima? Tentou-se questionar algumas certezas que foram reproduzidas sem qualquer questionamento não somente por curiosos como também por uma historiografia já produzida nas universidades, aqui já apontada. As fontes orais revelaram que os migrantes, não só vindos do Maranhão, mas de Minas Gerais do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Paraná, foram os protagonistas de sua “saga” e chegaram a Perimetral Norte, ainda durante a sua construção, isto é, em meados da década de 1970. Ficou claro na fala dos depoentes que não existiu, nem por parte do INCRA, nem por parte do Governo de Roraima, qualquer apoio antes, durante ou após a chegada dos primeiros migrantes.

Ao investigarmos os arquivos do INCRA percebeu-se que coube a este órgão a tarefa de criar os projetos de assentamento para regularizar as muitas posses nas primeiras viciniais criadas pelos próprios rurais.

Quanto à ausência de produção agrícola, a pesquisa evidenciou o contrário, identificou-se nas entrevistas e nos jornais uma forte produção de arroz na região sudeste, além da produção de feijão, farinha, cacau, e do extrativismo da castanha durante o final da década de 1970 e durante a década de 1980. No entanto, a falta de assistência técnica e extensão rural desmotivaram a continuidade desta produção, além da ausência de financiamentos e principalmente de boas estradas para o escoamento dos produtos, que durante os períodos de invernos rigorosos não podiam ser retirados do lote pois a região ficava sem acesso. Portanto a permanência do trabalhador rural é determinada não somente pelo desejo de permanecer na terra, mas também pelos elementos estruturais.

Este trabalho tentou evidenciar que migrantes como João Pereira, Leonildio, Bahiano João Secom, Verônica e outros não migraram para Roraima em uma situação de passividade, sem liberdade de decisão e escolha. As entrevistas orais demonstraram que existiam alternativas, e que a decisão de migrar se deu num processo de escolha, de opção em permanecer sendo trabalhadores rurais, de defesa da sua identidade, rompendo visões deterministas e assumindo uma conotação maior que simplesmente a fuga de seus estados de origem, ou ainda a fuga da miséria e da fome. Aqui parece ser correto lembrar o que Thompsom crítica, a “visão simplista de analisar movimentos da multidão como espasmos” ou seja, movimentos que são provocados simplesmente pela fome.²⁰⁸

²⁰⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. Op. cit., p. 152.

Visão que simplifica e acaba reduzindo a análise deste processo que na verdade é resultado de uma longa história de exclusão, expropriação e exploração. Estas visões reducionistas negligenciam o que tem de mais importante para se compreender a migração dos trabalhadores rurais, ou seja, a de desvendar a origem, a construção social e as estratégias de sobrevivência destes migrantes.

Outro discurso que se tentou questionar diz respeito à aparente ausência de conflitos e estratégias de organização coletiva dos rurais. Novamente fez-se uso da memória dos próprios migrantes, e constatou-se que a organização destes teve início nas suas experiências cotidianas, nas relações de solidariedade entre migrantes, nas reuniões para dividir os lotes entre si, na discussão da necessidade de educação para seus filhos, nos mutirões para o trabalho no lote, na sobrevivência dentro da floresta, nas estratégias para driblar a falta de gêneros alimentícios, medicamentos e transporte.

Assim conseguimos compreender que as experiências cotidianas ocorreram em torno de reuniões para organizar as manifestações públicas de reivindicações na capital, para realizar encontros das comunidades eclesiais de base nas comunidades católicas, para mobilizar os rurais a participarem dos encontros de formação realizados em Manaus pela CPT-Amazonas.

Ou seja, a resistência ocorreu muitas vezes de forma individual, outras de forma coletiva, mas é fato que desde a chegada destes migrantes ocorreram lutas pelo acesso a terra conquistada, lutas contra a condição de abandono das vicinais e vilas, e contra o descaso imposto pela classe política local. Resistência, que como lembrou o Sr. Leonidio enfrentou a negação destes pelo Governo Ramos Pereira, que afirmava na época “A Perimetral Norte, não faz parte de Roraima”, ou “Aquela vila de Baliza nunca vai ser uma cidade”.

Estas frases de políticos locais, quanto à abertura da Perimetral e a criação de projetos de colonização, refletem que a migração dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais para Roraima não foi um projeto nem do Governo federal, uma vez que o primeiro plano de colonização não incluía este território (1970-1974), nem do Governo do ex-Território Federal de Roraima que não tinha interesse na abertura da Perimetral, mas um ato de transgressão destes migrantes em resistir a sua proletarianização ou a sua condição de vida anterior.

A busca da terra foi um percurso que se constituiu gradativamente, algumas vezes de geração para geração, outras de várias migrações dentro das rotas de migração do país, e por fim de rotas realizadas dentro da própria região amazônica principalmente

dos estados de Rondônia e Pará para os estados mais distantes, como o ex-Território Federal de Roraima.

Portanto a migração destes milhares de homens e mulheres em busca de terra esteve contextualizada ao processo de resistência da identidade de rural, no qual as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos fizeram com que se desenvolvessem estratégias de sobrevivência como a solidariedade ponto de partida para que estes reconhecessem entre si as semelhanças na condição de vida dentro das vicinais, e percebessem que esta era uma realidade coletiva, vivenciada por todos. Neste sentido, a união e a organização passaram a ser identificadas por todos como uma necessidade.

Desta união foram se constituindo as formas de organizações coletivas como a Associação de Trabalhadoras Rurais das Vicinais, Cooperativas, Grupo de Mulheres e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras daqueles três municípios criados na Perimetral: São João da Baliza, São Luis do Anauá e Caroebe. A organização e participação nestes segmentos esteve associada ainda aos encontros de formação promovidos pela CPT, que possibilitaram o reconhecimento de que a luta não deveria ser somente no seu grupo, na sua vicinal, mas em toda a Região Sudeste de Roraima, e esta se espalhou até mesmo para a os municípios próximos da BR-174: Caracará e Mucajaí, como foi constatado nos arquivos do sindicato.

Durante a década de 1990–2000, foi muito significativa a luta dos movimentos sociais do campo e em termos de conquista esta forte organização e mobilização dos movimentos rurais resultou em muitas conquistas como: o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, aposentadoria aos 55 anos, salário-maternidade, aprovação da Lei de Diretrizes e Base da educação do campo, criação de linhas de crédito de financiamento para a Amazônia.

Contudo, quanto as conquistas junto ao Governo do estado de Roraima. De acordo com a pesquisa realizada no Jornal Folha de Boa Vista durante a década de 1980, foram encontradas poucas referências a Perimetral Norte, no entanto, na década de 1990, nos anos de 1990 e 1991 encontrou-se uma série de reportagens sobre o anúncio de benefícios: recuperação da BR-210 no trecho Novo Paraíso até Jatapu, melhoria das estradas vicinais, liberação de 24 milhões para financiamentos através do PRODOR, construção de várias pontes, além da construção da hidrelétrica de Jatapu. Estas medidas demonstram o início do interesse por parte do estado de Roraima voltado para a Perimetral Norte.

No entanto ainda é árdua a luta por conquistas para a área rural, principalmente

por estradas, saúde e educação. Ocorre ainda uma constante confusão em Roraima da esfera privada e pública que está possibilitando a ocupação desenfreada das áreas destinadas a Reforma Agrária por políticos e pela classe média, principalmente de empresários e profissionais liberais, o que poderá gerar conflitos agrários.

Recentemente a Polícia Federal indiciou o Deputado Federal Chico Rodrigues, o qual possui uma fazenda denominada Cacimba Nova dentro da área do projeto de Assentamento Rápido Jauaperi, dentre outros vários processos abertos naquela instituição de denúncias de grilagem de terras dentro de Projetos de Assentamento.

Na mesma matéria o Deputado Federal defendesse afirmando que as terras são suas. O que se pode observar neste discurso é que o Deputado não respeita a lei de Reforma Agrária, pois esta é bem clara em proibir o acesso a terra por políticos, servidores públicos, e qualquer pessoa que já possua terra.

Esta situação poderá agravar-se o repasse de terras feito recentemente pelo presidente Lula: A reportagem do Jornal Folha de Boa Vista sobre o destino destas terras, o repasse das terras da união para o governo de Roraima, deixa o caminho livre para a classe política local continuar o que já iniciou a ocupação de áreas destinadas à reforma agrária. No entanto, já se percebe que a atuação dos movimentos sociais do campo foi fundamental na permanência destes na terra e somente ela poderá ser uma alternativa a defesa da agricultura familiar em Roraima e na Amazônia.

E, não se pode deixar de mencionar que a História do surgimento dos municípios evidencia a forte vocação da agricultura familiar do estado de Roraima. Que não é o agronegócio que preenche de alimento as mesas familiares, principalmente das de baixa renda, a fome é saciada com o trabalho daqueles que ainda sofrem com a ausência de eletricidade, saúde, educação, estradas e assistência técnica, pois os recursos não chegam aos seus destinos e somem nos ralos da corrupção que envolve o estado cotidianamente em escândalos nacionais.

Por fim colocou-se apenas um ponto neste trabalho, que não é ponto final desta pesquisa que tentou dar uma parcela de contribuição para este amplo campo de pesquisa acadêmica que são os movimentos sociais do campo.

FONTES

I – ACERVOS:

Livros Ata do Arquivo do STR-Baliza.

Livro Ata do Arquivo do STR-São Luiz do Anauá

Livro Ata da câmara municipal de São Luiz do Anauá

Livro Ata da câmara municipal de São João da Baliza.

Arquivo do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

Projeto do espaço territorial do Projeto de assentamento Anauá

Projeto de espaço territorial do Projeto de assentamento Jauaperi.

Decretos de criação dos Projetos

Processos de pedido de terra de alguns trabalhadores.

Processos de Solicitação de Regularização de Posse.

Arquivo do ITERAIMA (Instituto de Terras de Roraima)

Processos de doação de terras.

Projetos de colonização na região sudeste.

Programas Estaduais de Assistência Social na região.

Relatórios de Presidentes da Província do Amazonas (Acervo do IGHA)

II – JORNAIS E REVISTAS

Jornal Boa Vista, 28 de abril 1978.

Jornal Boa Vista, 19 de maio de 1978

Jornal Boa Vista, 16 de agosto de 1978

Jornal Boa Vista, 22 de setembro de 1978

Jornal Boa Vista, 09 de fevereiro de 1979

Jornal Folha de Boa Vista, 17 de janeiro de 1991

Jornal Folha de Boa Vista, 27 de junho de 1991

Jornal Folha de Boa Vista, 25 de julho de 1991

Jornal Folha de Boa Vista, 26 de outubro de 1991

Jornal da Pastoral da Terra. Ago/Set/Out/2000

Revista Ribeirinhos e Artesãos: Associação dos artesãos do Rio Jauaperi. Rio Jauaperi, Roraima e Amazonas. Brasília: AARJ, 2007 (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, vol. 7).

III – FONTES ORAIS

Entrevista com o Sr. João Secon. São Luiz do Anauá, RR, Setembro de 2003.

Entrevista com a Sra. Helena Milhomem de Souza. São João da Baliza, RR, Maio de 2005.

Entrevista com o Sr. Sávio Lopes dos Santos. Boa Vista, RR, Junho de 2005.

Entrevista com o Sr. Eupídio Leite Araújo. São João da Baliza, RR, Junho de 2005.

Entrevista com o Sr. Jaider Ferreira da Silva. São João da Baliza, RR, Junho de 2005.

Entrevista com a Sra. Verônica Rosa Lima. São João da Baliza, RR, Junho de 2005.

Entrevista com o Sr. Argemiro de Souza. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2009.

Entrevista com a Sra. Enésia Aparecida Rodrigues. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2009.

Entrevista com o Sr. Florentino Nunes de Macedo. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2009.

Entrevista com o Sr. Manoel Vitório da Costa. Caroebe, RR, Janeiro de 2009.

Entrevista com o Sr. Reinaldo Miranda Correia. Boa Vista, RR, Abril de 2009.

Entrevista com o Sr. Filintro Vicente Pereira. São Luiz do Anauá, RR, Novembro de 2009.

Entrevista com o Sr. João de Deus Costa Bezerra. São João da Baliza, RR, Novembro de 2009.

Entrevista com o Sr. João Pereira. São Luiz do Anauá, RR, Janeiro de 2010.

Entrevista com o Sr. Leon Silva. Boa Vista, RR, Janeiro de 2010.

Entrevista com a Sra. Maria José Bezerra. São João da Baliza, RR, Janeiro de 2010.

Entrevista com o Padre Nilvo Pasa. Boa Vista, RR, Julho de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELÉM, Auriléa Gmoes; HÉBETTE, Jean. Assentamentos de Reforma Agrária na Fronteira Amazônica. In: SCHMIDT, Benício Vieiro *et al.* *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: UnB, 1998.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres” “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: Valer, 2008.
- ANAIS, 7ª Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 1998.
- ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. *Memória, Mediação e Campesinato*. Manaus: Edições UEA, 2010.
- AROSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
- ATLAS de Roraima. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Rio de Janeiro: IBGE/Governo de Roraima, 1981.
- ATLAS Fundiário Brasileiro – INCRA. Departamento de análise estatística CD ROM. Brasília, 1997.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação Humana em Roraima II: Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. Belém. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Série Antropologia 92. 1993.
- BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARROS, Nilson Crócia de. *Roraima – Paisagem e Tempo da Amazônia Setentrional*. Recife: UFPE, 1995.
- BECKER, Berta K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XX: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. A Questão Urbana na Amazônia. In: LOUREIRO, Violeta R. (Org.). *Estudos de Problemas Amazônicos*. Belém: CEJUP, 1995.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Cidades da Floresta: uma incursão no Urbano Amazônico. *Boletim da Associação Nacional de Pós Graduação em Pesquisa*, nº 08, 2007.
- CASTRO, Hebe. A História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: questões de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Unicamp, 1998.

- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- COSTA, M. J. J. Demografia e mão-de-obra na Amazônia. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA.
- D'AVILA, Ivone Cecília. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. São Paulo: Unicamp, 1999.
- DIAS, Ednéa. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1910. Manaus: Valer, 2001
- DINIZ, Alexandre. A Evolução da Fronteira em Roraima: o caso das confiança I, II e III. In: ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.) *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998.
- ESTEVES, Benedita. O seringal e a constituição social do seringueiro. In: NEVES, Delma Pesanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.) *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*. Vol. I: Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, 2008.
- EUSEBI, Luigi. *A Barriga Morreu: O Genocídio dos Yanomami*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- FARAGE, Nadia; SANTILLI, Paulo. “Estado de Sítio: territorialidade e identidade no vale do Rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FENELON, Déa (Org). *Cidades*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- FENELON, Déa, MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo e KOURY, Yara (Orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.
- FENELON, Déa. O papel da História Oral na Historiografia Moderna. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996
- FERNANDES, Maria Luiza. Breves Comentários sobre a Historiografia de Roraima. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). *O Rio Branco de Enche de História*. Boa Vista: UFRR, 2008.
- FRANK, Nelita. Gênero, Etnicidade e Territorialidade: a mulher indígenas em processos etnopolíticos de Roraima. In: *Anais da IX Abanne: Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Manaus/Boa Vista: 2005.
- GENRO, Tarso. *Crise da Democracia: Direito, Democracia Direta e Neoliberalismo na Ordem Global*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro. *Desmatamento no Sul de Roraima: análise da distribuição de ocorrência em função da distância das duas principais rodovias (BR-174 e BR-210) que cortam a região*. Dissertação de Mestrado. Manaus: INPA, 2009.
- HÉBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo. “Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém-Brasília”. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol.1. Belém: EDUFPA, 2004.
- HEBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. I. Belém: UFPA, 2004.

- HEBETTE, Jean. *O Cerco Está se Fechando: O Impacto do Capital na Amazônia*. Rio de Janeiro : Fase, 1991.
- HEBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. *Colonização Para Quem?* Belém: UFPA, 1979.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- HOUTZAGER, Peter P. *Os Últimos Cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.
- IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IANNI, Octavio. *A Luta Pela Terra: História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- IANNI, Octavio. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- INCRA. *Atlas Fundiário Brasileiro*. CD ROM. Brasília, 1997.
- LEVINE, Robert. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1999.
- LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- LOUREIRO. Violeta R. (Org.). *Estudos de Problemas Amazônicos*. Belém: CEJUP, 1995.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Unicamp, 2001.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.
- MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia: O Extrativismo Vegetal no Sul de Roraima (1943-1988)*. Boa Vista: EDUFRR, 2008.
- MARTINS, Elizangela. *Memória do Regime Militar em Roraima*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: A questão política no campo*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Não Há Terra Prá Plantar Neste Verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MENDOÇA, Sônia. Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra hegemônico na Primeira República. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e MENDONÇA, Sonia (Orgs). *Nação e Poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998, p. 45- 62.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização”. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 245-250.
- MENEZES, Lená Medeiro de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e expulsão na capital federal (1890 a 1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

- MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Global, 1982.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. “Um Confronto Entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 9. São Paulo: Difel, 1985, p. 39-92.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs). *O Brasil Republicano*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Terra, Nação e Tradições Inventadas: Uma outra abordagem sobre a Lei de terra de 1850. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; MENDONÇA, Sonia (Orgs). *Nação e Poder: As dimensões da História*. Niterói: EDUFF, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes e MENDONÇA, Sonia (Orgs). *Nação e Poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito a Terra no Brasil: A gestação do conflito – 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MOURÃO, Gersa Maria das Neves. *Colonização Recente e Assentamentos Rurais no Sudeste de Roraima, Amazônia Brasileira: entre a política e natureza*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidad de Valladolid, Espanha, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: Monopólio, expropriação e Conflitos*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.
- OLIVEIRA, Indira Duarte. Estratégias Governamentais para a Colonização Agrícola e os Trabalhadores Rurais. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). *O Rio Branco se Enche de História*. Boa Vista: EDUFRR, 2008.
- OLIVEIRA, José Ademir de. “Trilhas e Atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX”. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.). *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998.
- OLIVEIRA, José Aldemir de, GUIDOTTI, Humberto. (Orgs). *A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000.
- OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. “Memórias e Experiências: desafios da investigação histórica”. In: FENELON, Déa, MACIEL, Laura, ALMEIDA, Paulo e KOURY, Yara (Orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 263-281.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Atlas do Estado de Roraima: Território e População*. CD Rom. Boa Vista: EDUFRR, 2007.
- PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione (Orgs). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana*. Acre: EDUFAC, 2006.
- PERES, Nélio Borges. *Modernização das Relações de Trabalho: A propósito da criação do núcleo intersindical de conciliação trabalhista de Patrocínio – MG (1988-2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, SP: UNESP, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus*. Manaus: EDUA, 2003
- POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, 1989.

- RECH, Daniel; ROSA, Enéias; SANTOS, Irene Maria dos; e outros. *Direitos Humanos no Brasil 2: Diagnóstico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: CERIS Mauad, 2007.
- REMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. Roraima vista a partir da análise da atividade de garimpagem. In: *'Garimpando' a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA, 1996.
- SABATINI, Silvano. *Massacre*. São Paulo: CIMI, 1998.
- SANTOS, José Vivente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Lutas* (do Sul para a Amazônia Ocidental). Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/UFPA, 2004.
- SARGES, Maria de Nazaré. "Belém: Um outro olhar sobre a *Paris dos Trópicos*". In: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D'água, 1999, p. 49-74.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.
- SILVA, Ligia Maria Osório. *A Lei da Terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1990.
- SILVA, Maria Aparecia Moraes. *A Luta Pela Terra*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SILVA, Maria Aparecia Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: UNESP, 1995.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. *Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Disponível em: http://nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leituras/migracoes_rurais-_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso: 20/outubro/2009.
- SILVA, Raimunda Gomes da. *Reinventando um Novo Viver: mulheres cearenses em Boa Vista (1950-1989)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres Indígenas Roraimenses: organização política, impasses e perspectivas. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.) *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998;
- SOUSA, Carla Monteiro de. *Do Chuí ao Oiapoque: migrações de gaúchos para Roraima*. Porto Alegre: PUC/RS, 1987.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *Varadouros da Liberdade: empates no modo de vida do seringueiro de Brasília – Acre*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 1996.
- STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol 3: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica do pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. São Paulo: Atual, 1996.
- VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra (1777 a 1980)*. Boa Vista: EDUFRR, 2007.
- VIEIRA, Maria Pilar de Araújo. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. *Campo e a Cidade: Na História e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

APÊNDICE

FIGURA 06:
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ASTER

JORNAL BOA VISTA 16/08/78

ASTER-RR AÇÃO EXTENSIONISTA 1977

A ASTER-RRORAIMA, seguindo sua estratégia de atuação no desenvolvimento econômico de projetos produtivos, assistiu em 1977, aos produtores rurais, desde a agricultura até a pecuária, acompanhando as diferentes fases da produção agrícola, agindo em processo desenvolvimentista e permitindo extensivamente as atividades agrícolas do Território Federal de Roraima.

apoio, de planejamento, de coordenação e de apoio, de execução.

Desta forma, a ASTER admitiu a capacitação e atualização permanentes do seu quadro técnico e também administrativo, confirmando que isso vem ser fator altamente positivo, na maximização do retorno do investimento feito no capital humano. Da mesma forma, compreendeu tratar-se de importante item, no âmbito pessoal, no que respecta aos aspectos motivacionais e de

TECNI é a atividade de maior expressividade agropecuária do Território. Durante o ano de 77 a ASTER assistiu 381 produtores e um rebanho de 103.000 cabeças, distribuídas nas regiões do Cauamé, Amajari, Normandia, Surumu, Serra da Lua, Parimé, Mucajaí, Maú, Taiano, Cotingo e Uraricoera.

ATIVIDADES TÉCNICAS: vacina contra aftosa e contra raiva; mineralização; vermifugação; cercas; construções; turmas; aquisição de

área de 33 hectares, iniciando a produção de novas variedades. **PROMOÇÃO DOS PRODUTORES DE BAIXA RENDA** - esse projeto visa incentivar as atividades produtivas de pequeno porte, bem como, elevar o nível sócio-econômico de seus produtores. Com esse propósito promoveu-se a introdução de tecnologia básica, aliada a serviços gerais de beneficiar. Fomentou-se a exploração das culturas de arroz, milho, mandioca, feijão, banana, abacaxi e citros, em combinação isoladas, numa área total de 4.077,5 hectares, assistido também a pesca e a piscicultura.

PROJETOS DE SUPORTE À PRODUÇÃO

CORRETIVOS E FERTILIZANTES - este projeto atingiu as diversas regiões agrícolas do Território, instalando em propriedades selecionadas, zonas demonstrativas, visando com isso o aumento da produtividade e necessidade de adubação. **COOPERATIVISMO** - através de uma metodologia viável e capaz de orientar os produtores rurais do Território Federal de Roraima, nos conhecimentos de um trabalho feito em conjunto para resolução dos problemas existentes nas comunidades, estamos UNINDO esforços para arguirmos no espírito cooperativista no meio rural, no intuito de fazê-las sentir as necessidades e os benefícios do trabalho em comunidade, no mais amplo sentido de Cooperativismo. Em 1977 foram assistidos 308 produtores nos dois municípios existentes: Boa Vista e Caracará. Também se efetuou um curso básico sobre Cooperativismo a 20 técnicos da ASTER, com a finalidade de habilitar os executores do Projeto, a serem a mensagem cooperativista ao homem do campo. **CRÉDITO RURAL** - O Crédito Rural constitui-se em instrumento indispensável para a expansão da produção agropecuária no Território, trazendo benefícios ao próprio produtor, através da captação de recursos e incentivos. A elaboração de projetos pelos técnicos da ASTER, possibilitou ao produtor roraimense o acesso ao crédito planejado e orientado.

Foram afetados 543 propostas em Crédito Rural, assim distribuídas:

Em 1977, a ASTER desenvolveu outras atividades, servindo de apoio às demais:

COMUNICAÇÃO RURAL - O trabalho realizado neste setor, está representado, principalmente, no trabalho integrado com os Projetos de

criando a Biblioteca. Em outubro de 1977, houve a constituição de uma Biblioteca com a finalidade de implantar, organizar, planejar, coordenar, disseminar informações, manter relacionamento com outros sistemas de informação e documentação, de armazenar e disseminar as informações geradas pela ASTER-RRORAIMA, bem como as informações provenientes de outras instituições.

Neste plano além de analisar o trabalho de rotina da Biblioteca e o desenvolvimento das atividades, menciona a relação de material bibliográfico de preparação, sobre os recursos secundários para execução do plano de trabalho de Serviço de Biblioteca e Documentação. A Biblioteca está sendo organizada de acordo com os sistemas adotados neste estado.

RELAÇÕES PÚBLICAS

Em 1977, embora não existisse de direito a Assessoria de Relações Públicas e Imprensa, existia de fato, pois desenvolvemos atividades inerentes a área, no decorrer da ação.

Em março/77, a ASTER-RRORAIMA já contava com um Profissional de Relações Públicas que desde então, vem atuando no desempenho de suas funções específicas através de suas técnicas e instrumentos utilizados dinamicamente, visando criar ou renovar intima e estreitamente um estado de espírito funcional de boa vontade e compreensão, capaz de influenciar favoravelmente o desenvolvimento do seu plano de atividades.

Para a execução dessas atividades, foi elaborado um documento visando fixar atribuições e definir um programa a ser cumprido pela Assessoria de Relações Públicas e Imprensa de Relações Públicas e Imprensa da ASTER, através de normatização da atividades que objetivam divulgar filosofias políticas, normas, planos, ações e resultados alcançados pela Empresa.

As atividades de Relações Públicas e Imprensa da ASTER-RRORAIMA, vêm suprir a deficiência no setor de informação e divulgação. A divulgação e a promoção institucional da empresa podem ser consideradas partes fundamentais no processo de ATER, pois geram a confiança do público no órgão executor, condição básica para o desenvolvimento adequado do trabalho.

Dado o grande número de instrumentos de Relações Públicas e a sua vasta área de atuação, foram realizados inu-

Obs: A Estrutura Organizacional da ASTER contempla as subdivisões: Cauamé, Amajari, Normandia, Surumu, Serra da Lua, Parimé, Mucajaí, Maú, Taiano, Cotingo e Uraricoera.
Fonte: *Jornal Boa Vista*, 16 de agosto de 1978.

FIGURA 09:
REPORTAGEM SOBRE MOBILIZAÇÃO DE AGRICULTORES

AGRICULTORES DAS BR-174 E 210 LUTAM PARA VENCER

Como é do conhecimento de todos, a agricultura do nosso Território ainda se encontra numa fase crítica em relação às outras áreas cultivadas pelo Brasil afora. Podemos tomar como referência a batalha progressiva de agricultores recém instalados neste Território, provenientes dos estados do Maranhão, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul.

Estes agricultores no momento atravessam por uma etapa dificultosa principalmente no setor de alimentação, devido a inexistência de alimentos portadores de gorduras e proteínas, 10% destes produtores já estão no 2º ou 3º ano de exploração agrícola, os demais ainda se encontram praticamente no período de instalação. Portanto nesta região, não existe a presença de carne bovina, nem suína, ou

mesmo pequenas criações como a galinha, o pato, o peru etc. Eles têm que apelar e para a caça selvagem que no momento já se encontra bastante escassa. Mas, no olhar de todos, pode-se ler a vontade de vencer, de oferecer para os seus filhos um futuro melhor, através dos seus esforços, da união para a vitória. Com o apoio da Educação, já se pode presenciar a existência do MOBRAL para curar a sequeira dos analfabetos, e as escolas de 1º grau para dar continuidade na educação dos interessados.

Para as donas de casa, já foram ministrados diversos Cursos de treinamento, como: Conservação de Alimentos, Artesanato, Arte Culinária e Higiene Familiar. Todos estes Cursos foram promovidos

pela SEAC, ASTER-RR e LBA.

Para o homem do campo, sem nenhuma dúvida, é uma tarefa para a ASTER-RR por ser um órgão que tem como objetivo, preocupar-se com o aumento da produtividade e produção do Território. Esses produtores já tiveram diversos ensinamentos ministrados pelos Técnicos da ASTER-RR. Com referência a agricultura, não é uma tarefa muito fácil, pois existe entre eles um percentual que ainda ignora a profissão, mas, com o incentivo da ASTER-RR, da SEAC, da Educação e o apoio total do Governo, atingiremos a meta desejada, que é o impulso previsto na nossa agricultura.

THOMAZ EMILIANO
NEIO
Téc. Agr. Aster/Roraima

SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/78

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS DO GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, torna público para conhecimento das FIRMAS interessadas, que fará realizar às 09:00

(nove) horas do dia 18 - Bezoito) de setembro de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), na Sala de Reuniões da Secretaria de Obras Públicas - S.O.P., em sua sede - sito à Rua Araújo Filho s/n, esquina com a Rua Mário Homem de Melo, nesta Capital, TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 15/78, para construção de uma Escola de 1º Grau na Localidade do "CONTÃO", na Região do Cotíngio Interior do Território Federal de Roraima, sob o regime de empreitada por Preço Global, sem Reajustamento.

O EDITAL e outras in-

formações julgadas necessárias, encontram-se à disposição das FIRMAS interessadas, no endereço acima mencionado, onde serão atendidos durante o expediente normal.

Boa Vista-RR, 25 de agosto de 1978

Engº Civil Geraldo Ruy
Freire de Menezes

Presidente da
Comissão
Permanente de
Licitação
-S.O.P.-

Fonte: *Jornal Boa Vista*, 22 de setembro de 1978.

ANEXOS

FIGURA 10:
SÃO JOÃO DA BALIZA



Fonte: Autora, 2008.

FIGURA 11:
AGÊNCIA DOS CORREIOS EM CAROEBE



Fonte: Autora, 2009.

FIGURA 12:
SÃO LUIZ DO ANAUÁ



Fonte: Autora, 2010

FIGURA 13:
MANIFESTAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL EM BOA VISTA



Fonte: Arquivo da FETAG, 2003.

FIGURA 14:
JOÃO PEREIRA E RAIMUNDA:
PRIMEIROS MIGRANTES DE SÃO JOÃO DA BALIZA.



Foto: Jaci Guilherme Vieira, 05/02/2010. São João da Baliza

FIGURA 15:
GOIANO: UM DOS PRIMEIROS MIGRANTES DE CAROEBE.



Foto: Branda Vieira, 2010. São João da Baliza.

FIGURA 16:
FAMÍLIA DE LEONÍDIO:
UMA DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS DE SÃO JOÃO DA BALIZA.



Foto: Jaci Guilherme Vieira, 2010. São João da Baliza

FIGURA 17:
CASAL DE MIGRANTES: JOÃO DIDI E MARIA
UMA DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS DE SÃO JOÃO DA BALIZA



Foto: Autora. Baliza, 06/01/2009. São João da Baliza

FIGURA 18:
SENHORA VERÔNICA LIMA, UMA MIGRANTE DE MINAS GERAIS



Fonte: Jaci Vieira, 2010. São João da Baliza

FIGURA 19:
SENHORA VERÔNICA LIMA E SUA NETA



Foto: Jaci Guilherme Vieira, 2010. São João da Baliza.

FIGURA 20:
SENHOR FLORENTINO NUNES



Fonte: Autora, 2010. São Luiz do Anauá

FIGURA 21:
SENHOR FLORENTINO NUNES EM SEU SÍTIO



Fonte: Autora, 2010. São Luiz do Anauá.

FIGURA 22:
ENTREVISTA COM A SENHORA MARIA, MIGRANTE DE MINAS GERAIS



Fonte: Jaci Vieira, 2010. São Luiz do Anauá

FIGURA 23:
SENHORA MARIA E SUA FAMÍLIA



Fonte: Jaci Viera, 2010. São Luiz do Anauá.

FIGURA 24:
SENHOR SECON, UM MIGRANTE DE SANTA CATARINA



Fonte: Autora, 2010. São Luiz do Anauá.

FIGURA 25:
SENHORA MARIA E SEU NETO



Fonte: Autora, 2009. Vila moderna